



Derrotar a barbárie social,
que se espalha pela
Educação, com o programa
revolucionário do proletariado



Unir a luta contra
os cortes da Educação
à luta contra todas as
medidas de ataque aos
explorados e oprimidos!



Enfrentar a destruição e
privatização da Universidade
Pública! Defender um sistema
de educação integralmente
público e gratuito!

Sumário



Apresentação	3
A ditadura militar-policial de Bolsonaro e sua ofensiva sobre a Educação	5
Bolsonaro planeja destruir a educação superior pública com o projeto Future-se	11
■ Manifesto POR - “Future-se” é a destruição a Universidade Pública	17
■ Manifesto POR - Romper o bloqueio das burocracias sindicais e estudantis para derrubar a Reforma da Previdência, barrar o plano de Bolsonaro de destruir a Educação Pública e lutar por emprego a todos!	20
Ameaças crescentes à gratuidade do ensino superior público	22
Educação a Distância: via capitalista para a destruição do ensino e o aumento da mercantilização	27
O avanço da militarização da educação e as escolas	38
O obscurantismo bolsonarista	45
A juventude e a reforma da previdência.....	53
Especial 57º Conune	
Balanço político do 57º Congresso da UNE	61
Tese da Corrente Proletária Estudantil - POR	66
Considerações sobre as Teses da UNE	73
A 100 anos da Reforma Universitária de 1918:	
É necessário lutar pela Revolução Universitária	80



— ∨ Apresentação



Revista Proletária na Educação chega a seu nono número, em meio a um ataque sem precedentes à educação pública. O governo militarista, obscurantista e ultraliberal de Jair Bolsonaro encarna a decomposição do sistema capitalista mundial na particularidade de um país semicolonial. O artigo *A ditadura militar-policial de Bolsonaro e sua ofensiva sobre a educação* abre a revista, com a caracterização do governo. Evoca a elaboração de Trotsky a respeito do fascismo, democracia e bonapartismo, para melhor compreender o governo, suas tendências fascizantes, e suas características bonapartistas. Destaca que, assim como Temer, e distintamente de Lula-Dilma, não é um governo de conciliação de classes. Mas, como ainda não se voltou à destruição física das organizações do proletariado, e como estas direções se guiam pela política nacional-reformista, a conciliação de classes permanece como um entrave às lutas da classe operária, mas também da juventude oprimida, em defesa dos empregos, salários, direitos e Educação pública. O texto indica como o tripé militarista, obscurantista e ultraliberal também sustenta a ofensiva de destruição da Educação pública. O que será desenvolvido nos artigos seguintes.

O núcleo ultraliberal, que expressa a ação do capital monopolista, e a total submissão do governo Bolsonaro ao imperialismo, é analisado no artigo e nos manifestos sobre o “Future-se”. O plano de destruição da educação superior pública é apresentado como continuidade dos planos do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, materializados, com diferentes ritmos e justificativas, pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. O projeto Future-se impõe que o financiamento seja predominante garantido mediante vários vínculos com empresas capitalistas, e o maior entrelaçamento com mecanismos do capital financeiro, inclusive com a entrega do patrimônio imobiliário das instituições. A novidade mesmo, no entanto, é a entrega da gestão das universidades a Organizações Sociais, o que fere de morte o que resta de autonomia universitária, e leva a própria burocracia universitária privatista a se chocar com a medida. O artigo e manifestos mostram que esse choque, porém, expressa apenas a disputa pelo controle

do processo de privatização interna. A resistência dos estudantes, professores e técnico-administrativos das Universidades e Institutos Federais precisa trilhar um caminho independente perante a burocracia universitária, e se guiar por um programa proletário, em que a luta contra a destruição das instituições públicas de ensino superior se dê como parte da expropriação das corporações privadas de educação, e criação de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social, e controlado pelos que estudam e trabalham.

Ainda tratando das propostas privatistas, o artigo *Ameaças crescentes à gratuidade do ensino superior público* mostra o percurso histórico que levou a esta conquista, os limites impostos pela coexistência entre o sistema público e privado, e todas as conspirações da burguesia para corroer esse direito. Hoje, ele já é ultrarrestrito, corresponde a apenas 25% das matrículas do ensino superior, e a cobrança em cursos de especialização nas instituições públicas já ocorre livremente nas especializações. A via de quebra na gratuidade nas graduações está sendo construída há décadas e, quando houver o momento propício, será imposta pela burguesia e seus governos.

O artigo *Educação a Distância: a via capitalista para a destruição do ensino e o aumento da mercantilização* parte da elaboração anterior do partido, que, desde a sua fundação, caracterizou o EaD como uma excrescência do capitalismo. Em sua marcha, em busca de novos campos para a valorização do capital, transforma a educação em nicho, procurando compensar a tendência à queda na taxa de lucro, e abandona a perspectiva de que a educação seja o processo de transmissão de conhecimentos de uma geração a outra, e que contribua com o avanço das forças produtivas. Além do retrato do alastramento desta modalidade no ensino superior, o artigo discute sua introdução da educação básica, propiciada pela Reforma do Ensino Médio, de Michel Temer.

Nos artigos sobre o militarismo e o obscurantismo, são evidenciadas as raízes do processo na direitização da política burguesa, que se seguiu à crise econômica mundial, iniciada em 2008, nos Estados Unidos, abrindo uma nova etapa na luta de classes, e fazendo emergirem as tendências fascistas. O artigo *O avanço da militarização da educação e das escolas* mostra as vias de fortalecimento dos



militares na política em geral e, em particular, na educação, por meio de três vias: o aumento de militares nas pastas educacionais, a militarização das escolas públicas do país, e o ingresso de militares nas escolas, seja como trabalho regular ou como entrada para reprimir os estudantes e professores. Em *O obscurantismo bolsonarista*, é apresentado o processo político que levou ao golpe que derrubou o governo Dilma Roussef, instituiu a ditadura civil de Temer e abriu caminho para a ditadura policial-militar de Bolsonaro. É evidenciado o ataque à ciência e ao direito de expressão na chamada “pauta de costumes”, por meio da qual a visão das Igrejas sobre vários temas, sobretudo o papel da mulher, da família e da sexualidade, são impostas pelo Estado.

A perspectiva que atravessa todos os artigos é de que não é possível isolar a educação de sua base material. Se o sistema social, sob a fase imperialista, se decompõe, a educação, como fenômeno superestrutural, se desagrega junto com ele. Além disso, todos os ataques à educação são parte de uma ofensiva mais geral, desfechada pela burguesia. A privatização da educação é parte do entreguismo, forma um todo com a privatização do Pré-sal, Petrobras, Eletrobrás, Correios, bancos públicos, Embraer, entrega da base de Alcântara, e brutal abertura da Amazônia ao agronegócio, madeireiras e mineradoras. A destruição do direito à educação é parte do plano de destruição dos direitos sociais e trabalhistas em geral. E os problemas que a juventude enfrenta vão muito além do espaço educacional.

O artigo *A juventude e a reforma da Previdência* revela a condição de miséria e desemprego em que a juventude está mergulhada, detalha a contrarreforma da Previdência social, impulsionada por Bolsonaro e o Congresso Nacional, particulariza o quanto esse brutal ataque é ainda mais duro para a juventude. As novas regras, que já passaram com facilidade pela Câmara dos Deputados, aguardam a tramitação no Senado. As direções sindicais, populares e estudantis desviaram o curso das lutas para o terreno parlamentar, colaborando com a aprovação. Não construíram a greve geral de 14 de junho com a perspectiva de derrubada da reforma. O artigo mostra que o capitalismo oferece à juventude um caminho de miséria, desemprego, informalidade, precariedade e exploração desenfreada. E um futuro de vidas abreviadas pelos acidentes de trabalho, mortes violentas e, para os que conseguirem chegar à velhice, de maior desproteção e miséria.

Não basta, porém, analisarmos o governo Bolsonaro, identificar suas características e traçar prognósticos. Precisamos identificar as tendências de luta que emergem no seio da juventude. Em 2016, os secundaristas foram a ponta de lança na conjuntura aberta pelo golpe e protagonizaram uma onda de ocupações de escolas, servindo de exemplo para que outros setores, sobretudo da educação, se lançassem à luta. Já na conjuntura atual, foram os atos da Educação, como o de 15 e 30 de maio, que levaram multidões às ruas. As direções burocratizadas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) têm com parecido como um obstáculo. O balanço político do 57º Congresso da UNE, a apresentação das teses do Partido Operário Revolucionário, e a análise das demais teses trazem a reflexão guiada pela crítica sobre a necessidade de construir uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil.

Por fim, traduzimos o texto do POR da Argentina sobre as lições da Reforma Universitária de 1918 para as lutas atuais. Em um momento de profundos ataques à educação, identificar a disposição de luta da juventude é fundamental. A experiência histórica demonstra a necessidade de lutar pelo governo tripartite da Universidade. E aprender que não devemos esperar nada da burguesia e de seu Estado. A luta em defesa da educação precisa se vincular com a luta da classe operária. Já está muito claro o que a burguesia tem a oferecer. Se, no passado, houve uma certa expansão da educação e “modernização”, compatível com as necessidades do desenvolvimento das relações capitalistas e da industrialização, tanto no Brasil quanto na Argentina, agora, o projeto é de mercantilizar o máximo possível, mergulhar o ensino nas trevas obscurantistas, e adaptar a juventude a um futuro de desemprego e desproteção. A resposta de ser de classe. A oposição a este plano de morte e destruição será a afirmação da vida dos explorados e oprimidos. Para isso, esse sistema terá de ser derrubado. As lutas imediatas, cotidianas, terão de ser combinadas com o programa da revolução e ditaduras proletárias.

Desejamos que a leitura desta revista contribua para erguermos uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Lara Amorim, 01 de setembro de 2019



A ditadura militar-policial de Bolsonaro e sua ofensiva sobre a Educação

Estamos vivendo um momento sem precedentes de ataques à Educação Pública. O tripé que sustenta o governo Bolsonaro aponta para um projeto destruidor. O núcleo ultraliberal avança com a proposta de cobrança de mensalidades no ensino superior público, estrangulamento orçamentário, e abertura de campos para o capital financeiro penetrar em todos os níveis de educação. Os militares operam com a expansão dos colégios militares, mas também galgando postos de comando do Ministério da Educação. E a ala obscurantista, em nome da cruzada anticomunista e antimarxista, age para convencer as massas exploradas de que a Educação Pública é inimiga do povo. A ofensiva ideológica de desmoralização da educação cria o terreno para o avanço da repressão política, cuja máxima expressão é o projeto Escola Sem Partido. E, ao mesmo tempo, serve de ariete para a destruição da Educação Pública, e aprofundamento da mercantilização e desnacionalização.

Para enfrentar essa política destruidora, é necessário conhecer seu mecanismo e suas tendências. Para isso, devemos caracterizar o governo Bolsonaro. **A política privatista não é seu diferencial.** Em nome da liberdade de ensino, da modernização, da justiça social ou da democratização, vários governos anteriores, de Vargas a Juscelino, da ditadura-militar à reconstituição da democracia burguesa, sempre deram vitória às alas privatistas, ante os movimentos de defesa da Escola Pública. A ditadura militar promoveu a Reforma Universitária, em consonância com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). E os governos eleitos, a partir de 1989, se movimentaram sob a orientação do

imperialismo norte-americano, avançando na implementação das indicações do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, UNESCO e outras agências ditas multilaterais. As modificações legais foram abrindo cada vez mais o setor para a penetração do capital financeiro.

O governo de Lula escancarou o ensino superior para as corporações. No entanto, mascarou a medida como inclusiva, ao garantir acesso de pobres, negros, indígenas, em escolas privadas, por meio das bolsas do Programa Universidade Para Todos (Prouni), e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Dilma seguiu a mesma

“ *O governo de Lula escancarou o ensino superior para as corporações. No entanto, mascarou a medida como inclusiva, ao garantir acesso de pobres, negros, indígenas, em escolas privadas, por meio das bolsas do Programa Universidade Para Todos (Prouni), e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).*

toada, mas, em seu segundo mandato, viu o nacional-reformismo se chocar com o cenário de crise e recessão. Aplicou um ajuste fiscal de R\$ 70 bilhões, em 2015, dos quais R\$ 10,5 bilhões foram retirados da Educação. Mas, o imperialismo exigia mais cortes e mais contrarreformas, e armou um golpe institucional, por meio do impeachment. O motor do golpe foi a voracidade do capi-

tal monopolista que, ante a crise de 2008, busca formas de reverter a queda da taxa de lucro. Para isso, destrói forças produtivas, avança no saque das riquezas e orçamento nacional, por meio do privatismo e do sistema da dívida pública. E escancara o país para que seus capitais possam ingressar livremente, em qualquer ramo, e voltar aos países de origem com volumosos excedentes.

Os governos pós-golpe já não podem ser caracterizados como democráticos, mesmo que não tenham rompido com a formalidade do regime democrático-burguês. Temer instituiu uma ditadura civil, sua missão foi a de montar um governo que interrompeu a política de conciliação de classes, amparou-se exclusivamente nas classes dominantes, e impôs profundos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas, com a colaboração do judiciário e junto com o parlamento – que se converteu em instrumento do golpe. Seu cartão de visitas foi a Emenda Constitucional (EC) 95, aprovada em dezembro de 2016, que estabeleceu o teto nos gastos primários por 20 anos, com o objetivo para drenar mais recursos para o parasitismo financeiro.

Em fevereiro de 2017, conseguiu aprovar a Lei 13.415, da reforma do Ensino Médio, que tem como fundamento a abertura da Educação Básica para as corporações de ensino. Negócios bilionários foram feitos na sequência, aumentando a concentração no setor privado e a expansão da oferta de pacotes de gestão, apostilamento, plataformas de ensino a distância, e outros produtos, por meio dos quais a privatização se enraíza.

Mesmo acumulando uma imensa rejeição popular, Temer seguiu sua marcha destruidora. Em março de 2017, sancionou a lei da terceirização e, meses depois, em julho, a reforma trabalhista foi aprovada. Com isso, a proteção do trabalho no Brasil foi ferida de morte, com o desmonte da estrutura criada sob o governo nacionalista de Vargas. Mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foram modificados. Foi um grande serviço que Temer prestou aos capitalistas.

O governo Bolsonaro, apesar de eleito, é de continuidade do golpe. Só chegou ao topo do Executivo burguês por causa do impeachment de Dilma, da prisão de Lula, e da profunda crise política que fez naufragar a candidatura dos partidos orgânicos da burguesia. Diferencia-se dos governos anteriores por expressar tendências fascistas; romper com a demagogia dos direitos humanos e eleger a Educação como um inimigo a ser abatido.

Crise, nova etapa da luta de classes mundial e direitização da política burguesa

O cenário de crise econômica e política, no Brasil, tem em seu DNA a crise capitalista, que eclodiu em 2008, nos Estados Unidos. Deste epicentro, irradiou-se para a Europa e, a partir de 2014, se instalou na América Lati-



na. A resposta inicial dos governos foi a de salvamento dos bancos e do capital monopolista. Os recursos usados ampliaram o endividamento público, e os pobres foram convocados a se sacrificarem. As políticas de austeridade fiscal foram apresentadas como o remédio amargo para reaquecer a economia. Dados da ONG Britânica Oxfam mostram, porém, que o sacrifício não foi para todos. De 2008 a 2018, o número de bilionários no mundo dobrou. A riqueza destes cresceu em US\$ 900 bilhões em 2018, enquanto a riqueza da metade mais pobre da humanidade, ou seja, 3,8 bilhões de pessoas, caiu 11%. A cada ano, a riqueza se concentra mais e mais. No início dos anos 2000, 388 indivíduos possuíam a mesma riqueza que metade da humanidade; em 2018, esta riqueza se concentrou em 26 indivíduos.

Os dados da Oxfam do relatório “País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras” (2018) indicam quem está pagando pela crise no Brasil. Em 2016, a mortalidade infantil cresceu 4,9%, em relação a 2015. Cresceu o número de pobres, são 45 milhões que recebem menos de US\$ 5,50 por dia. A parcela que compõe os 10% mais pobres perdeu 11% dos seus rendimentos, entre 2016 a 2017. As políticas do período se voltaram a arrancar mais daqueles que já não têm quase nada. E a desigualdade aumenta. Pelos dados do IBGE, o 1% mais rico tem rendimentos mensais 36 vezes maiores que os 50% mais pobres. O mesmo cálculo, medido a partir das declarações do imposto de renda, chega a uma razão de 72 vezes.

Os dados indicam qual a tendência. A crise é descarregada sobre a classe operária, camponeses e pequena-burguesia arruinada. O trabalho é desprotegido, direitos sociais são destruídos, e a barbárie social se alastra com suas múltiplas faces. Enquanto isso, o capital segue seu movimento de concentração e monopolização, parte dos capitalistas quebram, e ampliam-se as fusões e aquisições. Bolsonaro, com toda sua mediocridade, encarna perfeitamente essa tendência. Por isso, é o atual presidente do Brasil.

Ao mesmo tempo, a violenta ofensiva do capital para recompor suas taxas de lucro, controlar mais fontes de matérias primas, e conquistar mais áreas de influência leva os explorados a reagirem. Desde 2008, houve uma nova etapa na luta de classes mundial, com levantes no Oriente Médio, Norte da África, movimentos multitudi-



nários da Europa e Estados Unidos, em alguns deles com a presença da classe operária. No Brasil, houve aumento do número de greves, desde 2009, com movimentos generalizados na Educação. Além disso, a juventude ocupou as ruas, nas jornadas de junho de 2013, e nos protestos contra a Copa, em 2014. Em 2015, uma onda de ocupações de escolas se alastrou em São Paulo contra a “reorganização escolar de Geraldo Alckmin”, que pretendia fechar escolas e salas de aula, com o objetivo de entregar a gestão ao setor privado. Em Goiás, os estudantes adotaram o mesmo método contra a entrega das escolas às Organizações Sociais e aos militares. No ano seguinte, o método operário das ocupações e das grandes marchas se generalizou, com mais de mil instituições de ensino ocupadas contra a PEC do teto dos gastos, a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio, e o Projeto de Lei da Escola Sem Partido.

A decomposição do capitalismo, e sua manifestação particular, após a crise de 2008, mostra que o capital financeiro descarta as vias democráticas, e se movimenta à direita. A política burguesa tem dado inúmeras demonstrações dessa direitização, como se vê com o crescimento da extrema direita no parlamento dos países Europeus, na conquista de presidências, como na Hungria, Áustria, Polônia, mas também com o governo Trump, na autoproclamada “maior democracia” do mundo, os Estados Unidos. As tendências fascistas emergem à luz do dia, com seu ódio a imigrantes, negros e homossexuais. Setores das classes médias são ganhos para esta política. Deixam seu posto de amortecedor da luta de classes, cumprido sob os governos socialdemocratas, e tornam-se ponta de lança contra o proletariado, suas reivindicações e suas organizações.

Democracia, Bonapartismo e Fascismo

O socialismo científico revelou que todo Estado expressa a dominação de uma classe sobre outra, sendo, portanto, uma ditadura de classe. Sob o capitalismo, o Estado é a ditadura de classe da burguesia. Essa dominação, porém, pode se dar de diferentes maneiras: monarquias constitucionais, monarquias teocráticas, repúblicas parlamentaristas, presidencialistas, ditaduras civis, ditaduras militares. Um mesmo regime político como o democrático pode ter várias formas de governo, inclusive governos ditatoriais. Por mais que pareça um contrassenso, como a democracia burguesa é o invólucro da ditadura de classe da burguesia, suas constituições abrigam mecanismos ditatoriais. O impeachment é um deles, pois, permite que centenas de parlamentares suprimam a decisão do voto popular. O dispositivo do Estado de sítio e da possibilidade de intervenção militar constitucional são outras ferramentas que a burguesia pode acionar, quando a política de conciliação de classes se esgota.

Lênin, em *O Estado e a Revolução*, explicou que a forma preferida de domínio da burguesia é a república parlamentar, onde as disputas entre suas frações se dão sem grandes sobressaltos, por meio das eleições e votações legislativas. O regime democrático pressupõe a vigência do parlamento e do sufrágio universal. Sua configuração, porém, se relaciona com o desenvolvimento das forças produtivas. Países com baixo desenvolvimento das forças produtivas tendem a ter formas políticas mais instáveis. A fraqueza da burguesia autóctone faz com que o exército seja chamado à cena política com mais frequência, ou que as disputas entre as frações da classe dominante não consigam se processar no parlamento, mas assumam a forma de golpes e contragolpes. Na Bolívia, por exemplo, da independência, em 1825, ao final da última ditadura militar, em 1982, houve 193 golpes de Estado, cifra que também inclui as tentativas frustradas. O Brasil, com seu capitalismo atrasado, também tem sua democracia profundamente mutilada e atravessada por inúmeros golpes e tentativas, desde a Proclamação da República.

“ *A decomposição do capitalismo, e sua manifestação particular, após a crise de 2008, mostra que o capital financeiro descarta as vias democráticas, e se movimenta à direita.* ”

Sob o regime democrático, a classe operária pode desenvolver suas organizações. Ao longo da história, o proletariado criou instituições de democracia operária no interior da democracia burguesa, seus partidos, seus sindicatos. São pontos de apoio para sua ação revolucionária. Essas mesmas instituições, porém, dão materialidade à política de conciliação de classes, encarnada pelas direções reformistas e estalinistas.

O fascismo é a forma política que emerge em um cenário em que o capitalismo já vive sua fase de decomposição. Destrói as instituições democráticas, elimina violentamente a conciliação de classes. Altera a dinâmica entre as classes dominadas, incutindo, na pequena-burguesia, o ódio contra a classe operária. Por meio de milícias e do aparato repressivo do Estado, esmaga as organizações operárias. Encobre sua ação imperialista (nos países de capitalismo adiantado) e pró-imperialista (nos países de capitalismo atrasado), com ideologias racistas e xenófobas.

Entre a democracia e o fascismo, alerta Trotsky em *Bonapartismo e Fascismo* (1934), há várias formas transitórias. Governos bonapartistas ou semi-bonapartistas expressam essa transição. O bonapartismo surge em um contexto de crise política, fragmentação no parlamento e

falta de uma força hegemônica para comandar. Amplia-se a autonomia relativa do Estado perante a burguesia e suas frações. A sustentação do governo se desloca para as Forças Armadas e burocracia estatal, conformando uma ditadura burocrático-militar. O bonapartismo utiliza mecanismos ditatoriais, presentes nas legislações democráticas. E, por não eliminar as organizações operárias e as instituições democrático-burguesas, não elimina completamente a conciliação de classes.

O governo antinacional e antipopular de Bolsonaro e o ataque à Educação

Consideramos que essas categorias de análise são decisivas para uma caracterização precisa do governo Bolsonaro. Um governo de ditadura militar-policial, que se abriga em um regime democrático. Os elementos que permitem defini-lo como bonapartista ainda estão em desenvolvimento, mas o apoio na fração militar é nítido. Desde o governo Temer, vem sendo ampliada a presença dos generais na política, e reorganizado o serviço de inteligência. A cada crise política, vemos ministros civis serem substituídos por militares, ou crescer o peso das Forças Armadas nos segundos e terceiros escalões. A mesma tendência se reproduz nos estados e municípios.

“ (...) o subfinanciamento da Educação, agravado pela EC 95, é aprofundado, com novos cortes e com o plano de Guedes, de uma desvinculação total das receitas. O espaço deixado pelo Estado deve ser preenchido pela expansão da venda de serviços e pesquisas ao setor privado

É preciso apontar que o governo Bolsonaro se caracteriza por um profundo servilismo ao imperialismo norte-americano. Isto se manifesta em seu alinhamento no cerco ao governo nacional-reformista de Maduro, na Venezuela. Na entrega da base militar de Alcântara, no privatismo e no seguidismo em relação à guerra comercial norte-americana. O programa ultraliberal corresponde integralmente às orientações do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, de cortes nos gastos sociais, mercantilização da educação, saúde e Previdência social.

Os ataques econômicos têm sido desfechados em unidade com uma ampla ofensiva ideológica em que, por meio das Igrejas, as massas empobrecidas, que se aglomeram nos bairros operários, sofrem com o desemprego, e são acoissadas pela barbárie social, são impedidas de verem as raízes reais, de classe, de suas mazelas. Um poderoso império midiático se ergueu, e o poder material

das Igrejas levou à formação de uma bancada volumosa no parlamento. Por sua vez, os negócios no parlamento fortalecem ainda mais o poder material e espiritual das Igrejas. O crescimento da bancada da bíblia, sob os governos petistas, foi coroado com a sustentação ao golpe de 2016, contra Dilma. Desde então, a “bancada da bíblia” amplia seu poder de barganha, mas não tem programa próprio. Pragmaticamente, adotou o da ala ultraliberal, como manifestou no documento “O Brasil para os brasileiros”, assinado pela Frente Parlamentar Evangélica, logo após a vitória de Bolsonaro, em 2018.

No decorrer do governo, os evangélicos conseguiram derrubar a indicação de um Ministro da Educação liberal, e impor que o posto fosse ocupado por alguém alinhado com a linha obscurantista-religiosa. A condução de Ricardo Vélez expôs os atritos entre a base de sustentação de Bolsonaro. A ala conduzida por Olavo de Carvalho incorpora também a missão de livrar o Brasil e, sobretudo, a Educação, do comunismo, do “marxismo cultural”, e resguardar os valores da família. Mas, se choca com os interesses fisiológicos da bancada evangélica, e também provoca atritos com a ala militar, que tem grande presença no Ministério da Educação. O Ministro Abraham Weintraub, nomeado após a queda de Vélez, se alinha ao mesmo tempo com a ala olavista, mas também com os ultraliberais. Anunciou o corte no orçamento das universidades, como uma sanção àquelas que promoveram “balbúrdia”, mas depois ampliou a medida para toda a educação, escancarando que, por trás do discurso ideológico, está a sustentação da dívida pública, e o favorecimento das corporações de educação que, imediatamente, viram suas ações subirem, na bolsa de valores.

O tripé militarista, ultraliberal e obscurantista de Bolsonaro se mostra por inteiro nos ataques à Educação. É reforçada a ideia de que as Igrejas, Militares, Empresas e o Estado devem controlar a Educação. Devemos opor a isso que as escolas e universidades devem ser controladas pelos que estudam e trabalham, por meio das assembleias escolares e do co-governo tripartite nas universidades, subordinado à Assembleia Geral Universitária.

O plano privatista ultraliberal se fortalece, com as regulamentações aprovadas sob Temer. As corporações avançam sobre a Educação Básica, com base na padronização e favorecimento ao Ensino a Distância, propiciados pela Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e regulamentações do Conselho Nacional de Educação. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, anuncia que prevê que 40% do funcionalismo se aposentará nos próximos anos, e não haverá concursos para reposição. O resultado será sobrecarga para os que ficam, e a imposição de modalidades mais precárias de trabalho, amparadas pela Lei da Terceirização.



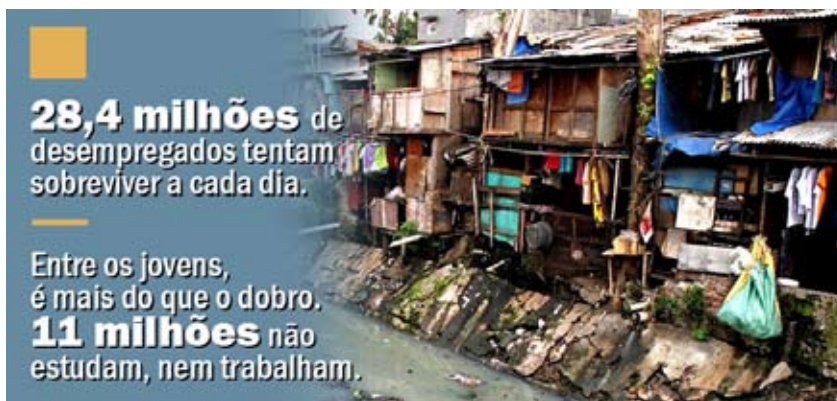
O quadro de subfinanciamento da Educação, agravado pela EC 95, é aprofundado, com novos cortes e com o plano de Guedes, de uma desvinculação total das receitas. O espaço deixado pelo Estado deve ser preenchido pela expansão da venda de serviços e pesquisas ao setor privado, e pela cobrança de taxas, e até mensalidades por parte dos estudantes. Em nome da meritocracia, o governo sinaliza para a reversão de cotas e da política de assistência estudantil, tornando a educação mais elitista e excludente.

Essas medidas geram revolta e incertezas entre os trabalhadores da educação e estudantes. Sua tendência é de se lançarem às lutas. Mas, o governo faz de tudo para impedir que a revolta se transforme em organização consciente. Essa é a razão de medidas como o reforço da repressão política, as ameaças de criminalização de docentes, o estímulo à delação por parte dos estudantes.

A afronta ao sindicalismo e entidades estudantis também se dá do ponto de vista financeiro. A MP 873 determinou que a contribuição sindical não fosse descontada em folha de pagamento, mas por meio de boletos. A burocracia sindical reagiu por meio de liminares na justiça, um terreno em que vitórias parciais foram obtidas, mas que não cultiva nos trabalhadores a defesa consciente de suas entidades. A mesma tentativa tem sido feita em relação à UNE, a demissão do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), Elmer Vicenzi, teve, como pano de fundo, a tentativa de acessar os dados sigilosos de estudantes, para que o governo emitisse uma outra carteira, e quebrasse a fonte de financiamento das burocracias estudantis.

Não confiar nas disputas interburguesas

A direitização da política burguesa é filha direta da crise econômica. No contexto de crescimento econômico, foi possível ao nacional-reformismo alargar a democracia no país, aprofundando a política de conciliação de classes. Brotaram conselhos, canais de participação, e inúmeros dirigentes sindicais e populares foram integrados em Ministérios, Secretarias, conselhos de estatais, e outros espaços. A crise de 2008, porém, reverteu essa tendência. Na economia, apesar da queda no PIB, em 2009, as medidas de estímulo ao consumo, por meio do endividamento e os subsídios e isenções ao capital, resultaram em um crescimento de 7,5%, em 2010; 4%, em 2011; 1,9%, em 2012; 3%, em 2013; e 0,5%, em 2014. No ano seguinte, o país mergulhou na recessão. A taxa de crescimento do PIB foi de - 3,5%, em 2015, e, em 2016, repetiu o mesmo número. Em 2017, cresceu 1%, alavancado pela supersafrá do agronegócio. Em 2018, manteve-se estagnado, com



1,1%, e as projeções para 2019, a cada semana, são revisadas para baixo. Esse é o solo pantanoso em que os governos se afundam, ante a persistência da crise econômica. A crise política se manteve sob o governo Temer, com graves denúncias contra o presidente, que já o levaram a ser preso (e imediatamente solto) duas vezes, em 2019. Em poucos meses de governo Bolsonaro, as disputas interburguesas também se expressam nas acusações contra seu filho, o deputado federal Flávio Bolsonaro, envolvido em negócios com milícias, assim como a denúncia de candidaturas fraudulentas, no partido do presidente.

Os atritos nestes primeiros meses de governo expõem a dificuldade em centralizar as frações burguesas. As instituições expressam estas disputas. Há choques entre judiciário, legislativo e executivo, e no interior dos poderes, também. O Supremo Tribunal Federal se enfrentou com o Ministério Público, em torno da condução da Lava a Jato. O parlamento guerreia com Bolsonaro. Mas, seria um grande erro apostar que essas rusgas possam frear os ataques. Pois, os atritos de Rodrigo Maia (DEM) e do Centrão, o bloco de partidos abertamente fisiológicos, não têm como fundamento programas diferentes, mas apenas a exigência da manutenção dos negócios comandados pelos partidos, no interior do Estado burguês.

O desespero com a miséria, desemprego e criminalidade levou as massas a votarem em Bolsonaro. Rapidamente, porém, grandes setores percebem que esse governo não levará à melhoria de suas condições de vida. A rejeição ao presidente não para de crescer, sobretudo entre os mais pobres.

A maior desgraça das famílias trabalhadoras é o desemprego, que vem crescendo, desde 2014, teve seu ápice, em 2017, com 14,1 milhões de pessoas, e não teve quedas significativas, desde então, se mantendo acima dos 13 milhões, ao longo de 2019. As ocupações geradas são, em sua maioria, informais. As ligeiras quedas nos dados se devem aos que estão se virando como motoristas e entregadores, por aplicativos, ou vendendo alimentos, nos transportes coletivos e ruas. A taxa de subutilização da força de trabalho, que mostra os que gostariam e poderiam trabalhar mais horas, mas não trabalham ou



possuem jornadas parciais, bateu o recorde, no trimestre de fevereiro a abril de 2019, atingindo 24,9% dos brasileiros em idade para trabalhar. É a realidade de um a cada quatro pessoas da população economicamente ativa. Um exército de 28,4 milhões de pessoas, que vivem o desespero de tentar sobreviver a cada dia. Entre os jovens, o desemprego é mais do que o dobro da taxa geral. E já são mais de 11 milhões que não estudam, nem trabalham.

“ (...) *construir uma fração combativa que encarne a política operária será um passo importante para a construção de um Partido Operário Revolucionário.*”

Tamanha violência contra as massas exploradas e oprimidas faz fermentar uma forte tendência de luta. É um terreno fértil para romper com a política corporativista das burocracias sindicais e unir empregados e desempregados, em defesa de emprego para todos, por meio da divisão das horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho, sem redução salarial. Para juntar o proletariado rural e urbano contra a implementação da reforma trabalhista. Unir terceirizados, contratados e efetivos por trabalho igual, com direitos iguais para todos. É com base nas reivindicações por emprego, salário e manutenção dos direitos trabalhistas e sociais atacados, que pode se construir uma frente única anti-imperialista. É preciso mostrar a origem dos ataques. Promover uma forte campanha contra o pagamento da dívida pública. Interromper as privatizações, reestatizar o que foi privatizado. Revogar as medidas antinacionais e antipopulares já aprovadas.

Romper com a amarra da conciliação de classes

É preciso fortalecer a tendência de luta que desponta entre trabalhadores e estudantes. As jornadas de junho expressaram a soberania das massas nas ruas, os atos radicalizados contra a Copa capitalista também. As ocupações de escolas, em 2015 e 2016, fizeram os estudantes se apropriarem desse método operário. A greve geral de 2017 mostrou a força da classe operária. E as multidões voltaram às ruas com a greve nacional da educação, em 15 de maio de 2019, e no dia nacional de lutas, de 30 de maio. Uma greve geral no primeiro semestre de um governo recém-eleito foi sinal importantíssimo de disposição de luta das massas. Mas, a greve geral de 14 de junho parou parcialmente o país, em grande medida pela traição das direções das centrais, que se recusaram a impulsionar os comitês de base e as assembleias democráticas. O desvio da luta para o terreno parlamentar levou à derrota, com a aprovação da contrarreforma da Previdência, na Câmara.

A estatização e burocratização dos sindicatos, movimentos populares e entidades estudantis, sob os governos petistas, não se reverteu, porém, com a remoção do governo de Dilma por meio do golpe. Pelo contrário, as direções reformistas e estalinistas mantêm a política conciliatória, voltada para a reconstituição da oposição burguesa. Essa é a linha que costura a passividade diante do golpe, o desmonte da greve geral de 2017, e o alinhamento nas eleições de 2018, acobertado, no segundo turno, com a fraude do combate ao fascismo. Passadas as eleições, o candidato do PT, Fernando Haddad, desejou, via redes sociais, sucesso e boa sorte (!) a Bolsonaro. Os comitês de vira-voto, equivocadamente nominados como “comitês contra o fascismo”, foram desmantelados. E as centrais mergulharam em profunda passividade. O “Festival dos Estudantes”, realizado pela UBES, UNE e ANPG, em fevereiro de 2019, armou o palanque para os parlamentares de um amplo espectro da política burguesa e pequeno-burguesa encabrestarem a juventude. Se, nas eleições de 2018, houve uma ampla frente em torno do PT, sobretudo no segundo turno, na sequência, o PCdoB tenta sobreviver na política burguesa se diretizando mais e mais, alinhando-se nacionalmente com os partidos burgueses PSB e PDT.

A experiência com a traição das direções sindicais e estudantis serve de alerta sobre a necessidade de romper com a política de conciliação de classes e as amarras burocráticas. A unidade não se dá com slogans de “ninguém solta a mão de ninguém”, ela precisa se materializar em comitês, plenárias e assembleias, que garantam a democracia operária. A criação dos comitês e assembleias nos locais de trabalho, estudo e moradia é o que permite às massas agirem, terem iniciativa, romperem a passividade. E, com isso, deixarem de ser reféns das direções burocráticas, que só se movem no compasso ditado pelas votações no parlamento.

É preciso incutir na juventude e massas trabalhadoras que não devemos assistir passivamente ao que é decidido no parlamento. Que não aceitamos as negociações e o jogo das emendas que, inevitavelmente, concluirão com a retirada de direitos. Devemos tirar as grandes massas da mera função de pressão parlamentar, para que saiamos do terreno da política burguesa, e passemos para o da política proletária. Faz falta uma direção revolucionária, mas construir uma fração combativa que encarne a política operária será um passo importante para a construção de um Partido Operário Revolucionário. Ajudar as massas a fazer a experiência com as direções vacilantes, e a retomarem seus métodos próprios de luta, das marchas, piquetes, da greve geral, é a melhor forma de fazê-las perceber que a burguesia não tem mais nada de progressivo a oferecer, e que é necessário marcharmos para um poder próprio dos explorados, um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.



Bolsonaro planeja destruir a educação superior pública com o projeto Future-se

**Responder com manifestações, greves e ocupações
Unir com a luta por empregos e pela retomada da greve geral
contra a reforma da Previdência**

No dia 17 de julho, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou o projeto Future-se. Trata-se de uma grave ofensiva privatista. O anúncio se dá após o contingenciamento de 30% do orçamento de custeio e capital das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), e sob a vigência do “novo regime fiscal”, criado com a Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos. A maior parte das instituições diz que não terá como arcar com despesas, como água, energia e terceirizados, a partir de setembro de 2019. A UFMT, por exemplo, teve a luz cortada na véspera do anúncio, religada após o MEC liberar parte do orçamento. O privatismo e o corte de verbas são parte de uma mesma política. O governo corta o financiamento público e, como substituição, impõe a captação de recursos no setor privado, como forma principal de financiamento.

A minuta do projeto de lei diz que seu objetivo é o “*fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios*”. O governo Bolsonaro vem fazendo vários ataques antiautonomistas, como o decreto sobre a nomeação de pró-reitores, e a aberta ingerência na escolha de reitores, chegando à nomeação de uma interventora na UFGD (MS). Autonomia, para o governo, portanto, só pode significar “autonomia financeira” defendida pelos governos neoliberais, em que as universidades ficam “livres” para captar recursos.

O projeto tem três eixos: 1) gestão, governança e empreendedorismo; 2) pesquisa e inovação; e 3) internacionalização. Altera 16 legislações vigentes, mas não se propõe a alterar a Constituição, o que torna sua aprovação mais fácil, exigindo apenas maioria simples em um Congresso Nacional comprometido com as contrarreformas do governo.

Adesão “opcional”

O governo diz que cada instituição será livre para decidir se aderirá ao Future-se, porém, o Secretário de ensino superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, já ameaça as instituições que não aderirem, com a escassez de recursos, por conta de futuros contingenciamentos de recursos, e limitações do teto de gastos. O governo estimulará a concorrência por verbas, entre as instituições e no interior das instituições, dizendo que, assim, separará o “joio do trigo”, o “trigo”, para ele, certamente são as universidades, departamentos e docentes mais submetidos ao privatismo.

O contingenciamento de recursos para sustentar o parasitismo da dívida pública é parte da chantagem, e o Future-se será apresentado como uma salvação. Se aprovado no Congresso, o governo provavelmente liberará recursos via editais, apenas para Organizações Sociais. Ao aderirem, as instituições assinarão um “cheque em branco”, pois, a minuta do projeto de lei diz que, com a adesão, a Ife se compromete com as diretrizes de governança, porém, estas somente serão definidas posteriormente, pelo MEC.

O projeto também trata de um Comitê-Gestor do Future-se, mas afirma que a composição e funcionamento serão definidos depois. Diz: “*Competirá ao Comitê-Gestor: Estabelecer as diretrizes das ações no âmbito do Programa; realizar avaliação anual de desempenho institucional [...]; Definir o critério para aceitação das certificações, para fins de participação no processo eleitoral dos reitores; Garantir a estrita observância dos limites de gasto com pessoal; [...]*”. A imposição do limite com gasto com pessoal é um indicador da possibilidade de avanço da terceirização, pois, o trabalhador contratado nesta modalidade não é considerado despesa com pessoal. E, se aprovado, o Future-se criará mais um mecanismo antidemocrático para o Estado ingerir na escolha dos reitores.

A Ife que aderir deverá obrigatoriamente firmar con-

tratos de gestão com Organizações Sociais (OSs) em atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura. Ou seja, as OSs, explicitamente, poderão atuar nas ditas atividades-fim das Ifes. A celebração dos contratos será feita com OSs já qualificadas pelo MEC, ou outros ministérios, sem a necessidade de chamamento público.

A operacionalização dos contratos de gestão foi um dos eixos da reforma neoliberal do Estado, promovida sob o governo FHC. Um exemplo de sua aplicação foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), apresentado pelo Decreto presidencial 6.096/2007, sob o governo Lula. A adesão era condicionada à pactuação de metas a serem concretizadas em cinco anos, aumentar as matrículas, o número de alunos por professor (intensificação do trabalho docente), ampliar a educação a distância, promover cursos de curta duração, dentre outros. O *modus operandi* do Future-se parte deste terreno já pavimentado.

“ (...) o governo pretende aprofundar os mecanismos que levam à formação de uma casta docente que pressiona internamente pelo privatismo, em troca de vantagens econômicas.

Ampliação da terceirização

A terceirização já está alastrada nas Ifes. Cargos de limpeza, segurança e manutenção foram sendo substituídos por terceirizados. A permissão da terceirização em atividades “meio” (desde os anos de 1990), e o teto em gastos com pessoal, imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000, garantiram essa expansão. Em 2014, o presidente da CAPES já anunciava que estava fazendo estudos para que os professores e pesquisadores passassem a ser contratados via OSs, tendo contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Agora, após a Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista aprovadas no governo Temer, não há mais impedimentos legais para a terceirização generalizada.

O projeto não explicita se essas OSs poderão ou não contratar professores e técnicos. Este, porém, é um cenário preparado pelo governo. O Ministro da Economia Paulo Guedes anunciou a previsão de que 40% do funcionalismo se aposentará nos próximos quatro anos, e anunciou que não pretende liberar a abertura de novos concursos. Não é difícil imaginar como o governo pretende resolver a equação: intensificando o trabalho dos atuais técnicos e docentes, e ampliando as formas precárias de trabalho (bolsistas, estagiários, terceirizados, voluntários, etc.). O projeto também prevê que servidores poderão ser cedidos para as OSs.

“O professor universitário poderá ser muito rico”

O Future-se permite que docentes possam participar de atividades das OSs, desde que cumpram sua “carga horária de aulas” (como se sua obrigação se restringisse ao ensino). Afirma que a remuneração recebida será de natureza privada, e promete premiar financeiramente docentes, por “projeto de pesquisa, desenvolvimento ou inovação ou por publicação com destaque nacional ou internacional, desenvolvida a partir da parceria firmada”. Já existem mecanismos que criam desníveis de remuneração, em vigor, hoje, nas instituições, como as bolsas produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e os negócios com empresas, via fundações. A minuta explicita que: “O servidor público federal que desenvolver invenção, aperfeiçoamento ou modelo de utilidade e desenho industrial, bem como a sua Instituição Federal de Ensino Superior, poderá ter participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração de direito de propriedade intelectual”.

Quando o secretário de ensino superior diz que “O professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”, mostra que o governo pretende aprofundar os mecanismos que levam à formação de uma casta docente que pressiona internamente pelo privatismo, em troca de vantagens econômicas. A categoria docente está profundamente contaminada por essas vias, o que torna a luta coletiva por salários, condições de trabalho, e defesa da educação pública cada vez mais difícil. O projeto se apoia nessa realidade.

Entre os estudantes, o atual ponto de apoio para essa linha são as empresas júnior, por meio das quais prestam serviços a empresas, e são remunerados precariamente. Ante a baixa perspectiva da juventude de encontrar um emprego, mesmo com diploma de ensino superior, o Future-se diz que fomentará a empregabilidade (ideologia de que cabe a cada indivíduo garantir seu sucesso no mercado de trabalho, investindo em sua qualificação, e moldando-se às exigências patronais), e oferece o empreendedorismo, uma via para falsear a condição de trabalhador precário, com a do micro empresário ou empreendedor. Segundo o Secretário de Ensino Superior: “O jovem vai ser libertado da perspectiva de ter de arrumar um emprego, ou prestar concurso público, pois, serão empreendedores e donos dos próprios destinos”. Como parte da campanha ideológica que acompanha a formação do trabalhador ajustado à flexibilização capitalista do trabalho, a minuta ainda propõe a “criação Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador”.

No ponto sobre a internacionalização, também afirma que bolsas em instituições estrangeiras devem ser dadas preferencialmente a estudantes “com alto desempenho acadêmico e/ou atlético”. Além disso, reforça-se a meta de



melhorar a posição das instituições brasileiras em rankings internacionais, e embutem-se algumas alterações: quebra a exclusividade das instituições públicas na validação de diplomas estrangeiros, e permite o reconhecimento de créditos das disciplinas cursadas via EaD ofertadas por instituições do exterior. Além disso, atribui às OSs a tarefa de ofertar cursos de idiomas para docentes.

Privatização sem limites

Nesse eixo, o Future-se se propõe a favorecer a criação e consolidação de “ambientes promotores de inovação”, com foco na parceria com o setor empresarial. Recomenda a promoção de marcas e produtos. Tudo com o propósito de fomentar formas de arrecadação própria. Até mesmo a nomeação de salas, auditórios, centros poderá ser mercantilizada.

O Future-se tem como antecedentes a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/2004)¹, aprovada por Lula (PT), depois substituída pelo Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Lei 13.243/2016, sancionada por Dilma Rousseff (PT), e regulamentada pelo Decreto 9.283/2018, de Michel Temer (MDB). Esta lei institui uma série de dispositivos para facilitar o processo de mercantilização da produção acadêmica. Por exemplo: inclui como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) “pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos”, como as OSs. Estimula que as universidades atuem como “incubadoras de empresas”. A universidade, literalmente, gesta empreendedores e empresas; na prática, se um estudante tem um protótipo de um produto, deseja comercializá-lo, deve passar em um processo seletivo, e então terá acesso aos espaços e equipamentos da universidade, para desenvolver seu produto e inseri-lo no mercado.

Outra forma é uma empresa, que já existe e está no mercado, mas que não conseguiu ainda se consolidar, e, passando pelo processo seletivo, também terá o apoio da universidade para se consolidar. Prevê a formação de parques tecnológicos nos arredores das universidades, para facilitar o uso da estrutura pública por empresas, para suas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com isenções fiscais. A lei já autoriza as universidades a cederem “o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas

1 A Lei de Incentivo Fiscal à Pesquisa, Lei 11.487/2007 também é parte da mercantilização da pesquisa. Estabelece que as universidades enviem projetos a uma comissão formada pelos ministérios da Educação, Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia. Os projetos aprovados formam um catálogo fornecido às empresas, que doam de 17% a 85% do valor solicitado e abatem a doação do imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (uma das fontes de financiamento da seguridade social). Além disso, a empresa ainda torna-se dona de parte da propriedade intelectual do projeto.



“(...) o Future-se diz que fomentará o “empreendedorismo”, uma via para falsear a condição de trabalhador precário com a do micro empresário/empreendedor.

e às ICTs interessadas, ou por meio de entidade, com ou sem fins lucrativos, que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e de incubadora de empresas”. O Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação permite que a tecnologia produzida pela universidade possa ser transferida para uma empresa privada, que passa a vender o produto e retornar royalties à universidade.

Grande parte do que o Future-se sugere para arrecadar receitas, portanto, já é feito pelas Ifes. A Unicamp, por exemplo, anuncia que sua agência de inovação abarca 701 empresas-filha, que faturam R\$ 4,8 bilhões. Um dos críticos do projeto, o reitor da Unb, José Geraldo de Sousa, afirma: “As universidades públicas federais, sem perderem de vista seu pressuposto inafastável da autonomia, já vêm implementando todas essas sugestões, em sua plataforma de aprimoramento gestor, de busca de ampliação de investimentos e de parcerias com setores institucionais, sociais e de mercado em projetos de extensão, cooperação e parcerias. Os campi têm abrigado instalações para suporte desses projetos, com cessão onerosa, e temporalidade limitada, ainda que larga de uso, constituindo seus parques tecnológicos para incubação de projetos, compartilhando royalties de patentes e de comercialização de produtos, tanto no campo da inovação tecnológica aplicada para fins industriais, quanto no campo das tecnologias sociais”. O reitor prossegue: “A diferença, no que aqui se chama novidade da proposta do MEC, é o caráter inteiramente vendido à lógica privatizante e mercadorizadora do projeto econômico-político que está por trás [...]”. Ou seja, a novidade não é o privatismo, mas é o privatismo escancarado, sem nem um verniz do “ethos universitário público”.



“ *O fundo de investimento privado é uma forma de submeter a produção acadêmica às necessidades e diretrizes do capital financeiro.* ”

Financiamento entrelaçado com o mercado financeiro

O MEC empurra as Ifes a se entrelaçarem a várias modalidades de fundos de investimentos, para ampliar suas receitas, e criar ambientes de negócios: Fundos de Investimentos Imobiliários, e Fundos Patrimoniais (endowment), já usados por algumas instituições, a exemplo da Escola Politécnica da USP, regulamentados pela MP 851/18, aprovada por Temer, em setembro de 2018, e tornada lei 13.800/19, com Bolsonaro. Anuncia a criação de um fundo soberano de conhecimento, batizado de “Fundo da autonomia financeira das Ifes”. O fundo de investimento que gerirá esse Fundo, vinculado ao MEC, será selecionado por meio de procedimento simplificado. Ou seja, o MEC poderá aplicar recursos orçamentários em fundos privados, com risco. Quer que acreditem que a resposta ao subfinanciamento do ensino superior virá da especulação financeira. O MEC sugere que imóveis das Ifes e direitos a eles associados possam compor o fundo. Tudo o que for arrecadado comporá esse fundo, com venda de imóveis, aluguel, cobrança por mensalidades em especializações, venda de serviços, captação via Lei Rouanet, etc.

O uso da lei Rouanet já é feito pelas instituições. A UFRJ, por exemplo, tentou arrecadar receitas para seu museu, pelo projeto. O que o projeto prevê é que esta seja uma via cotidiana de arrecadação, para isso, as atividades de pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior passarão a ser consideradas como atividade cultural. O objetivo é disputar as verbas da cultura por meio desse mecanismo, em que é necessário buscar patrocínio de empresas, e elas, além de projetarem suas marcas, ficam isentas de determinados impostos.

O Ministério da Educação infla as expectativas, e diz que esse fundo deve ter R\$ 102,6 bilhões. R\$ 50 bilhões viriam do fundo imobiliário, composto por imóveis ociosos da União; R\$ 33 bilhões, de fundos constitucionais, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; R\$ 17,7 bilhões, de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista; R\$ 1,2 bilhão, captados via lei Rouanet; e R\$ 700 milhões, de outras fontes, como fundos patrimoniais, e cessão de espaços físicos das universidades. Outra proposta para arrecadação é que os Hospitais Universitários façam convênios com planos de saúde, instituindo a dupla porta de entrada.

Financiamento privado, grande ilusão

O orçamento das universidades e institutos federais não têm a menor possibilidade de serem sustentados pelo setor privado. Primeiro, porque, conforme a lei do desenvolvimento desigual e combinado, o capitalismo na semicolônia desenvolve as suas relações de produção apenas em algumas regiões concentradas (Sudeste, Sul), enquanto as demais regiões permanecem no atraso, predominando a pequena produção mercantil ou de subsistência (pré-capitalismo). Mesmo no Nordeste, o pouco de relações capitalistas se concentra em alguns pólos. Portanto, sequer existe esse capital, da parte da burguesia nacional, para ser investido no ensino superior. Da parte da burguesia imperialista, muito menos, pois, só desenvolve alguns setores da economia que são de seu interesse. Historicamente, o pouco que se avançou na expansão do ensino superior esteve sempre vinculado ao fomento estatal. O Future-se, além da desconfiguração do que se entende por universidade hoje, provocará um encolhimento/enxugamento da universidade pública, por meio de cortes ou fusão de disciplinas e cursos, a diminuição de vagas, sucateamento dos prédios, etc., ou mesmo o fechamento de algumas universidades.

Em segundo lugar, o pouco que ainda virá do financiamento privado, principalmente nas áreas exatas e tecnológicas, assumirá a forma de capital. O conhecimento, as tecnologias e inovações que forem gerados se tornarão patentes, segredos comerciais, e, dessa forma, não poderão ser disponibilizados para acesso à comunidade universitária. As empresas se utilizarão dos espaços públicos, mão-de-obra precarizada dos estudantes bolsistas, e a força de trabalho especializada dos professores universitários para desenvolverem suas pesquisas e desenvolvimento de produtos (P&D), e a lucrar com um custo baixo. O fundo de investimento privado é uma forma de submeter a produção acadêmica às necessidades e diretrizes do capital financeiro.



Ainda a ameaça do fim da gratuidade

Nos dias que antecederam ao anúncio do projeto do MEC para o Ensino Superior, circularam muitas versões, que previam que seria já apresentada a proposta de cobrança de mensalidades. O Future-se, porém, é mais um degrau para se chegar a esse objetivo. Amplia a privatização interna, e naturaliza a ideia de que as instituições captem recursos. Evidentemente, tais fontes serão incapazes de suprir as necessidades orçamentárias das instituições, sobretudo com a desresponsabilização, cada vez maior, do Estado, em relação ao financiamento. A proposição da cobrança dos estudantes ainda encontrará o momento propício para ser apresentada. O governo prepara um modelo, para aplicar regras próximas ao PROUNI e FIES às instituições públicas.

As críticas impotentes das burocracias universitárias

A Associação dos dirigentes das Ifes (Andifes) expressa a subordinação das burocracias universitárias à burguesia e seu Estado, ainda que haja divisões. Queixam-se de não terem sido consultadas antes, inclusive para compartilhar a expertise das medidas privatistas que já aplicam. Junto com o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica, denunciam que as Fundações de apoio são desconsideradas no texto. Crítica repercutida até mesmo por Roberto Leher (PSOL), ex-reitor da UFRJ: *“No lugar de aperfeiçoar os descaminhos da P&D, aprofunda os seus problemas. As fundações de apoio credenciadas realizam a intervenção de 22 mil projetos de pesquisa, que movimentam mais de R\$ 5 bilhões e, conforme o PL, seriam preteridas, em nome de OS escolhidas por critérios flexíveis, sem que possuam expertise necessária para a gestão de projetos”*.

As reitorias das Ifes do Rio de Janeiro se posicionaram com críticas, porém, já antecipando o que é inegociável: *“1) garantia da autonomia universitária, estabelecida pelo artigo 207 da Constituição brasileira; 2) contratação exclusivamente através de concursos públicos para as atividades-fim das Ifes; 3) financiamento público federal do ensino superior e manutenção da gratuidade”*. Ou seja, todo o restante é “negociável”. Mostram disposição ao “diálogo”, o que levará a avançar em vários aspectos propostos pelo Future-se. O Conselho Universitário da UFRJ rejeitou, no dia 09 de agosto, a adesão ao Future-se, porém, indicando nas demandas ao Future-se, sinalizando para a tentativa de modificar o projeto. *“Certamente, o projeto Future-se deveria propor a retirada das Ifes do teto de gastos, garantir o orçamento sem contingenciamentos, e estimular o desenvolvimento para impulsionar a produção científica nacional, e a formação de pessoal qualificado”*, diz a nota da reitoria. Ora, tal projeto deve ser derrubado e enterrado, e não emendado.

O Future-se não é apenas continuidade das medidas de privatização pelas beiradas, viabilizadas em grande medida por meio das “fundações de apoio”, implica na entrega da gestão das universidades à iniciativa privada. Os reitores reclamam que, do anúncio nos slides para o texto legal, há grandes diferenças, por isso, o documento elaborado pela reitoria da UFPel questiona quem terá a palavra final em assuntos que seriam alvo da administração das universidades e das OSs: Conselho Superior, ou Conselho de Administração da OS? Subentende-se da questão o desejo da burocracia ter em suas mãos o controle do curso da privatização interna.

É frequente que os altos escalões da burocracia universitária estejam mesclados à gestão das Fundações. Substituir as fundações por Organizações Sociais é tirar das mãos da burocracia vários de seus negócios, que envolvem uma casta docente. É por isso que não é possível confiar na resistência dos reitores, para impedir a aprovação do Future-se, ou a adesão a ele. Porque as reitorias, que impuseram com truculência a adesão ao Reuni e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), são impotentes para frear o Future-se. Na realidade, as medidas privatistas anteriores prepararam o terreno para esse projeto destruidor da Universidade Pública. Na UFPB, a reitora (alinhada ao PSB) fez assembleias com os três segmentos, em todos os campi, que recusaram o projeto. As disputas interburguesas operam nestes casos, pois, a mesma reitora impôs, com truculência e fraudes, a adesão à EBSERH.

Vale lembrar que a EBSERH, empresa pública de direito privado, foi várias vezes evocada pelo secretário de ensino superior. Não por acaso, quando a EBSERH foi criada por Lula, via Medida Provisória, no último dia de seu mandato, e tornada lei por Dilma, FHC saudou a iniciativa, como um modelo para as universidades, e não apenas para os Hospitais Universitários. O governo Bolsonaro dá um passo adiante, pretende entregar a gestão das universidades para Organizações Sociais, entidades abertamente privadas.

A colaboração das reitorias não para por aí. As burocracias universitárias se omitiram, ou até mesmo apoiaram, medidas como o ProUni e Fies, que levaram ao avanço da mercantilização e desnacionalização do ensino superior. Incorporaram, nas instituições públicas, o Ensino a Distância. Prestaram vários serviços à burguesia e seu Estado, e agora estão diante de um governo ultraliberal, abertamente pró-imperialista, que se apoia na capitulação anterior, para desfechar um ataque de mortal ao ensino público.

Destruição da Educação Pública tem raiz na decomposição do capitalismo

Não há como separar a situação da Universidade com a das relações de produção vigentes, capitalistas, em de-

cadência. A Universidade não tem como se tornar de fato um polo de desenvolvimento tecnológico, enquanto existir a propriedade capitalista e, com isso, o atraso econômico e a apropriação privada dos avanços tecnológicos. Para isso, é preciso expropriar e socializar os meios de produção, e, dessa forma, vincular a universidade com a produção social, como parte da revolução proletária.

É preciso compreender que o Future-se é uma das peças do plano de privatização e desnacionalização da economia. Não pode ser desvinculado da entrega do Pré-sal, Petrobras, Embraer, Eletrobrás, Correios, bancos públicos, base de Alcântara, etc. A defesa do ensino público, sem dúvida, se dá no terreno da luta anti-imperialista e da independência nacional. Luta essa que deve contar com uma grande mobilização de todo o ensino, juntamente com a classe operária e demais trabalhadores.

A luta contra o Future-se e a defesa da Universidade pública e do total financiamento da educação pelo Estado servem como pontos de apoio e mobilização, para que as massas se choquem com o governo ultraliberal de Bolsonaro, e possam desenvolver as suas reivindicações e o método da ação direta, criando um ambiente favorável para a luta revolucionária.



“ Não será com apelos ao Ministro que o Future-se será barrado, mas sim levantando os estudantes para erguerem um forte movimento em defesa da Educação Pública, que se vincule às reivindicações da classe operária e demais oprimidos.

Intervenção da UNE

O início do anúncio do Future-se, por parte do Ministro, foi interrompido pelo presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Iago Montalvão. Sua fala, porém, só revelou capitulação e impotência: “Tem que devolver o dinheiro do contingenciamento, ministro. Estamos à disposição para dialogar, mas a gente quer resposta para hoje. A gente quer saber o que vai acontecer com os estudantes que estão sem bolsa, que estão desesperados sem conseguir fazer suas

pesquisas. Como vamos pensar um projeto para o futuro, se no presente as universidades não funcionam? [...] Precisamos de ajuda, precisamos retomar os investimentos, precisamos de mais vagas, de cumprir o PNE [...] Essa é a nossa reivindicação, precisamos de investimento público na educação, uma universidade que esteja a serviço da soberania. É importante que tenha parcerias, mas é preciso de política pública na universidade”. Ou seja, não denunciou as parcerias com o setor privado, mas se limitou a mendigar verbas e pagamento de bolsas. A direção da UNE (UJS) foi conivente com toda privatização, ocorrida sob os governos do PT, não por acaso o conteúdo da fala do atual presidente é tão rebaixado. Não será com apelos ao Ministro que o Future-se será barrado, mas sim levantando os estudantes para erguerem um forte movimento em defesa da Educação Pública, que se vincule às reivindicações da classe operária e demais oprimidos.

Contra os ataques à autonomia universitária, a tarefa é erguer as assembleias gerais universitárias, com voto universal, para definir os rumos do movimento e da universidade. Mostrar que a autonomia não é, nem o que o governo diz (autonomia financeira), nem o que os reformistas defendem (mera aplicação do artigo 207 da Constituição), mas sim o autogoverno da comunidade universitária. Defender que o Estado financie integralmente o orçamento, calculado pelas assembleias gerais universitárias, e a extinção de todos os mecanismos privatistas. Vincular isso com a luta pela expropriação do sistema privado de ensino e defesa de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. Lutar por emprego para toda a juventude por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho. Porém, com jornada compatível com os estudos.

No dia 13 de agosto, está marcada uma nova greve nacional da Educação, chamada pela CNTE, e encampada pelo ANDES e demais entidades sindicais e estudantis. Ante a capitulação das centrais em relação à Reforma da Previdência, o projeto Future-se será alvo dos protestos das entidades da educação. Qualquer resposta corporativa, porém, está fadada ao fracasso. Caberá aos estudantes, professores, técnicos e demais trabalhadores conscientes mostrar que a luta contra este plano destruidor da Educação pública só pode se dar em unidade com a luta por empregos, com a continuidade da greve geral para enterrar a Reforma da Previdência, revogar a Lei da Terceirização, a Reforma trabalhista, a EC95 e de todas as privatizações. O método desta luta só pode ser a ação direta. É necessária uma nova greve geral, mais organizada, por tempo indeterminado. Precisamos furar o bloqueio da política de conciliação de classes, imposto pelas burocracias sindicais e estudantis.



MANIFESTO

“Future-se” é a destruição da Universidade Pública. Responder com manifestações, greves e ocupações. Unir com a luta por empregos e pela retomada da greve geral contra a reforma da Previdência



O plano de Bolsonaro/Weintraub é aniquilar as Universidades Públicas. Após o corte de 30% das verbas de custeio e capital, oferece às Instituições Federais de Ensino (Ifes) a “liberdade” de captar verbas com todo tipo de privatização. As instituições que aderirem ao “Future-se” serão obrigadas a firmarem contratos de gestão com Organizações Sociais. Com isso, essas entidades privadas passarão a ingerir em atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura. As que não aderirem serão penalizadas com a escassez de recursos, já ameaçadas com novos cortes, segundo a Emenda Constitucional do teto dos gastos. Essas são as alternativas oferecidas pela burguesia. Precisamos de um forte movimento, que parta das assembleias universitárias, e que se vincule às reivindicações dos trabalhadores. Só assim, com nossos métodos de luta, com independência de classe, poderemos barrar a destruição da Educação Pública. A greve da educação, marcada para 13 de agosto, tem de ser preparada desde já pelas organizações sindicais, estudantis, camponesas e populares. É o momento de levantar a bandeira de defesa do ensino público e da autonomia universitária. Está colocada a luta por um sistema único, estatal, da educação, vinculado à produção social, e controlado por quem estuda e trabalha. Com esse programa, colocaremos abaixo o

“ A abertura para o capital estrangeiro fez e faz parte do deslocamento de capitais internacionais voltados a explorarem o mercado educacional. (...) o ensino superior público se tornou uma ilha nesse mar, dominado pelas corporações voltadas ao lucro

“Future-se”, e responderemos aos ataques obscurantistas do bolsonarismo.

Privatização sem limites

O Brasil tem um dos sistemas de ensino mais privatizados do mundo: 90% das instituições são privadas, onde 75% dos estudantes estão matriculados. Nas últimas décadas, avançou a forma monopolista de exploração da educação como mercadoria. Contribuíram para isso medidas como ProUni e Fies. O Estado apoiou o processo de monopolização por meio de subsídios. A abertura para o capital estrangeiro fez e faz parte do deslocamento de capitais internacionais voltados a explorarem o mercado educacional. Está aí por que o ensino superior público se tornou uma ilha nesse mar, dominado pelas corporações voltadas ao lucro e à im-

posição das condições culturais, vinculadas aos interesses do capital monopolista. Um fenômeno correlato se manifestou no seio do sistema estatal de ensino. O público foi e está sendo corroído por várias formas de privatização interna. O “Future-se” potencializa todas as formas de privatizações, pretende que se tornem a via principal de financiamento das universidades e institutos federais. Afirma que seu propósito é “criar um ambiente favorável aos negócios”. Por esta via, potencializará a venda de serviços (mascarados como extensão), o convênio dos hospitais universitários com planos de saúde, a cobrança de mensalidades nos cursos de especialização, os negócios com empresas privadas em que a estrutura pública e o trabalho de estudantes, professores e técnicos é utilizado, e os frutos são apropriados de forma privada, tornando-se capital e distribuindo

“ *O futuro projetado pelo governo é de sobrecarga dos atuais servidores, e sua substituição por bolsistas, estagiários, voluntários e terceirizados.* ”

algumas migalhas, traduzidas em estrutura física e bonificações para os envolvidos.

A crítica dos reitores se resume a um lamento por não terem sido consultados, inclusive para que colaborassem, com a “expertise” das medidas privatistas que já aplicam. Queixam-se de que o texto não mencione as Fundações de apoio, que servem à privatização. Por trás das críticas está o receio de que a substituição das fundações por Organizações Sociais tire das mãos da burocracia universitária e da casta docente privatista o controle da privatização interna. Tal controle é ilusório, pois, a burocracia expressa justamente o poder da burguesia e seu Estado sobre a Universidade. O caminho de opor às Fundações e ao modelo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), à entrega das universidades para as OSs, só pode levar ao fracasso, pois, as fundações e a EBSERH são degraus que levam ao “Future-se”.

Essa mesma burocracia apoiou ou se fez de omissa diante do avanço do sistema privado em detrimento do público. Não viu o ProUni e Fies como instrumentos de apoio ao empresariado. Colocou-se pela implantação do ensino a distância. Agora, a alavanca da privatização está nas mãos de um governo ultraliberal e aberto serviço do imperialismo. Estamos diante de uma situação de vida ou morte do ensino público. Ou pomos em pé um poderoso movimento, ou o “Future-se” incorporará as universidades públicas ao carro chefe das universidades privadas.

“Os professores ficarão ricos”

O governo sabe que conta com uma base de apoio no interior da Universidade: uma casta docente, que já estabelece vários negócios no interior das universidades, atualmente por meio das Fundações, ditas de apoio, e uma camada estudantil já arregimentada pela ideologia do empreendedorismo, presente sobretudo nas empresas júnior. Procura atrair essa camada, e ampliar as ilusões no restante da comunidade universitária. Promete premiar financeiramente docentes por negócios, patentes e publicações de destaque. Na apresentação do “Future-se”, o secretário de ensino superior chegou a dizer: “O professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”. É evidente que o acesso a esses recursos será proporcional à capacidade de se curvar diante dos interesses dos capitalistas. Mas, a submissão não será condição suficiente para se alcançar tal “riqueza”. Os ideólogos bolsonaristas incentivam essas ilusões, dando a entender que, por essa via, a universidade contribuirá para o avanço da ciência, da tecnologia e, portanto, das forças produtivas. O Brasil é um país de capitalismo atrasado, pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, nossa burguesia é extremamente débil. Qualquer “doação” terá como finalidade lucros rápidos. E os ramos de interesse do capital monopolista são escassos, uma vez que já contam com suas matrizes imperialistas.

A realidade da imensa maioria dos professores e, principalmente, técnicos, será a da precariedade, das péssimas condições de trabalho, do adoecimento físico e mental. Com um projeto desta natureza, Bolsonaro não precisa decretar o fim das humanidades, pode deixar que agonizem lentamente por falta de recursos. O ministro da Economia, Paulo Guedes já anunciou que não pretende abrir novos concursos para repor o funcionalismo. O futuro projetado pelo governo é de sobrecarga dos atuais servidores, e sua substituição por bolsistas, estagiários, voluntários e terceirizados.

Diante da grande incerteza dos jovens quanto ao seu futuro profissional, o Secretário de Ensino Superior diz: “O jovem vai ser libertado da perspectiva de ter de arrumar um emprego ou prestar concurso público, pois, serão empreendedores e donos dos próprios destinos”. É mais um palavreado. Quer revestir a precariedade e informalidade com a ideologia do empreendedorismo. É prevista no projeto de lei a “criação Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador”. Proposta como essa mostra o tamanho do cinismo do governo Bolsonaro e da burguesia que o ampara no poder.

Vínculo com o capital financeiro

A mesma mão que corta os recursos da educação, agora, acena com a promessa de um fundo de R\$ 102,6



bilhões, batizado de “Fundo da autonomia financeira das Ifes”. A composição abarcaria a exploração e venda de imóveis ociosos da União, recursos captados de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, leis de incentivos fiscais, captação via lei Rouanet, e doações de empresas e indivíduos.

Em novas entrevistas, o Ministro já diz que o fundo pode arrecadar bem menos do que a expectativa inicial. Parte do financiamento das universidades dependeria do desempenho das ações na bolsa de valores e da gestão, que o MEC já afirmou que entregará “a quem entende”, ou seja, ao próprio mercado financeiro.

É evidente que as vias de arrecadação de recursos não serão suficientes para sustentar o orçamento das universidades. Neste momento, o governo não colocou em prática a quebra

da gratuidade. Mas, fará da crise das universidades o cenário propício para a naturalização da captação de recursos próprios, e, quando encontrar o momento propício, apresentará a proposta de cobrança pelo estudo nas instituições públicas. É necessário compreender que o “Future-se” é uma das peças do plano de privatização e desnacionalização da economia. Não pode ser desvinculado da entrega da Petrobras, da Embraer, de Alcântara, do Pré-sal, etc. A defesa do ensino público, sem dúvida, se dá no terreno da luta anti-imperialista e da independência nacional. Luta essa que deve contar com uma grande mobilização de todo o ensino, juntamente com a classe operária e demais trabalhadores.

Qual a resposta necessária?

É fundamental compreender que o capitalismo vive sua fase de desintegração. Na fase imperialista, o capitalismo não tem mais nada de progressivo a oferecer à humanidade. A Educação é parte da superestrutura do



modo de produção capitalista. Se esse sistema vive tal apodrecimento, a gangrena do tecido social também chega à Universidade. A luta contra o “Future-se” exigirá que rompamos com qualquer ilusão reformista. Não há como salvar a Universidade sem combater o capitalismo

decadente. As ilusões nas ações jurídicas e parlamentares perdem, dia após dia, qualquer lastro na realidade. A própria burguesia viola cotidianamente a democracia formal. A aprovação da reforma da Previdência contou com as direções burocratizadas das entidades estudantis e sindicais que entorpecem a juventude e os trabalha-

dores. Que esta dura experiência seja assimilada, e dê origem a novos caminhos.

Que o dia 13 de agosto expresse a luta de estudantes, professores e técnicos contra a ofensiva privatista de Bolsonaro. O enfrentamento a esse plano destruidor da Educação pública só pode se dar em unidade com a luta por empregos, com a continuidade da greve geral para enterrar a reforma da Previdência, revogar a Lei da Terceirização, a reforma trabalhista, a EC95 e de todas privatizações. O método desta luta só pode ser a ação direta. É necessária uma nova greve geral, mais organizada, por tempo indeterminado. Precisamos furar o bloqueio da política de conciliação de classes, imposto pelas burocracias sindicais e estudantis.

Que sejam construídos e retomados os comitês de luta. Que sejam erguidas as Assembleias Gerais Universitárias, para definir os rumos do movimento e das universidades.

“

A luta contra o “Future-se” exigirá que rompamos com qualquer ilusão reformista. Não há como salvar a Universidade sem combater o capitalismo decadente. As ilusões nas ações jurídicas e parlamentares perdem, dia após dia, qualquer lastro na realidade. (...) O método desta luta só pode ser a ação direta.



MANIFESTO

Romper o bloqueio das burocracias sindicais e estudantis para derrubar a Reforma da Previdência, barrar o plano de Bolsonaro de destruir a Educação Pública, e lutar por emprego a todos!

✓
Distribuído nos atos
e manifestações contra
os ataques à Educação
de dia 30 de julho

Retomar a greve geral para revogar as reformas trabalhista, do ensino médio, a lei da terceirização, a emenda constitucional do teto dos gastos e todos os ataques dos governos! Unir a luta contra os cortes da educação àquela contra todas as medidas de ataque aos explorados e oprimidos! Em defesa do emprego a todos! Contra a privatização das Universidades, Petrobrás, Eletrobrás, Correios, Metrô, etc., erguer uma frente única anti-imperialista!

Neste dia 13 de agosto, voltamos às ruas, sob intensos ataques da ditadura militarista, obscurantista e ultraliberal de Jair Bolsonaro. A Reforma da Previdência tem sido aprovada no parlamento sem dificuldades. E, se as direções do movimento sindical, popular e estudantil continuarem com os mesmos métodos (da conciliação de classes), arcaremos com o mesmo resultado: a retirada de mais e mais direitos. A revolta dos explorados não está conseguindo se converter em ação consciente e organizada para se opor aos vários ataques desfechados. É preciso entender por que estamos sendo derrotados. *A traição das burocracias sindicais e estudantis é um ponto central nesta análise. Desviaram o curso da luta para o terreno parlamentar, por meio da ilusão de melhorar a reforma por meio de emendas.* Não se empenharam na construção de uma greve geral capaz de derrubar e enterrar a Reforma da Previdência, de exigir o financiamento integral da educação. Enquanto isso se dedicaram a fazer lobby nos corredores, pressão nos aeroportos, campanhas com a fotografia de parlamentares e a coletas de assinaturas, quando a necessidade era ir às portas de fábrica, garagens, bairros operários, escolas e Universidades, para chamar os explorados a romperem com a passividade, se organizarem por meio de comitês e assembleias democráticas.

O governo de Jair Bolsonaro é fruto da crise capitalista, que leva a burguesia a atacar a força de trabalho, quebrando antigas conquistas. Para descarregar o peso da crise nos ombros dos explorados, usa a violência estatal. E ainda promove uma ofensiva ideológica para distrair os oprimidos da verdadeira raiz de seus problemas. A compreensão de que a burguesia está disposta a fazer o que julgar necessário para preservar seus lucros e riquezas, sacrificando até

mesmo a democracia formal, é importante para vermos que todos os ataques são expressão de uma mesma ofensiva. Isto explica por que **as respostas fragmentadas, isoladas e corporativas não poderão quebrar a ofensiva anti-operária e antipopular.**

A greve do dia 13 de agosto foi convocada como uma paralisação nacional da educação. Precisamos de uma nova greve geral, mais bem organizada, por tempo indeterminado. Atos e manifestações são importantes, mas insuficientes para enfrentar tamanho ataque. Não basta chamar os trabalhadores a se juntarem à luta pela educação. **É preciso unir, verdadeiramente, as reivindicações em defesa da educação com as de defesa dos empregos, direitos sociais e trabalhistas e soberania nacional.**

A educação está sob um ataque sem precedentes. Os cortes orçamentários vieram para ficar. Não bastou o teto dos gastos, o governo ainda retirou mais recursos de todos os níveis de ensino, ameaçando inviabilizar a continuidade do funcionamento das Universidades, por exemplo. Ao mesmo tempo em que os cortes são feitos para sustentar a maldita dívida pública, servem também para criar uma situação intolerável que empurre os serviços públicos para a privatização. As medidas privatistas previstas na Reforma do Ensino Médio serão colocadas em prática. E, nas universidades e institutos federais, para além dos mecanismos privatistas já existentes, o governo apresenta o **"Future-se", um plano macabro para entregar as instituições para Organizações Sociais.** Por essa via, pretende desresponsabilizar o Estado do financiamento da educação pública e forçar a busca por recursos próprios por meio de venda de serviços, pesquisas e cobranças de taxas e mensalidades, como



já ocorre com as especializações. Incentiva que os imóveis públicos sejam vendidos ou cedidos. O que resta de autonomia universitária será pisoteado.

Este, porém, é um plano de destruição das instituições federais de ensino. Pois, pela condição de atraso econômico no Brasil, não há nenhuma ala da burguesia brasileira disposta a arcar com o custeio do ensino superior. O capital monopolista também não tem este interesse. Atua apenas em ramos específicos onde pode usar a estrutura pública, a mão de obra precarizada dos estudantes e especializada de docentes e ter lucros imediatos, transformando o conhecimento em capital. Além disso, qualquer doação ou parceria com as empresas se dá à custa da isenção de impostos. Ou seja, o Estado deixa de arrecadar e as empresas parasitam a estrutura pública.

É preciso perceber que a defesa das instituições de ensino superior não pode se dar à margem da luta da educação como um todo. Perceber **que a privatização da educação pública é decorrência da mercantilização e desnacionalização da educação explorada de forma monopolista**. Que é preciso dar resposta aos jovens endividados que estão na rede privada. Por isso, defendemos um único sistema de ensino. Precisamos de um forte movimento para estatizar toda a rede privada, sem indenização e constituir um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

A destruição da educação pública é parte da destruição das conquistas sociais e trabalhistas. O privatismo se apoia na lei da terceirização e pretende estender a todos assalariados as condições precárias instituídas com a reforma trabalhista. Cada medida privatista aprovada, em governos anteriores, se tornou um degrau a mais para os atuais ataques. A contrarreforma da previdência social, que amplia o tempo de contribuição e a idade mínima para se aposentar e reduz os benefícios, impossibilitará que a imensa maioria consiga se aposentar. Compõe um só ataque contra todos explorados.

Devemos situar a privatização da educação como parte do ultraliberalismo, expressão da total submissão do governo brasileiro ao imperialismo estadunidense. **A educação está no mesmo pacote que o pré-sal, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Embraer, os Correios, a Base de Alcântara, os bancos públicos, os metrô, as riquezas minerais nas terras indígenas e tudo mais que o governo pretende entregar à burguesia imperialista.** A resposta só pode ser unificada, por meio de uma Frente Única Anti-imperialista. Esse é o caminho para combater o entreguismo e o pagamento da dívida pública. Reestatização de tudo que foi privatizado. Nenhum alinhamento com os Estados Unidos em sua guerra comercial e ofensiva sobre outros povos, como a Venezuela.

A continuidade da crise econômica, no mundo e no Brasil, mostra que a tendência é de continuidade da estagnação



“ *A luta pela escola se dá em conjunto com a luta por emprego, com jornada compatível com os estudos. Não vamos engolir a ideologia do empreendedorismo. Queremos emprego e escola para todos os jovens.* ”

da economia. Como consequência, a ofensiva contra os direitos tende a permanecer. Uma das faces mais perversa disso é a destruição de postos de trabalho. **É preciso lutar por emprego para todos. Isso é o mínimo a ser exigido sob o capitalismo, o direito ao trabalho.** Para isso, é preciso generalizar a bandeira de que “emprego não se negocia, defende-se com luta”. Fazer de cada plano de demissão patronal uma guerra em defesa das fontes de sobrevivência. E ainda exigir que os 30 milhões de desempregados e subempregados sejam incorporados à produção, por meio da divisão das horas de trabalho, sem diminuição dos salários. Entre a juventude, o desemprego é ainda mais dramático. A luta pela escola se dá em conjunto com a luta por emprego, com jornada compatível com os estudos. Não vamos engolir a ideologia do empreendedorismo que os governos enfiaram nos currículos das escolas e universidades. Queremos emprego e escola para todos os jovens.

A luta dos explorados tem de **romper o bloqueio da política de conciliação de classes, com as ilusões reformistas.** Uma nova direção precisa ser construída, que desloque a luta para o terreno da independência de classe. Para lutar com os métodos capazes de derrotar o governo, precisamos retomar as ocupações, greves e **construir desde já construir uma nova greve geral.** Uma greve geral para valer, capaz de colocar o governo contra a parede e impor o fim de todos os ataques a nossos direitos e a nossas vidas.

Abaixo a reforma da previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional! Abaixo o Future-se! Não aos cortes de verba à educação e à saúde! Em defesa do ensino público! Fim do sistema privado de ensino! Por um sistema único de ensino, vinculado à produção social!



Ameaças crescentes à gratuidade do ensino superior público

O sistema de ensino superior brasileiro tem, como particularidades: um desenvolvimento tardio, em comparação com a América espanhola; é um dos mais privatizados do mundo; uma taxa de jovens matriculados baixíssima, inclusive em comparação com países considerados no mesmo nível de desenvolvimento; e a coexistência entre o ensino superior público e gratuito (minoritário) e o privado (amplamente majoritário). A expansão de matrículas, via penetração do capital monopolista, com subsídio do Estado, foi a tônica do último período. No interior das instituições públicas, porém, avançam vários mecanismos de privatização interna. Sob a condução do governo abertamente pró-imperialista de Bolsonaro, a ameaça da quebra da gratuidade no ensino superior tem maiores probabilidades de se converter em realidade. O projeto Future-se é mais um degrau, nesse caminho de aniquilação do ensino superior público.

A gratuidade nas Constituições brasileiras

A garantia legal à gratuidade do ensino superior público é uma conquista recente no Brasil. Data da Constituição de 1988. Antes disso, havia a prática de “gratuidade condicionada”, prevista nas Constituições de 1934, 1946, 1967, e na revisão de 1969. Desde a primeira república, a demanda pela expansão do ensino

superior era acompanhada da reivindicação de gratuidade, o que de fato viabilizaria o ingresso. A reforma educacional de Vargas, em 1931, porém, ao regulamentar o funcionamento das universidades (na realidade, naquele momento o que existiam eram escolas isoladas, e aglomerados de escolas isoladas, que ganhavam o nome de “universidade”) autorizava a cobrança de anuidades. Como a legislação a partir de 1934 estabelecia a “gratuidade condicionada”, a demanda por ensino superior gratuito foi equacionada com respostas particularizadas aos anseios das classes médias. A extensão da prática da gratuidade levou a que fosse entendida como direito pelos estudantes, mesmo sem a garantia constitucional.

Sob a ditadura militar (1964-1985), ganharam espaço as posições contrárias à gratuidade do ensino superior. Nos principais documentos que forneceram diretrizes e orientaram as reformas, pelo menos, desde o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), a justificativa já era a de que grande parte dos que acessavam o ensino superior tinham condições de pagar, e que o retorno econômico decorrente desse acesso era motivo para que o custeio partisse dos estudantes e famílias. A ação dos militares se dava em conjunto com grupos políticos, que se propunham a modernizar as instituições educacionais, adequando-as às necessidades do



desenvolvimento econômico nacional, porém, em conformidade com o modelo estadunidense. Propunha-se, assim, que houvesse “fontes alternativas” de recursos para as Instituições de Ensino Superior (IES), com venda de produtos e serviços, e doações de pessoas físicas e jurídicas.

Na Constituição de 1967, constava, no artigo 168, parágrafo terceiro, item III: *“o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”*. A revisão de 1969 modificou o texto para: *“III - o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos”*.

As mudanças econômicas das décadas anteriores, com desenvolvimento da indústria, e penetração do capital monopolista, se somaram à ampliação de uma burocracia técnica estatal, que requisitava formação profissional. Assim, as instituições de ensino passaram por grandes transformações. O “milagre econômico”, com altas taxas de crescimento, permitiu a manutenção do financiamento público do ensino superior, e reduziu as pressões pela cobrança de mensalidades. A crescente demanda das classes médias foi respondida com a expansão do ensino superior privado. O crédito educativo (embrião do FIES) alimentou o privatismo. Foi nesse período que cresceu o interesse de setores da burguesia na educação como negócio, antes as instituições privadas eram principalmente católicas. Foi um período de grande crescimento nas matrículas no ensino superior, que passaram de 95.691, em 1960, para 1.345.000, em 1980. Enquanto as matrículas no sistema público cresceram 260% (de 182.700 para 492.000), na rede privada a expansão foi de 512% (de 142.386 para 885.054). Até 1965, a participação do sistema privado mantinha-se em torno dos 45%. Atingiu a fatia majoritária de 50,5%, em 1970, e já alcançou 64,3%, em 1980. Tal tendência se desenvolveu nas décadas seguintes.

Ao fim da ditadura, a Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que instituiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino, também formalizou a coexistência entre o ensino público e o privado. Elemento que traz o germe da destruição da educação pública. A partir da aprovação da gratuidade, foram vários os esforços e tentativas de alterá-la, por meio de projetos no parlamento. O cenário do retorno à democracia formal coincidiu com o avanço dos programas de ajuste neoliberal, e a presença cada vez maior do Banco Mundial, que liberava empréstimos, com o pretexto de solucionar

o endividamento, estagnação econômica e hiperinflação, impondo condições sobre a configuração das políticas sociais. Essas orientações impactaram o padrão de financiamento do ensino superior.

Burlas à Constituição em favor das cobranças

A “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” é um dos princípios do ensino, ratificados pelo art. 206, da Constituição Federal de 1988. Desde sua aprovação, já houve oito propostas de emenda constitucional para instituir alguma cobrança no ensino superior público. As vias mais fáceis de driblar a gratuidade, porém, são as práticas de atenuar os efeitos desse princípio constitucional, restringir sua abrangência apenas aos cursos de graduação, mestrados e doutorados. Iniciativas cada vez mais aceitas, toleradas e incentivadas pelo Estado, à medida que os governos federal e estaduais avançam no desfinanciamento do ensino superior público.

“As vias mais fáceis de driblar a gratuidade, porém, são as práticas de atenuar os efeitos desse princípio constitucional, restringir sua abrangência apenas aos cursos de graduação, mestrados e doutorados. Iniciativas cada vez mais aceitas, toleradas e incentivadas pelo Estado, à medida que os governos federal e estaduais avançam no desfinanciamento do ensino superior público.”

Na discussão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, foi vetada a inclusão da proibição da cobrança de taxas escolares nos estabelecimentos oficiais de ensino.

O deputado federal Alex Canziani, por exemplo, ao apresentar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 395/2014, explicitamente, tentou excluir do princípio constitucional a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, as atividades de extensão, caracterizadas como cursos de treinamento e aperfeiçoamento, assim como os cursos de especialização. A proposta não foi aprovada, mas, um mês após não obter os votos suficientes na Câmara, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a cobrança constitucional, legalizando uma prática já proliferada, desde a metade dos anos 1990, viabilizada por meio das fundações privadas, ditas de apoio às universidades estatais. Teve como antecedente o pronun-

ciamento do Conselho Nacional de Educação, em 2002, que se manifestou favorável à cobrança por atividades de extensão e especialização. O fundamento dessas medidas é o incentivo à arrecadação de recursos extra-orçamentários. É comum que seja evocada a “autonomia” das instituições para tomarem tais decisões, autonomia entendida como desresponsabilização estatal, e busca criativa de fontes alternativas. O que é, na realidade, o avesso da autonomia, por submeter as instituições, cada vez mais, ao mercado. A democratização também é evocada, uma vez que, ao naturalizar o subfinanciamento, apresenta-se a cobrança como única forma de ampliar a oferta de cursos de extensão e especializações. Entre os professores, a via privatista acaba sendo uma maneira de complementação salarial. É assim que foi se gestando uma ala privatista interna, que constitui uma casta de professores soldada à burocracia universitária.

“A elaboração das diretrizes de privatização do ensino superior não foram obra de nenhum dos governos do período pós ditadura militar. Sua fonte pode ser encontrada nos documentos do Banco Mundial (BM). Cada governo, seja de FHC, Lula, Dilma, ou Bolsonaro, vai materializando essas diretrizes, mescladas com sua linha político-ideológica, e ao sabor da conjuntura.

Causa estranheza, porém, que até mesmo cursos de graduação são cobrados, em algumas instituições públicas. A Universidade de Pernambuco (UPE) só passou a ser gratuita em 2010. Em 2009, quando a decisão foi aprovada, mais da metade de seus 15 mil alunos pagava mensalidades, que variavam de R\$ 27 a R\$ 110. A cobrança vigorou por 18 anos, desde a sua fundação. O caso da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no Ceará, mostra os ardis para garantir a cobrança. Por meio de um decreto estadual, a instituição foi considerada como pessoa jurídica de direito privado, para cobrar amplamente taxas e mensalidades, porém, não abriu mão dos repasses do governo estadual, o que foi declarado inconstitucional, em 2009. Apesar disso, a UVA continua a ofertar cursos de graduação pagos, a distância (além de especializações), em oito estados².

A pressão do Banco Mundial pela quebra da gratuidade

A elaboração das diretrizes de privatização do ensino superior não foram obra de nenhum dos governos do período pós ditadura militar. Sua fonte pode ser encontrada nos documentos do Banco Mundial (BM). Cada governo, seja de FHC, Lula, Dilma, ou Bolsonaro, vai materializando essas diretrizes, mescladas com sua linha político-ideológica, e ao sabor da conjuntura.

O documento “La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia”, publicado em 1994, pelo BM, trazia quatro diretrizes para a reforma da educação superior, na América Latina, Ásia e Caribe: 1) Maior diferenciação das instituições; 2) Diversificação do financiamento das instituições estatais, e adoção de incentivos para seu desempenho, 3) Redefinição da função do governo, e 4) Enfoque na qualidade, adaptabilidade e equidade. Percebe-se que a liberalização dos “serviços educacionais” e a privatização interna compõem um mesmo programa do imperialismo para as universidades. Determino-nos mais na questão da privatização interna. Em relação à diversificação do financiamento, o receituário neoliberal incluía: a ampliação da participação dos estudantes na cobertura dos custos, por meio de cobrança de matrículas e mensalidades, e corte de verbas da assistência estudantil (moradia, alimentação), consideradas como “subsídios para gastos não relacionados com a instrução”; doações de empresas (mediante isenção fiscal), e de ex-alunos; e a venda de serviços, como cursos de curta duração, consultorias e pesquisas, mediados por fundações de direito privado.

O Banco Mundial, no documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, de 2017, atualiza suas análises e recomendações. Afirma que os gastos com ensino superior são regressivos (beneficiam os mais ricos) e ineficientes, podendo ser cortados pela metade. Afirma que os recursos cortados seriam mais bem aproveitados na educação básica, beneficiando os mais pobres. Uma grande farsa, pois, a real preocupação do Banco Mundial é com o capital monopolista, e a sustentação do parasitismo financeiro. Além disso, apresenta um cálculo em que os estudantes de instituições públicas custam, em média, o dobro ou triplo dos das instituições privadas. Os dados, evidentemente, desconsideram que as instituições públicas mantêm uma estrutura que vai muito além do ensino: museus, hospitais, além da pesquisa e extensão.

A cobrança pelo ensino superior como medida de “justiça social”

Os defensores do fim da gratuidade são meros repetidores dos argumentos gestados pelo Banco Mundial.

2 <http://estudenauva.com.br/>



O deputado federal Kim Kataguirí, do DEM/MBL, por exemplo, afirma: “O sistema público superior é uma máquina de transferência de renda dos pobres para os ricos, e quem é contra a cobrança de mensalidade está defendendo que se perpetue essa desigualdade”. Envolvem a privatização com a embalagem da justiça social. A CPI das Universidades, por parte da Assembleia Legislativa de São Paulo, instaurada em 24 de abril de 2019, reproduz o mesmo mote. Daniel José (Partido Novo), vice-presidente da Comissão de Educação da Casa, chega a dizer que “O conceito de universidade pública gratuita e estatal deveria deixar de existir.”

Dados divulgados pela Andifes, porém, referentes a 2018, apontam que 51,2% são negros, 54,6% mulheres, e 70,2% têm renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Além do que, 60,4% dos alunos graduandos passaram por escolas públicas. O questionário foi respondido por 35% dos estudantes de forma espontânea, sendo que as instituições estimularam principalmente os bolsistas a responderem. Sendo assim, não é possível ter certeza de que esta é a composição real das universidades. É fato que as políticas afirmativas, implementadas sob os governos petistas, levaram ao ingresso de mais estudantes vindos de escolas públicas e negros, porém, é importante reconhecer que elas permanecem elitistas e excludentes. Reconhecer isto não significa jogar água no moinho das políticas privatistas, isso só se dá quando se abandona a defesa da educação para todos, como direito universal, e se adentra no campo das políticas seletivas e focalizadas, indicadas pelo receituário neoliberal. Para os revolucionários, reconhecer esta condição é ponto de partida para a defesa do acesso irrestrito da juventude ao ensino superior público e gratuito, sem exames de ingresso.

A argumentação da “justiça social” é farsesca. Trata como inalterável a condição de sangria das riquezas nacionais, por meio da dívida pública. Daquilo que sobra para o orçamento das políticas sociais, propõe as rigorosas análises de eficiência e foco na pobreza extrema. Os que aceitam tal perspectiva abrem mão da ideia de educação como direito universal. Assim, é como se devêssemos escolher qual o melhor gasto: educação básica ou superior públicas? O que é necessário é erguer um movimento pelo financiamento integral da educação por parte do Estado, a partir dos orçamentos decididos nas assembleias escolares e universitárias. Tal reivindicação, evidentemente, leva a confrontar o pagamento da dívida pública. Sem isso, a realidade da crise financeira nas universidades públicas brasileiras vira argumento para a inevitabilidade do avanço do privatismo.

Em meio às manifestações, voltaram a circular com maior intensidade as propostas de pagamento de mensa-



“ O que é necessário é erguer um movimento pelo financiamento integral da educação por parte do Estado, a partir dos orçamentos decididos nas assembleias escolares e universitárias. Tal reivindicação, evidentemente, leva a confrontar com o pagamento da dívida pública.

lidades em universidades públicas. Em sabatina na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação defendeu a cobrança de mensalidades de mestrados e doutorados. O presidente do PSL, Luciano Bivar (PE), disse que uma PEC estaria sendo gestada por seu partido, o mesmo de Bolsonaro. No dia 20 de maio, Rui Costa, governador da Bahia pelo PT, também se pronunciou, dizendo que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas não deve ser tratada como um tabu. Apesar de não ser uma posição oficial do PT, já houve antecedentes de defesas com a mesma característica. Em 2017, o deputado federal Andres Sanchez (PT/SP) apresentou na Câmara a PEC 366, propondo o pagamento de valores proporcionais à renda do estudante, e o pagamento por meio de prestação de serviço por parte do aluno. Só usufruiriam da gratuidade os que tivessem cursado o ensino médio completo em escola pública, ou como bolsistas integrais em escolas particulares. A proposição foi abortada um mês depois.

Estudo da OCDE

As medidas privatistas são apresentadas, pelo governo, como adequações a parâmetros internacionais. Em estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 2018, analisou o sistema educacional em 29 países. Em nove deles, as universidades são completamente gratuitas na graduação. Das pagas, quatro cobram valores anuais menores que US\$



“É necessário entender os cortes como parte das medidas privatistas, e opor uma resposta programática, com a expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

1.000, enquanto as outras 16 nações cobram de US\$ 1.462 (Portugal) a US\$ 11.796 (Inglaterra). A Alemanha, que não está no estudo, passou a cobrar anuidades, em 2006, mas voltou atrás, em 2014, e cobra apenas uma taxa de administração, apresentada como simbólica. Há variações, não apenas em relação aos valores cobrados, mas também das modalidades de crédito. Estados Unidos e Chile são conhecidos pelos efeitos negativos do endividamento estudantil. A soma das dívidas dos 44,7 milhões, egressos de universidades estadunidenses, chega a US\$ 1,5 trilhão (R\$ 6 trilhões). Com a crise, as mensalidades cresceram nos últimos anos. As lutas estudantis no Chile, pelo retorno à gratuidade do ensino, quebrada com a ditadura de Pinochet, laboratório das políticas neoliberais, levou a modificações na política educacional. A promessa de retorno gradual à gratuidade, aprovada sob o governo de Michelle Bachelet, faz com que apenas um percentual de estudantes de baixa renda não tenha de pagar as mensalidades. A gratuidade total dependerá de novas lutas.

Nota-se que a configuração neoliberal da educação tem avançado no mundo. A Inglaterra, berço do Estado de bem Estar Social no pós segunda guerra mundial, sustentou um sistema público e gratuito de ensino superior, até 1997. Hoje tem a maior anuidade dos países da OCDE. Modelo semelhante foi adotado pela Austrália, em 1989. O pretexto, na época, era o de resolver os problemas de subfinanciamento. Mas, o balanço da experiência mostrou que os recursos privados não foram complementos, em relação ao financiamento público. Assim, com a progressiva retirada do Estado, uma nova crise de subfinanciamento eclodiu, em 2000.

A antecipação de propostas, ameaças e burburinhos, em torno da cobrança de mensalidades, são os balões de ensaio, feitos pela burguesia. A frequência e intensidade da proposição se têm ampliado, desde a eleição de Bolsonaro. O documento “Panorama Fiscal Brasileiro”, elaborado pelo Ministério da Fazenda, na transição para o governo Bolsonaro, projetou a arrecadação de um bilhão de reais, em 2019, dois bilhões, em 2020, crescendo um bilhão ao ano, com a maturação de novas matrículas. A proposta era de uma mensalidade máxima de 1.168 reais (a média do valor financiado pelo FIES em 2017). O modelo divide os estudantes em 10 faixas de renda. Os que possuem renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita ficariam isentos; o oitavo decil pagaria 50%, o nono, 75%, e o décimo, 100%.

Defender um sistema de educação integralmente público e gratuito

A resposta massiva nas ruas nos dias 15 e 30 de maio aos cortes no orçamento da educação em todos os níveis foram um sinal importante de resistência às medidas privatistas e destruidoras de Bolsonaro/Weintraub. Porém, não basta ser contra os cortes, é necessário perceber o vínculo dos cortes com todas medidas de retirada de direitos sociais e trabalhistas. É necessário entender os cortes como parte das medidas privatistas, e opor uma resposta programática, com a expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham. Mais do que isso, situar a privatização da educação como parte da política ultraliberal de privatização da Petrobras, Eletrobrás, Correios, etc. O ultraliberalismo é a expressão do servilismo do governo Bolsonaro ao imperialismo. Por isso, a resposta aos ataques à educação não pode ser corporativa. É preciso unir todos explorados e oprimidos, por isso, a tática da frente única antiimperialista.



Educação a Distância: via capitalista para a destruição do ensino o aumento da mercantilização

Introdução

Há dez anos, o POR publicou o folheto “Ensino a Distância: excrescência do capitalismo”, que contém o fundamental de nossa análise e crítica dessa forma ou modalidade de ensino. O objetivo deste artigo tão somente visa a cobrir os 10 anos passados entre a publicação e o momento atual, com atualização de dados, legislação, e desenvolvendo de alguns pontos novos, ou que lá aparecem apenas sintetizados. Em 2008, quando lançamos a brochura, vivia-se a era dos governos nacional-reformistas do PT. O plano de expansão das universidades públicas federais (Reuni, criação de novas IES) convivia lado a lado com as formas de privatização e crescente mercantilização do ensino. As matrículas no ensino privado se aceleravam; o governo Lula/PT favorecia os negócios privados no ensino, não apenas por meio de programas, como o FIES e o ProUni, mas igualmente pela regulamentação do Ensino à Distância (EaD), modalidade introduzida na LDB de 1996, ainda no governo FHC. A criação dos primeiros cursos de EaD privados foi imediata.

Em 2006, o próprio governo nacional-reformista cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), marco na expansão do ensino a distância nas universidades públicas federais e estaduais. O reformismo petista se posicionou diante do EaD levantando objeções apenas quanto à expansão (o EaD deveria se limitar ao ensino superior), e grau de importância (deveria ser uma forma apenas auxiliar, acessória, focada em regiões de difícil acesso, e visando a minimizar a concentração das graduações nos

grandes centros urbanos). Todavia, as tendências à desintegração capitalista e a necessidade do empresariado explorar novos nichos de mercado mostraram que esta não era a real finalidade da legislação. A penetração do capital estrangeiro, de poderosos fundos de investimentos, de empresas de tecnologia e a formação de grandes conglomerados educacionais puseram por terra a ilusão reformista na possibilidade de controle do EaD. Para que tenhamos ideia, projeta-se, para o ano de 2023, que as matrículas da modalidade à distância devam superar, pela primeira vez, as do ensino presencial, em faculdades e universidades privadas.³ Com a lei da Reforma do Ensino Médio do governo Temer, abriram-se as portas também para a penetração da modalidade no ensino médio. Aguarda-se, por sua vez, a regulamentação do EaD até mesmo para o ensino fundamental! Assim esperam do novo governo obscurantista de Bolsonaro, os vorazes investidores e parasitas do Estado. Essa perspectiva está dada; tamanha é crise mundial do capitalismo e seus reflexos no Brasil semicolonial.

Sabemos que, para a grande burguesia, sua inclinação pelo EaD não ocorre por que veja nela grandes vantagens pedagógicas, ou formas superiores de aprendizagem, mas porque lhe dá a oportunidade de reduzir os gastos do Estado com educação. Quanto ao empresariado diretamente ligado ao setor, ele, igualmente, não a louva por suas supostas virtudes didáticas – ao con-

3 A Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES), utiliza dados levantados pela consultoria Educa Insights. Ver <http://www.abmes.org.br/public/noticias/detalhe/1998/em-2023-graduacao-on-line-sera-maioria>.



trário, tem consciência da sua falsidade e nulidade no campo educativo – mas porque vê nela a oportunidade de ouro de vender de diplomas a baixo custo.

Há uma década, caracterizamos o EaD como uma “excrecência”. Não há definição melhor, nem mais adequada. Expressa exatamente o que o regime burguês em decadência reserva para a educação das massas: degradação e absoluto rebaixamento cultural. Virar esse jogo, contudo, depende não apenas dos trabalhadores em educação e da juventude pobre, mas fundamentalmente do proletariado armado de seu partido e de seu programa. Perseguindo este objetivo, nossa arma imediata é a crítica programática das posições burguesas e pequeno-burguesas quanto à educação. É o que veremos neste artigo.

1 - A educação superior em meio à crise e ao avanço da mercantilização

Os Dados

O avanço contínuo da mercantilização tem sido o fenômeno mais importante do ensino superior nas últimas décadas. Segundo dados do Inep⁴ e do Censo da Educação Superior 2017⁵, é possível desenvolver o seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1960-2017

> Rede Pública			> Rede Privada		TOTAL
Ano	Matrículas	Total (%)	Matrículas	Total (%)	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	101.691
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2	5.449.120
2017	2.045.356	24,7	6.241.307	75,3	8.286.633

EVOLUÇÃO DO Nº DE ESTABELECIMENTOS/INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1985-2017

> Rede Pública			> Rede Privada		TOTAL
Ano	Números de IES	Total (%)	Números de IES	Total (%)	
1985	233	27,1	626	72,9	859
1990	222	24,2	696	75,8	918
1995	210	23,5	684	76,5	894
2000	122	10,8	1.004	89,2	1.126
2005	231	10,9	1.934	89,3	2.165
2010	278	11,7	2.100	88,3	2.378
2017	296	12,1	2.152	87,9	2.448

Os dados mostram que, quanto ao número de matrículas, enquanto os estabelecimentos públicos tiveram crescimento de 253%, entre 1990 e 2017, os estabeleci-

4 Dados compilados e utilizados no artigo “Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010”. *Evolução.pdf*repositorio.ipea.gov.br/bits-tream/11058/7066/1/Radar_n46_e

5 Ver: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimofile>

mentos privados cresceram, nesse mesmo período, impressionantes 549,1%. No que diz respeito ao número de estabelecimentos de ensino, a rede privada cresceu 214%, entre 1995 e 2017, contra apenas 40% da rede pública, no mesmo período. O aumento exponencial do setor privado na educação coincide com a abertura de mercado e a mudança da legislação para permitir a exploração do setor, que continuou mesmo sob os governos petistas. Em 2017, portanto, existiam 2.152 instituições privadas de ensino superior, número que concentrava cerca de 88% do total de universidades, faculdades e centros universitários no Brasil. Elas possuíam mais de 75% das matrículas naquele ano, o que colocava o país no ranking dos que possuíam maior número de estudantes matriculados em instituições privadas no mundo. O número de alunos nelas matriculados teve um crescimento de 87%, entre 1990 e 2000; 120%, entre 2000 e 2010, e 56,5%, entre 2010 e 2017. Os dados mostram que o número de IES públicas foi sendo paulatinamente reduzido, entre 1985 e o ano 2000. A reversão dessa tendência ocorreu sob os governos petistas. Apesar do crescimento expressivo de matrículas alcançar 103,8%, entre os anos de 2007 e 2017, nas universidades públicas federais, estaduais e municipais, o domínio do setor privado não foi abalado, mas, ao contrário se fortaleceu. O Censo da Educação Superior de 2017 indica que foram criadas ao menos 7,9 milhões de vagas nas IESs, sendo 7,2 milhões apenas nas instituições privadas. As instituições privadas continuaram campeãs na oferta de vagas em cursos de graduação. Cerca de 92,4% das vagas ofertadas ainda provém delas. Como explicar o crescimento vertiginoso das IESs privadas? É possível observar, pelos dados compilados nas tabelas, que o Estado não acompanhou com investimentos necessários a demanda por ensino superior. Entre os principais motivos podemos elencar: 1) A maioria das IESs públicas é composta por universidades, estruturas que requerem vultosos investimentos para construção e manutenção, o que acaba por pesar na capacidade orçamentária do Estado semicolonial; 2) Nunca houve, por parte da grande burguesia e seus partidos tradicionais, uma política deliberada de resolver a demanda por ensino superior com investimentos estatais e a expansão da rede pública; 3) A crise do capitalismo agudizou a necessidade, que se manifesta há décadas, de desresponsabilizar o Estado da educação, e direcionar os orçamentos para o parasitismo financeiro.

As instituições privadas, ao abrirem centros, cursos de graduação, e multiplicarem suas turmas, o faziam por meio de faculdades, que não possuem, nem programas de pesquisa, nem serviços de extensão (as partes mais dispendiosas do ensino superior e, portanto, sem inte-



resse por parte do empresariado).⁶ Podemos dizer que o crescimento das IESs privadas se faz na contramão das poucas pesquisas científicas, que recaem inteiramente sobre as universidades públicas. O argumento dos porta-vozes da grande burguesia, de que as instituições privadas são a saída definitiva para os milhões de jovens que não têm acesso ao ensino superior, esconde que a busca pelo lucro se faz com o rebaixamento do conhecimento científico, abandono da área de pesquisa, e redução a simples atividade docente na sala de aula. Em outras palavras, é preciso diplomar ao máximo, e aumentar os lucros, à custa de baixa aprendizagem e qualidade do ensino. Isso fica patente, quando se observa dados da Pós-Graduação, em especial a *Strictu Sensu*, onde os custos envolvidos são maiores (laboratórios, bibliotecas, salários acadêmicos), e a participação das instituições privadas é de apenas 19% nas matrículas totais, contra 81% nas públicas. O conjunto dos dados apresentados acima nos permite dizer que continua plenamente vigente nossa conclusão expressa no folheto de 2008. Lá dizemos: “Esses números mostram: 1. O Estado abandonou a obrigação de ampliar a rede pública superior; 2. Os capitalistas passaram a explorar o mercado de ensino com maior voracidade. Conclusão: o sistema privado controla as universidades e determinam, em última instância, a política educacional do governo”. Não é preciso acrescentar mais nada, a não ser que o poder dos grupos privados aumentou ainda mais nesse período, e que o EaD se tornou um novo flanco de atuação.

Ensino privado e EaD

Em 2017, o Brasil tinha 8.286.663 estudantes no ensino superior. Destes, pelo menos 1,75 milhão de estudantes estavam no EaD, segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2017. Esse número equivale a mais de 20% do total dos alunos matriculados no ensino superior no país. Em 2004, o montante de alunos mal chegava a 60 mil, ou 4,2% das matrículas nas IESs. Ainda segundo dados do Censo, enquanto o número de matrículas em cursos presenciais diminuiu 0,4%, entre 2016 e 2017, o de matrículas nos cursos a distância teve aumento de 17,6%. No decênio de 2007 a 2017, elas cresceram 375,2%, enquanto a modalidade presencial cresceu nesse mesmo período apenas 33,8%.⁷ O crescimento em 10 anos foi, sem dúvida, vertiginoso. Como explicar esse salto fantástico? Não é difícil compreender. A crise estrutural empurrou e empurra os capitalistas ao setor da educação, com fins

⁶ Segundo o Censo de 2017, do total das IES privadas existentes no Brasil naquele ano (2.152), ao menos 1.878 eram exclusivamente de faculdades, o que representava 87,2% do total. Apenas 93 eram universidades e 181 eram os centros universitários. No setor público 47,9% são faculdades contra 52,1% de universidades, IF's e centros universitários.

⁷ Censo da Educação Superior – Notas estatísticas 2017, INEP, p. 17

Em 2017, eram **8.286.663** de estudantes no ensino superior.

Pelo menos **1,75 milhão** estavam no EaD: mais de 20% do total dos alunos.

No decênio de 2007 a 2017, os cursos a distância cresceram **375,2%**, enquanto o presencial, **33,8%**.

“O EaD não poderia tomar o impulso que tomou, sem a existência prévia da rede privada de ensino superior, sob a forma de faculdades.

de explorá-lo economicamente; o acesso ao ensino em todos os níveis, de direito democrático e tarefa pendente, passou a negócio rentável com o necessário incentivo do Estado. Sob os governos petistas, o financiamento e o subsídio aos grupos empresariais da educação alcançaram alto patamar. Um pouco antes, os cursos *on line* começam a ganhar projeção, apresentando melhores taxas de retorno para investimentos relativamente baixos. No governo Lula, o MEC favoreceu os grupos privados, com a chamada portaria dos 20%, permitindo que até 1/5 da carga horária dos cursos presenciais das IESs privadas fosse convertida em EaD. O governo Temer, anos depois, deu novo impulso com a publicação da portaria 1.428/18, que ampliou de 20% para 40% o limite de conversão para EaD dos cursos presenciais nas IESs. Por fim, a publicação do decreto 9.057/17 escancarou as portas para o EaD, ao acabar com a obrigatoriedade das instituições de ensino possuírem a modalidade presencial para ofertarem cursos a distância.

O EaD não poderia tomar o impulso que tomou, sem a existência prévia da rede privada de ensino superior, sob a forma de faculdades. As taxas de lucro mais compensadoras no ramo da educação superior só podem ser auferidas quando todo o labor e produção acadêmicas dos estudantes se resumem a atividades exclusivamente de salas de aula. Todo o alardeado trabalho discente e docente das faculdades resume-se ao simples uso contínuo desse ambiente. As faculdades, por não estarem obrigadas a fazer investimentos em pesquisa (oferta

de bolsas, compra de equipamentos, viagens de campo, laboratórios, construção de instalações especiais etc.) e projetos de extensão, constituem o centro mesmo do processo de lucro, por ofertar, como já o dissemos, apenas ensino presencial simples. O custo propriamente dito, de disponibilizar e manter salas, é insignificante, perto do retorno na forma de milhares de mensalidades, venda de programas e materiais didáticos, cobrança de taxas, emissões de diplomas etc. O ensino a distância aparece como uma extensão desse processo quase natural de economia de custos na educação; e por conseguir reduzir ainda mais o já insignificante dispêndio de capitais na oferta de graduações, tornou-se o caminho habitual a ser seguido pelo empresariado, na meta de agigantar o volume de lucros.

Ocorre, porém, que o crescimento vertiginoso do ensino privado, dizíamos em nosso folheto, “*deu lugar a um grande número de vagas [não preenchidas] não por falta de alunos, mas sim por falta de condições sociais da maior parte da classe média e da camada mais bem-sucedida da classe operária*”⁸. O FIES, o ProUni e outras modalidades de crédito educativo, fundamentais para a manutenção das redes privadas funcionando, foram afetadas com a recessão de 2014-2016, e a estagnação econômica que veio a seguir. O número de estudantes de IES privadas que possuíam financiamento do FIES caiu, de 21,3%, em 2014, para 5,7%, em 2017, segundo o Semesp⁹. O próprio Ministro da Educação, Abraham Weitraub, criticou o FIES, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Alegando que o índice de inadimplência é elevado, concluiu que é “*uma política equivocada da forma como é executada*”, ou seja, deve ser limitado a quem pode comprovadamente ressarcir o governo depois de concluir os estudos. Diante deste novo quadro, não apenas os grupos privados de ensino tiveram de recorrer a créditos próprios como malabarismo para continuar a oferta de matrículas, como tiveram



“ *O custo propriamente dito, de disponibilizar e manter salas, é insignificante, perto do retorno na forma de milhares de mensalidades, venda de programas e materiais didáticos, cobrança de taxas, emissões de diplomas etc.* ”

de lançar mão mais intensamente do ensino a distância.

O EaD cresceu ainda mais nestes anos de crise, impulsionado pela sede de lucro do empresariado e como forma dos grupos privados continuarem faturando, quando já começavam a cair as matrículas no ensino presencial. Os dados do INEP mostram que o EaD cresceu 7,2%, em 2016, em relação a 2015, e 17,6%, em 2017, se comparado a 2016. No mesmo período, o ensino presencial teve quedas respectivas de -0,08% e

-0,4%, em 2016 e 2017. Mas, os próprios especialistas começam a se dividir, quanto às perspectivas futuras do mercado do EaD. Enquanto alguns analisam que já há saturação, outros apostam na perspectiva de expansão. Foi o que se viu no 24º Congresso Internacional da ABED, a Associação Brasileira de Educação a Distância. Os defensores de que há espaço para uma grande expansão, como o presidente da ABED, Fredric Michael Litto, recorreram aos números do crescimento das matrículas e dos polos de apoio do ensino superior a distância, que saltaram, em apenas 1 ano (de 2017 a 2018), de 6.583, para 15.394. Já Carlos Longo, pró-reitor da Universidade Positivo, e partidário da tese de saturação, acredita que “*não existe demanda para todas essas ofertas, e isso complica o processo*”. A depuração é a tendência natural do mercado de EAD, segundo ele, e os 15 mil polos devem se reduzir a 7 mil. Para Luciano Sathler, reitor do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, de Belo Horizonte, há um fenômeno global de crescimento da população universitária. Isto é, a expansão, para ele, irá ainda mais longe.

Em 2023, as instituições privadas começarão a receber mais alunos para estudar a distância do que presencialmente, segundo tem projetado a ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), por meio de um estudo intitulado “Um ano do Decreto EAD – O impacto da educação a distância na expansão do ensino superior brasileiro”, de 2018. O empresariado e associações de defesa e promoção do EaD, segundo a ABMES, precisariam se preocupar com a profunda desconfiança com a modalidade, que ainda persiste. Segundo a associação, pesquisas revelam que “para 62% dos entrevistados, a qualidade do EaD não é bem avaliada pelo mer-

8 Ensino à Distância: Excrecência do capitalismo, 2008, p. 7

9 Ver: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2019-05/credito-estudantil-proprio-dobra-em-faculdades-privadas>.



cado de trabalho. A mesma quantidade acredita que as instituições de educação a distância não oferecem canais para sanar dúvidas, e 37% dos entrevistados dizem ter dificuldade com os ambientes virtuais de aprendizagem”.

Especialistas da área admitem certas dificuldades na expansão. Para a professora Behar *“O aluno do EaD precisa ter certas características, como fluência digital, que é uma exigência no mercado de trabalho. Se ele lida naturalmente com as tecnologias, será muito bem aceito.”* Isso significa que, num quadro de persistência do abandono/repetência, baixo nível cultural, analfabetismo funcional e pobreza, as condições para o crescimento do EaD encontrarão limites naturais. Não é possível EaD sem computador, dinheiro, organização, autodisciplina. Os próprios especialistas sabem que há resistência no mercado em aceitar profissionais de EaD e, por isso, dizem que é preciso *“focar mais na qualidade e menos na expansão”*. Entretanto, as forças do mercado e do lucro falam indiscutivelmente mais alto do que a opinião de qualquer especialista. E há os que, não apenas apostem na expansão para o bem do maior retorno do investimento, como até da eliminação mesma dos polos de apoio. É o caso de João Augusto Mattar Neto, professor, pesquisador e orientador no mestrado em educação e novas tecnologias, da Uninter, do Paraná, para quem é preciso defender um EaD sem polos presenciais. Transcrevemos uma passagem da reportagem de Ricardo Lacerda, que descreve bem o debate no 24º CIABED¹⁰:

“É possível fazer EAD de qualidade sem um polo presencial? Segundo ele [Mattar Neto], sim. ‘Fiz mestrado online nos Estados Unidos sem nenhum encontro presencial e foi uma experiência renovadora em minha vida.’

Para ele, a discussão sobre os polos é uma particularidade brasileira. Ainda assim, o cenário de franca expansão não deve ser visto com olhos negativos. Motivo: existe demanda reprimida, há um consequente aumento na competição e existe regulação.

Teremos a oportunidade de discutir a verdade sobre a ‘qualidade’ do EaD mais adiante. Por ora, voltaremos ao tema da expansão. O Censo de 2017 nos revela que, naquele ano, ingressaram 3.226.249 estudantes no ensino superior, dos quais 1.073.497 pela modalidade a distância (33,3%), e 2.152.752 pela modalidade presencial (67,7%). Entre 2007 e 2017, enquanto o ensino presencial cresceu 19%, o EaD cresceu 226%. Mas, das vagas novas em processos seletivos para cursos presenciais, foram preenchi-

das cerca de 48,6% delas, ao passo que, das vagas ofertadas em EaD, apenas 25% foram ocupadas (exceção feita aos cursos sequenciais, cujo preenchimento é de 75%). Isso significa que, de longe, os grupos privados oferecem uma quantidade de vagas, via EaD, bem superior ao número dos que podem pagar. Mas, a grande burguesia do setor não pode se deter diante de nenhum obstáculo. Exatamente por isso, foram grandes as pressões pela regulamentação e abertura do mercado da pós-graduação. A publicação da portaria nº 275/18, pela CAPES, no último mês do governo Temer, atendeu a esse pedido, e abriu as portas para a oferta de cursos na modalidade à distância de pós-graduação Stricto Sensu (mestrados e doutorados). A chegada do EaD à pós-graduação é mais um capítulo da destruição do ensino e da transformação radical da educação pela burguesia decadente. Para ela, a privatização precisa avançar, tão veloz quanto dita o lucro, sobre este ‘último reduto’ das universidades públicas. Por trás desta ofensiva destruidora da educação, está um fabuloso mercado da ordem de dezenas de bilhões de reais, e poderosos grupos financeiros. É o que veremos a seguir.



Mercado e grupos monopolistas na educação

Dizíamos em nosso folheto sobre Ensino à Distância: *“Em 2006, calculava-se que esse mercado [ensino superior privado] movimentava R\$ 15 bilhões.”* Em 2017, 11 anos depois, esse número saltou para R\$ 54,5 bilhões, segundo a consultoria Hopper. O dinheiro movimentado apenas com tecnologia para a educação não fica por menos, e alcança a marca de R\$ 45 bilhões, segundo a revista Exame, a partir de dados catalogados do censo da educação superior. O ensino médio, contudo, é o que proporciona a maior receita líquida: cerca de R\$ 60 bilhões/ano¹¹, apenas com mensalidades. Se juntarmos os R\$ 6 bilhões faturados com conteúdo (livros didáticos, etc.), e os R\$ 20 bilhões com atividades pagas no contraturno escolar

10 O 24º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Educação a Distância (CIABED) ocorreu em outubro de 2018 em Florianópolis, SC.

11 www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml



(música, dança, esporte, etc.), os lucros sobem ao patamar de R\$ 85 bilhões. Segundo estudos do grupo Hopper, esse é o grande filão, em que empresas gigantes pretendem entrar, e reorientar sua divisão. Desde 2015, ainda no governo Dilma/PT, ao iniciarem-se os cortes no orçamento da união, atingindo o Fies, provocado a elevação dos juros, e fazendo a carência cair, o recuo no número de alunos nas instituições privadas foi inevitável¹². Já indicamos anteriormente que esse fato acelerou os investimentos em EaD, contudo, para além disso, promoveu um acentuado processo de fusão dos grandes grupos educacionais entre si, e de grupos que atuavam do ensino médio com aqueles voltados ao ensino superior. Grandes empresas passaram a comprar grupos educacionais em todos os estados, e grandes grupos monopolistas nacionais e estrangeiros entraram com força no mercado educacional. A era dos grupos tradicionais e familiares dominando o mercado ficou definitivamente para trás. Em 2008, dizíamos “*como qualquer ramo de exploração capitalista, havia de se manifestar a lei da concentração e monopolização*”. Após anos de concentrações, fusões e aquisições, o ranking das dez maiores empresas de ensino superior do país, no ano de 2017, é o que segue abaixo:¹³

Grupo Empresarial	Matrículas (em milhares de alunos)	Receita líquida (em milhões de reais)
1- Kroton	841,3	5.380,36
2 - Estácio	441,7	3.379,00
3 - Unip	417,4	2.418,34
4 - Laureate	271,2	2.534,47
5 - Cruzeiro do Sul Educacional	149,8	850,80
6 - Ser Educacional	143,4	1.231,79
7 - Uninove	138,2	749,20
8 - Anima	85,2	981,80
9 - Unicesumar	79,5	449,50

Com a compra do Somos Educação (proprietária da Anglo e das editoras Ática, Scipione, Saraiva), em abril de 2018, a Kroton se tornou o maior conglomerado do ensino médio privado. De quebra, entrou com força no mercado de editoras e no igualmente lucrativo de sistemas de ensino, livros, material didático geral, apoio pedagógico, apostilas, etc. O negócio envolveu R\$ 4,6 bilhões, e, entre os clientes em vista, estão justamente os governos, mantenedores do ensino público. Acompanhando esta incursão por um mercado tido como em expansão, vieram ganhando força também os fundos de investimentos nacionais e estrangeiros, com ações negociadas na bolsa. Dos 11 maiores grupos, apenas quatro

12 Em 2015, 287 mil alunos usavam este programa; em 2016 caiu para 204 mil e em 2017 apenas 185 mil alunos ainda permaneciam

13 www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml

não abriram capital para o mercado de ações. Destes mesmos, há 3 empresas estrangeiras e, das 4 restantes, os fundos de investimento internacionais estão entre os principais acionistas.

A penetração do capital estrangeiro no ensino básico privado também é observada. A empresa *General Atlantic*, uma empresa de participações privada norte-americana, elevou, em 2017, sua participação na empresa de sistemas de ensino SAS, que oferece livros didáticos, consultoria pedagógica e outros serviços, a mais de 700 escolas no país. Outro grupo, a *Warburg Pincus*, foi atraído pelos lucros no ensino básico, e comprou uma fatia do grupo *Eleva* (65 mil alunos e 1,5 mil professores), do qual também é acionista o mega investidor Jorge Paulo Lemann¹⁴. O controle cada vez maior das escolas e redes privadas por grandes conglomerados educacionais tem levado até mesmo setores da pequena burguesia mais bem remunerada a se preocupar com a qualidade do ensino, e com o possível controle das políticas públicas educacionais, por parte das gigantes do mercado educacional. Além da Somos Educação, a Kroton adquiriu o grupo Leonardo da Vinci, em Vitória, que se juntou aos grupos Pitágoras, Anhanguera e Unopar, já controlados por ela. A compra originou a empresa *Saber*. A Estácio, segunda maior no ramo do ensino superior privado, que já está bastante avançada no EaD, procura fazer o mesmo, abrindo turmas no ensino médio. O Grupo Ânima do ensino superior fez parceria com a escola Lumiar, e a própria Kroton tentou comprar a Estácio, em 2017, sendo impedida pelo CADE que, por enquanto, rejeita a fusão em nome da livre concorrência, já que a Kroton – com a fusão – concentraria mais de 30% do mercado da educação superior. Com a regulamentação do ensino médio a distância, exigência destes mesmos grupos empresariais, não apenas a redução dos custos e maior taxa de lucro serão as consequências, como a própria destruição da escola.

2 – EaD na educação básica: capitalismo visa a materializar destruição do ensino

Entre 2008 e agora pouco, viu-se em termos de avanço prático do EaD, nas escolas. Todavia, verificou-se que o terreno para o seu desenvolvimento foi completamente preparado. O governo Temer, nascido de um golpe de estado parlamentar e, por isso mesmo, caracterizado como uma ditadura civil, distinguiu-se por seu alinhamento completo aos interesses do capital financeiro, patrono do impeachment de Dilma/PT. Em meio ao conjunto de reformas antinacionais e antipopulares, tocados pelo Congresso, o governo não esqueceu, nem por um minuto, o pleito dos grandes grupos empresariais para a educação.

14 <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2017/02/eleva-jorge-paulo-lemann-quer-criar-melhor-escola-do-brasil.html>



Além da aprovação da emenda constitucional nº 95, que congela os gastos federais por 20 anos, incluindo os da educação, o governo tratou de agilizar a aprovação da reforma do ensino médio, ainda em 2017. Em novembro de 2018, o Câmara de Educação Básica da CNE/MEC homologou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que regulamentaram o EaD para o Ensino Médio, e abriram o caminho para que empresas de tecnologia fos-

sem as primeiras a chegar. Desde a aprovação da Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/17), o EaD passou a ser oficialmente permitida na educação básica. Com as DCNs, aprovadas nos últimos meses do governo Temer, definiu-se que, no caso do ensino médio diurno, até 20% do currículo poderá ser realizado a distância, enquanto para o ensino noturno foi fixado percentual de 30%, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), de 80%. O ensino fundamental continuou sem regulamentação específica, salvo nos casos previstos pelo decreto 9057/17.

O atual governo fascistizante e obscurantista de Bolsonaro, contudo, já se manifesta abertamente, não apenas em favor dos modelos de ensino não presencial, via EaD, como também pelo *homeschooling* (educação domiciliar à maneira estadunidense), o que – na ignorância própria do mandatário – seria extremamente útil para combater a suposta “doutrinação marxista” nas escolas.

O MEC de Mendonça Filho/Temer adotou o discurso de tornar o ensino médio atrativo, eficiente e inovador. Na prática, tratava-se de privatizar o ensino público, tecnicizar a educação, e aprofundar o fosso entre os que pensam e os que fazem. O MEC de Weintraub/Bolsonaro está obrigado a certo continuísmo, e mesmo ao aprofundamento das políticas educacionais de Temer, como a privatização, porém, trazendo consigo o elemento do preconceito religioso, conjugado ao militarismo repressivo.

Tecnicamente, a oferta de EaD não é uma obrigatoriedade da lei. Caberá aos Estados, com ou sem os conselhos de educação, decidirem sobre a adesão, e qual proporção da carga horária será ministrada via EaD. Em tese, os entes federados deverão levar em consideração aspectos territoriais, a infraestrutura e a demandas de alunos. Na prática, e a depender das condições concretas da implementação, os governos estaduais se inclinarão a ver no EaD a oportunidade de reduzirem as despesas com ensino, reduzindo a responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo em que favorecem a iniciativa privada. A meta estabelecida nas DCNs para que até 2022 a carga



No ensino médio diurno, até **20%** do currículo poderá ser realizado a distância, no noturno, até **30%**, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) até **80%**.

Empresas de tecnologia e grandes grupos educacionais poderão assinar acordos de prestação de serviços com os governos, investindo no ensino médio público.

horária total do ensino médio passe a incluir mais 600h (saltando das atuais 2.400 para 3.000h) pressionará os governos por orçamentos, e abrirá o caminho à EaD e aos convênios privados. As DCNs falam abertamente de “*parcerias com instituições educacionais devidamente reconhecidas pelo sistema de ensino*”, o que inclui explicitamente as redes de ensino, ou seja, a iniciativa privada na forma de grupos escolares. Por aí se vê que, não apenas empresas de tecnologia, mas também os grandes grupos educacionais, poderão firmar acordos de prestação de serviços com o governo, visando a investidas no ensino médio público. Mônica Franco, diretora-executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e ação Comunitária (Cenpec), em entrevista ao Metro Jornal, o confirma: “*Não se trata necessariamente de trabalhar a distância os conteúdos que hoje são trabalhados presencialmente, mas de poder trabalhar a distância novos conteúdos no horário ampliado*”. Os novos conteúdos a que se refere são chamados de “itinerários formativos”. Onde o estudante deverá aprofundar a área do conhecimento por ele desejada, ou mesmo a formação profissional, podendo os alunos fazerem mais de um destes, de maneira sequenciada.

Para Mônica Franco, “*os itinerários formativos deverão aumentar o protagonismo dos estudantes em suas formações*”, porém, ressalta que os governos deverão realizar “*alto investimento em infraestrutura tecnológica e conectividade que o implemento do EaD exige*”. Em outras palavras, os governos precisam gastar um volume considerável de dinheiro em contratos com empresas privadas.

Do ponto de vista prático, o EaD já começa a ser implantado em algumas regiões. No Amazonas, a distância geográfica e a dificuldade de transporte são alegadas como fator para sua implantação. O Cemeam – Centro de Mídias de Educação do Amazonas –, criado pela Secretaria de Educação do estado, atende já 2.109 turmas em todo o estado, através das vídeo aulas. As despesas com alimentação, pagamento de professores, infraestrutura, serviços de limpeza, etc., necessariamente, despencam. O



que tem motivado a crítica de entidades sindicais e organizações políticas dirigidas pelo reformismo. Em março de 2018, respondendo à crítica dessas entidades da educação, a nossa já conhecida ABED lançou uma resposta pública, que relewa todo o horror a que podem chegar os capitalistas quando se trata de lucros. A ABED chega ao cúmulo de defender que o EaD pode ser o caminho para se superar a crise da educação no Brasil. Eis o como ela rebate as críticas à expansão do EaD na educação básica:

“Resposta ABED à crítica de EaD no Ensino Médio - (Folha de S.Paulo e Jornal da Ciência - SBPC) - 22/03/2018 É lamentável, mas consistente com seu tradicional conservadorismo e falta de criatividade, experimentação e renovação, que as 12 entidades ‘científicas’ preocupadas com a educação uniformemente repudiam qualquer introdução de aprendizagem a distância no ensino médio. Sua atitude é prova cabal da sua incapacidade até agora de achar soluções práticas para tirar o ensino básico brasileiro da sua condição academicamente lastimável. EAD é uma abordagem que exige do aluno motivação de aprender, autodisciplina, e crescente autonomia — características não necessariamente encontradas em todos os adolescentes. Assim, a introdução de EAD no ensino médio promoverá o amadurecimento dos alunos, introduzirá as novas formas de pensar e trabalhar que os aguardam no futuro e aumentará aspectos de inclusão. Mas teria que ser feita com inteligência e prudência, e sem preconceitos baseados na ignorância de suas virtudes, já reconhecidas internacionalmente”.¹⁵

“Em todas as ocasiões em que a ciência e a cultura terminam por se opor ao lucro, não pode haver a menor dúvida de que o grande capital optará sempre pela ignorância, em proveito de seus ganhos.

Em todas as ocasiões em que a ciência e a cultura terminam por se opor ao lucro, não pode haver a menor dúvida de que o grande capital optará sempre pela ignorância, em proveito de seus ganhos. A fala do presidente da ABED, autor da declaração acima, é um marco notável dessa concepção.

A aprovação das DCNs com os percentuais de 20%, 30% e 80% para, respectivamente, ensino médio diurno, noturno e EJA, representou, sem dúvida, um recuo do governo ante a recepção negativa de sua proposta inicial de até 40% para o Ensino Médio regular, e 100%, para EJA. Em grande parte, a mobilização contrária foi realizada pela burocracia reformista dos sindicatos, associa-

ções, confederação e entidades afins da educação. Vejamos agora como o reformismo se contrapõe ao EaD, o conteúdo político e programático que desenvolve, e seus necessários limites e inconseqüências.

4 – O reformismo diante do EaD

Em novembro de 2018, a CUT, CNTE, Apeesp e movimentos ligados ao reformismo receberam com assombro a proposta de regulamentação do EaD na Educação Básica. Eles se pronunciaram sobre a decisão da Câmara de Educação Básica (CEB/CNE), do MEC, com a firmeza e a contundência de quem acredita ser possível, diante de tão brutal ataque, permanecer na política de meias soluções. Em essência, queriam dizer: “EaD para o ensino superior? Sim, aceitável. Para o ensino médio? Nunca!”. Vejamos as colocações.

O presidente da CNTE, Heleno Araújo, ainda em novembro de 2018, disse: “Essa decisão é uma aberração que afetará a formação cidadã dos nossos estudantes. Aprovamos no Conselho Nacional de Entidades da CNTE a publicação de uma nota contra este absurdo aprovado no CNE. E vamos estudar a possibilidade de barrar esta aberração na Justiça”.¹⁶

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, disse, no mesmo período, que não vislumbra nenhuma justificativa para a educação a distância no Ensino Médio, a não ser o interesse do empresariado do setor. Segundo ele “o EaD não cabe na educação básica, etapa que a relação entre professor e aluno e entre os próprios alunos é fundamental para se dar a aprendizagem. Aliás, as salas de aula são comunidades de aprendizagem e isso, esse espaço, não pode se perder para todas as disciplinas, porque não é possível ordenar sobre qual é mais ou menos importante”.¹⁷

Rosa Neide, Deputada Federal do PT, e ex-titular da SEDUC do Mato Grosso, criticou a medida, que tem o pleno apoio do governo Bolsonaro, como “esdrúxula”, e argumentou que não existe nenhum país no mundo que tenha submetido crianças e jovens a esse tipo de proposta educacional.¹⁸ Finaliza dizendo: “Eu quero que o candidato eleito a presidência tenha o bom senso do diálogo, de ouvir a categoria da educação, ouvir os profissionais que sempre militaram na área da educação”. O professor de história, Raul Borges, diz que a ida à escola nos dias atuais tornou-se uma questão de segurança alimentar: “Vários chegam cedo porque precisam comer. Os alunos da manhã precisam comer antes de ir para casa e os da tarde precisam comer antes de assistir a aula” (Brasil de Fato).

16 Brasil de Fato, 10/11/2018.

17 <http://sinprominas.org.br/noticias/decisao-do-mec-favorece-empresarios-ao-permitir-ensino-medio-a-distancia>

18 <http://www.unicanews.com.br/politica/nova-deputada-do-pt-critica-bolsonaro-sobre-educacao-a-distancia/31854>

15 (http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/noticias_ead/1517/2018/03/)



O ensino público de qualidade para todos só é possível pela via da estatização do ensino privado, e estabelecimento de uma rede única de ensino que seja pública, gratuita, laica, sob controle dos que estudam e trabalho, e vinculada à produção social.

Verifica-se, dessa forma, que toda uma corrente de educadores, intelectuais e pedagogos, alinhada com o reformismo e a burocracia sindical, condenou o EaD em nome da manutenção da atual escola. Em março de 2018, uma dezena de entidades ligadas à educação, resolveu publicar um manifesto¹⁹ de rechaço à proposta original do MEC, de liberar 40% do ensino médio para EaD e 100% do EJA. A esta carta e às entidades que a assinam, somaram-se movimentos estudantis e docentes das universidades, condenando a introdução das aulas *on line*, em substituição ao aprendizado presencial. Sob pressão, o governo recuou, como já dissemos, para percentuais mais rebaixados de uso do EaD no ensino médio.

Duas questões principais se destacam na carta: a primeira refere-se a que o reformismo, para combater o EaD, se vê obrigado a defender e a idealizar a educação escolar atual, que é indiscutivelmente burguesa, e serve aos interesses de classe dos capitalistas. É antiga a tese reformista de que é possível e preciso reformar a velha escola burguesa; de que, com os devidos ajustes, chegar-se-á à tal educação cidadã. Não faltam os que defendem que certas reformas fortalecem os explorados, e abrem caminho para uma educação libertadora. Ignoram a quem serve a escola. Obscurecem que, sob o capitalismo, não existe ensino que não esteja submetido às relações de produção dominantes, ao mercado, etc. Esquecem que a educação escolar atual reproduz a divisão de trabalho entre os que pensam e os que fazem e é antidemocrática. A segunda questão diz respeito às ilusões alimentadas pela burocracia sindical na possibilidade de se lutar contra o EaD no ensino médio sem combater, ao mesmo tempo, essa modalidade em todos os níveis de ensino. A defesa do EaD para o ensino superior, feita pelos governos petistas, não apenas atendeu aos interesses da grande burguesia e grupos empresariais,

como preparou as condições para o avanço desta rumo à educação básica. Trata-se da revelação de toda a impotência do reformismo em disciplinar o uso mercadológico do EaD. A resposta proletária levanta a bandeira do rechaço de conjunto a todo tipo de educação a distância. Além destas questões gerais, outras se apresentam.

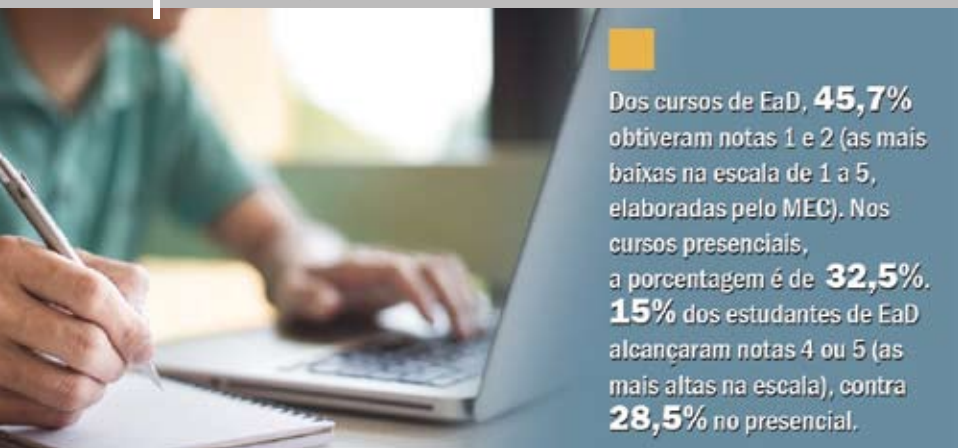
Contra o ataque do governo, a CNTE defende a consigna de educação com qualidade social e “ensino médio de qualidade para todos”. A bandeira de “escola pública de qualidade”, e afins, expressa a ilusão de que pode haver, não só a coexistência da rede pública com particular, como a rede pública alcançar qualidade para competir com a rede privada. A defesa da coexistência do ensino público com o privado, feita pela CNTE, leva ao sucateamento e à destruição da escola pública. O ensino público de qualidade para todos só é possível pela via da estatização do ensino privado, e estabelecimento de uma rede única de ensino que seja pública, gratuita, laica, sob controle dos que estudam e trabalho, e vinculada à produção social.

A bandeira de rechaço ao uso do dinheiro público para a educação privada é manejada pelo reformismo de forma a reconhecer a coexistência com o ensino privado, que deve seguir seu curso, porém, sem os recursos do Estado.

O combate à lei 13.415/17 que, como diz corretamente a carta, cria um apartheid social entre jovens de escolas públicas, que terão 30% de ensino a distância, e jovens de escolas particulares, que não terão, mostra como é ilusório o desejo dos reformistas de que possa haver uma escola pública de qualidade para fazer frente à escola privada.

A crítica de que o MEC estreita vínculos com o empresariado, e não está aberto ao diálogo e negociação com as entidades da educação, expressa que, para a burocracia sindical, as grandes decisões precisam ser pautadas com as instâncias da sociedade civil. Não há qualquer defesa de que a base de professores e estudantes tenha o seu destino nas mãos, por meio do controle de escola por quem nela

19 Ver <http://www.anped.org.br/news/o-desmonte-da-escola-publica-e-os-efeitos-da-reforma-do-ensino-medio-exclusao-precarizacao>



Dos cursos de EaD, **45,7%** obtiveram notas 1 e 2 (as mais baixas na escala de 1 a 5, elaboradas pelo MEC). Nos cursos presenciais, a porcentagem é de **32,5%**. **15%** dos estudantes de EaD alcançaram notas 4 ou 5 (as mais altas na escala), contra **28,5%** no presencial.

estuda e trabalha. Ao contrário, reivindicam precisamente que o Governo/MEC respeite as “vias tradicionalmente constituídas”, com vistas à elaboração das normas que regulamentem a educação brasileira. Em outras palavras, não há problema nas decisões vindas do alto, das cúpulas que debatem a educação (tecnocracia, especialistas, etc.), desde que a burocracia sindical possa ser consultada.

A carta denuncia que o ensino médio precisa de mais recursos, e não menos, como propõe a reforma do MEC. Em si, a defesa de mais verbas para a educação pública é, sem dúvida, progressista. Somente os reacionários, os clericais conservadores, e os novos ricos da educação poderiam se opor ou levantar objeções. Mas, para a defesa real da escola frente aos cortes e aos baixos investimentos próprios da decadência capitalista, é necessário bem mais do que apenas a denúncia dos cortes e a exigência abstrata de “mais verbas”. É necessária a defesa programática de que a escola tenha toda a verba necessária ao seu funcionamento. A bandeira que corresponde a esta exigência é a de que as escolas e as universidades calculem o valor orçamentário que lhes permita cumprir com suas funções, e passem a reivindicá-lo. Se o regime burguês que mantém com bilhões o parasitismo financeiro não pode arcar com o ensino, que seja suprimido e substituído pelo governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Virou moda entre os dirigentes sindicais da educação, discursar sobre as qualidades milagrosas do ensino em tempo integral. Esta é a mais nova panaceia do reformismo. Contra a redução do ensino presencial proposto pelo MEC, a burocracia responde com a defesa de ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Os burocratas lembram do risco que corre o emprego dos professores com o EaD. O emprego dos professores não pode ser defendido com a bandeira de ensino de tempo integral, nem às custas do direito de decidir do estudante sobre qual escola ele deseja. Apenas com as bandeiras de estabilidade no emprego a todos e escala móvel das horas de trabalho no magistério, é possível ser consequente, e unir empregados e desempregados, numa só luta por trabalho a todos. A escola de tempo integral (ETI) não passa de uma fraude do reformismo e de setores da burguesia. Fracassará estrondosamente em solucionar a crise do en-

sino. As escolas-prisões continuam sem democracia, sem infraestrutura, com o velho conteúdo e metodologias burguesas e com o agravante de ignorar, mais do que suas predecessoras, as necessidades de trabalho à juventude.

A tese de que a escola do ensino médio “precisa contribuir para o desenvolvimento pleno dos estudantes” é uma falácia típica do reformismo. A escola, enquanto aparato de domínio da burguesa, é deformadora do ser humano. Nem libertadora, nem desenvolvidora plena dos oprimidos; quando muito adestradora do proletariado. A ideia de que é possível reformar a atual escola deve ser combatida como uma utopia reacionária. A denúncia de que o governo pretende mudanças na orientação curricular para estabelecer “parâmetros metodológicos e neoliberais, que predominam nas iniciativas privadas” é acertada. Mas, a idealização da escola burguesa e o alarme de que com o EaD se está “comprometendo uma formação sólida, crítica e contextualizada socialmente para todos os estudantes” é uma fraude tosca e canhestra. Não há uma vírgula de verdade na tal da formação sólida ou crítica na escola atual; trata-se de uma impostura das organizações ligadas à pequena burguesia, que se agarram à vã esperança de alcançar uma nova escola, sobre a base da velha sociedade. A experiência dos governos petistas foi elucidativa quanto a esta questão. Mostrou a impossibilidade de revolucionar a escola, que continuou sendo o que sempre foi, sem jamais ter sido, nem de “formação sólida”, nem “crítica”.

5 – EaD: a pedagogia tecnicista é expressão da decadência capitalista

O EaD é uma das mais vivas demonstrações do grau de apodrecimento a que chegou o capitalismo. No passado, contra as pressões dos reacionários e clericais, a burguesia assegurou a existência da escola pública, secular e científica. Atualmente, contrariando os postulados de sua própria pedagogia, se desfaz da escola presencial com a introdução do EaD. Não se pode esperar outra coisa da fase de decadência do capitalismo, o imperialismo. Sobre a base da decomposição econômica e social, é impossível o direito universal à educação. A tarefa democrática do ensino a todos, por isso, permanece inteiramente nas mãos do proletariado.

Os mais básicos manuais da psicologia da aprendizagem, há muito, reconhecem as vantagens do convívio interpessoal no processo educativo. Os estudos coletivos, a troca de experiências, a formação de grupos, o debate de ideias, e tudo o que só pode ser adquirido no ambiente de contatos sociais, aparecem como virtuosos elementos suplementares [que se incorporam] à simples relação



professor-aluno na aprendizagem. Vantagens essas que só podem se manifestar no interior e por meio da atividade escolar. Exatamente o que falta ao EaD (elementos fundamentais para potencializar o aprendizado), nos fornece a chave para compreender a superioridade do ensino presencial sobre quaisquer outros. Com uma didática engessada, exposições rígidas, inflexibilidade dos conteúdos/avaliações, e quase nenhum contato entre discentes e docentes, o EaD precisa contar, sobretudo, com autodisciplina, autodidatismo e redobrada dedicação. Fatores que precedem a um longo itinerário de aprendizado e formação intelectual, e que não podem aparecer como dados ou pressupostos no início deste. Do ponto de vista pedagógico, portanto, não pode haver uma condenação mais clara. O EaD é a negação mesma da escola e dos métodos avançados de ensino. A sua aplicação resulta em

piora e rebaixamento geral do quadro de aprendizado. É o que já demonstram as estatísticas sobre o ensino superior, onde o EaD está há

mais tempo implantado. Os indicadores do rendimento e aprendizado entre jovens universitários, trazidos pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), 2017, têm mostrado que, com o EaD, a crise da educação só tem piorado. O ENADE daquele ano avaliou mais de 10 mil cursos, em 1.500 instituições de ensino superior. Dos cursos de EaD, ao menos 45,7% obtiveram notas 1 e 2 (as mais baixas numa escala de 1 a 5, elaboradas pelo MEC). Os cursos presenciais, com as mesmas notas, somam um contingente significativamente menor: 32,5%. Em outro levantamento, apenas 15% dos estudantes de EaD alcançaram notas 4 ou 5 (as mais altas na escala), contra 28,5%, no presencial.

Os preparativos para a introdução do EaD no ensino médio expressam a urgência de se avançar a desresponsabilização do Estado com a educação. A falta de unanimidade quanto ao ensino a distância (entre os diferentes setores da burguesia e seus respectivos partidos), não enfraquece a convergência praticamente total, entre eles, quanto a necessidade de diminuir a presença do Estado na educação. A escola presencial, que já não é atrativa e enfrenta reprovações, abandono e baixa aprendizagem, dará um salto no caminho da desintegração, com o EaD. Se, atualmente, a presença do jovem em sala, que dispõe do acompanhamento do professor, não resulta em índices satisfatórios de formação (em razão da pobreza, desemprego e falta de sentido nos estudos), a redução de sua presença, sob a alegação de que tal medida ajuda em seu amadurecimento, pois, assumirá as responsabili-

dades por seu próprio aprendizado, resultarão numa catástrofe ainda maior.

As respostas que nos dão os porta-vozes do EaD ignoram a tragédia futura, e celebram a revolução que a educação *on line* causará: “*ela pode vincular propostas pedagógicas mais ou menos participativas, desde pacotes instrucionais fechados, a textos que provoquem a reflexão*”. A Saint Paul, escola de negócios paulista que tem avançado no EaD, investe numa experiência, para eles, inovadora. Segundo diz Claudio Securato, presidente da Instituição, a ideia é que o estudante deve ter independência para fazer o próprio percurso educacional, e decidir como quer acessar os conteúdos, e isso norteou a decisão da Saint Paul de lançar, em março deste ano, o LIT, plataforma de educação que dá autonomia para que os estudantes escolham o que querem aprender. O LIT usa inteligência

artificial para criar uma espécie de tutor robótico, que tira dúvidas e ajuda a desenhar o perfil de estudo para cada um. Quando dizíamos, em nosso folheto de 2008, que um

software poderia vir a substituir o professor, esse processo dava seus primeiros passos. Agora, a sombra ameaçadora começou a virar realidade, nas IES privadas. Estes e muitos outros exemplos atestam que estamos diante do pior da pedagogia tecnicista, da qual nosso passado é rico em experiências funestas.²⁰

A educação a distância aprofunda os piores traços da escola burguesa, e está em contraposição, não apenas ao ensino presencial, mas à necessidade mesma de formar o ser humano integral, omnilateral. Se a atual escola presencial já não se assenta sobre a base da unidade entre a teoria e a prática, se o seu ensino é decorativo, abstrato, a escola assentada sobre o EaD leva essa separação ao extremo e, a rigor, substituirá a escola pela não-escola. É impossível, portanto, combater o ensino a distância, de forma consequente, apenas contrapondo-o ao ensino presencial atual. Defender que o conhecimento das forças intelectuais da produção, o pensamento científico, e o rico manancial da cultura humana sejam postos ao alcance de todos é, não apenas se contrapor a não-escola do EaD, mas igualmente à velha escola burguesa. Aproximar os trabalhadores e juventude da compreensão das leis de funcionamento e transformação da natureza e da sociedade, tal é nossa meta. Nem a velha escola burguesa, nem a não-escola do EaD, expressões da barbárie e decomposição capitalistas! Por uma nova escola, resultado da emancipação dos explorados na revolução proletária, e instrumento da construção do novo ser humano!

20 Telecurso 2º Grau, Telecurso 2000, TV educativa do Ceará etc

“ *A escola presencial, que já não é atrativa e enfrenta reprovações, abandono e baixa aprendizagem, dará um salto no caminho da desintegração, com o EaD.* ”



Raúl Ferreira

O avanço da militarização da educação e das escolas

O avançado e acelerado processo de militarização da educação no Brasil não está descolado da militarização da política em geral, nos últimos anos, que, por sua vez, é reflexo da crise econômica mundial, iniciada em 2007/2008, no centro do capitalismo, os Estados Unidos da América, e irradiada para todo planeta, nos anos seguintes, e em diferentes graus.

Os capitalistas despejam o peso da crise sobre as costas dos explorados, seja por meio das demissões em massa, seja por meio da flexibilização das leis trabalhistas, aprovadas pelos governos burgueses de todas as matizes. Além disso, criam leis e regulamentações que garantam a manutenção do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública ao capital financeiro. Este é o caso da reforma da Previdência, que está em vias de aprovação.

Por outro lado, mas também consequência da crise econômica, desenvolvem-se, no seio da sociedade, impulsionadas principalmente pelas classes médias, as tendências reacionárias, xenofóbicas, obscurantistas e militarizantes. Trata-se de um recrudescimento político profundo, concretizado nas eleições de partidos de extrema direita (ou crescimento numérico dos seus apoiadores), em muitos cantos do planeta. O estadunidense Donald Trump é seu expoente máximo, mas também podemos citar, Viktor Orbán, na Hungria; Mateusz Morawiecki e Beata Szydło, na Polônia; Sebastian Kurz, na Áustria; e Jair Bolsonaro, no Brasil, que venceram eleições nos últimos 4 anos. Enquanto Marine Le Pen, na França; Alice Weidel, na Alemanha; Geert Wilders, na Holanda; o partido dos “Verdadeiros Finlandeses”, na Finlândia; entre outros, ti-

veram grande projeção eleitoral, ainda que sem vitória.

Antes disso, vimos, principalmente na América Latina, o esgotamento do nacional-reformismo, que foi varrido dos muitos países em que tinha conquistado postos, no começo dos anos 2000. Uruguai, Argentina, Equador, Paraguai, Brasil e outros tiveram seus líderes reformistas retirados pelo voto ou por golpes, mas com certeza, todos pelo avanço da crise econômica, e pela impotência da política nacional reformista na fase de decomposição do capitalismo, a fase imperialista, de predomínio dos monopólios e do capital financeiro, comprovando, mais uma vez, a tese de que a fase imperialista do capital não admite reformas progressivas.

Para o proletariado e demais oprimidos da sociedade, sobra não mais que a barbárie. A violência cotidiana, o desemprego galopante, o crescimento da miséria e outras manifestações da opressão de classe. O setor que mais sente os efeitos da barbárie na carne é a juventude: maior porcentagem dos desempregados, entre os que trabalham, têm as maiores jornadas e os menores salários, sofrem com a violência policial e a educação escolar, via de regra, não serve para nada. Enfim, sem perspectiva e sem direção revolucionária que impulse suas lutas, findam reféns desta decomposição.

No setor educacional, esta barbárie não é menos profunda. As escolas não têm merenda, papel higiênico, sabonete, espaços minimamente adequados, professores bem pagos, etc., mas os governos do PT e MDB gastaram R\$ 1,1 bilhão, de 2013 até 2017, apenas com avaliações de larga escala. Os governos se propõem a aplicar todo



tipo de panaceia, como o projeto de reorganização escolar de SP/2015; a reforma do ensino médio de Temer; o gerenciamento empresarial nas escolas (ex. Método de Melhoria de Resultados/Contrato de Impacto Social em SP); os projetos de escola de tempo integral (ex. Ceará, Pernambuco, etc.); finalizam projetos sem um balanço dos resultados (ex. SP Faz Escola, projeto que durou 10 anos, e deixou as escolas estaduais em piores condições); ampliam a carga horária, para incluir disciplinas de empreendedorismo (ex. gestão Doria/SP); estudam implementar até projetos de coach emocional (ex. CIS Educar no DF); condicionam o repasse de verbas dos municípios aos resultados nas avaliações de larga escala (ex. projeto do governo Bolsonaro inspirado no modelo cearense, no âmbito da renovação do Fundeb, que se encerra em 2020); impulsionam o ensino domiciliar; privatizam a educação; e, claro, apostam suas fichas na militarização das escolas. As ações são as mais diversas possíveis, mas nenhuma delas sequer arranha a verdadeira raiz do problema educacional: o capitalismo apodrecido.

Como exemplo mais recente deste processo, tivemos em julho o lançamento, pelo governo federal, do “Compromisso nacional pela educação básica”, com assinaturas do MEC, Conselho nacional de secretários de educação (Consed), e União nacional dos dirigentes municipais de educação (Undime). Nesse compromisso, o governo apresenta a impostura de que o fracasso educacional é o causador da desigualdade social no país, invertendo causa e efeito. Seguindo essa lógica distorcida, conclui que deve investir em educação, para aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro, que está abaixo da média da OCDE. É uma apresentação para o mercado. Como último item desse projeto, o governo destaca a criação de 108 escolas cívico-militares, que vamos detalhar mais abaixo.

As justificativas usadas pelos governos para todas essas ações estão bem elaboradas na Revista da Corrente Proletária na Educação, nº8, no artigo sobre a crise educacional. Mas, para o processo de militarização em especial, passam pela eterna busca pelos índices nas avaliações de larga escala, a indisciplina incontrolável, a ausência da moral, e desrespeito à hierarquia, etc. Acreditam assim que a educação militar é a forma de resolver todos esses problemas.

Respondemos que estão errados do começo ao fim. Confundem a consequência com a causa. A lógica militar é castradora. A juventude, para se elevar politicamente e atuar ao lado do proletariado, sob sua política, para derrubar o modo de produção capitalista, precisa das suas próprias organizações coletivas, organizar a luta por suas reivindicações, e ter pensamento independente. Não pode estar sob a interferência militar.

A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ACONTECE POR TRÊS CAMINHOS PRINCIPAIS:

1. Pelo aumento de militares nas pastas educacionais.
2. Pela militarização das escolas públicas do país.
3. Pelo ingresso de militares nas escolas, que por sua vez acontece de duas formas:
 - a. Com a aprovação de leis que permitam o trabalho regular de militares dentro das escolas.
 - b. Com a violência direta da polícia, que entra nas escolas para reprimir os estudantes e professores.

Aumento de militares nas pastas educacionais

O governo de Bolsonaro está formado com uma coluna vertebral de militares ocupando postos estratégicos, influenciando e decidindo políticas, de acordo com as intenções desse grupo. Atualmente, os ministérios de Minas e Energia, Ministério da Defesa, Gabinete de Segurança Institucional, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Governo e Secretaria Geral da Presidência da República, estão nas mãos dos militares. Além do próprio Bolsonaro e seu vice, Mourão.

Mesmo com o comando do Ministério da Educação ficando de fora dessa lista, com Ricardo Vélez, até abril, e Abraham Weintraub, em seguida, a pasta apoiou e incentivou diversas políticas voltadas para a militarização da educação. A importância em atentar para os militares nas pastas educacionais, seja da União, seja dos estados e municípios, está na criação de leis que permitem o avanço desse processo. Vélez liberou R\$ 10 milhões, para o DF implantar 36 escolas militarizadas, ainda este ano, e se reuniu com diversos secretários de educação dos estados para impulsionar esta política. Em julho, Weintraub lançou o já citado compromisso pela educação básica, onde apresenta o plano de criar 27 escolas cívico-militares por ano (uma para cada unidade da federação), totalizando 108 até 2023.

Em 2 de janeiro, o governo federal assinou o decreto nº 9.465, que aprova uma nova estrutura organizacional do Ministério da Educação (MEC), e cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim). O objetivo é elaborar um formato de gestão educacional, e coordenar programas pedagógicos que envolvam militares e civis, para ser aplicado nas regiões brasileiras. No decreto, destacamos alguns pontos:

“Art. 16. À Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares compete:

I - criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didá-



tico-pedagógicos e de gestão educacional, que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens;

II - propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos, empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio;

III - promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social;

XIII - propor e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de controle dos projetos de cursos, gestão e formação continuada de gestores, técnicos, docentes, monitores, parceiros estratégicos e demais profissionais, envolvidos nos diferentes processos em colaboração com as diretorias da Secretaria”.

“ (...) as indicações para cargos de comissão e funções de confiança. Os nomes que constarem no sistema passarão por “pesquisa de vida pregressa”, por parte da CGU e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O que não fica claro é o que se considera “escola de alto nível”, que tipo de intervenção na formação docente será proposto, e com quais recursos isso seria feito.

Ainda nesse caminho, o governo lançou outro decreto, um dia antes das grandes manifestações que tomaram o país, no dia 15 de maio, contra os cortes na educação, e contra a reforma da Previdência. O decreto 9.794/19 é mais uma clara demonstração de ataque à já débil autonomia universitária. Entre outras ações ele:

1. Retira o poder dos reitores de nomearem vice-reitores, pró-reitores, diretores de campi, etc.
2. Coloca nas mãos do general Floriano Peixoto (Secretaria de governo) o poder de dar aval ou negar as indicações de nomes dos reitores eleitos nas universidades e Institutos Federais (IFs). Além disso, dá ao general o poder de “exoneração e dispensa” dos reitores.
3. Institui um sistema de credenciamento e gerenciamento das indicações e nomeações para cargos em comissão e funções de confiança.

As assinaturas que constam no documento nos dão uma ideia das intenções do governo: além do presidente Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional – GSI), Wagner Rosário (Controladoria Geral da União

– CGU) e Santos Cruz (ex-Secretaria de Governo). O Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc) cumprirá o papel de organizar as indicações para cargos de comissão e funções de confiança. Os nomes que constarem no sistema passarão por “pesquisa de vida pregressa”, por parte da CGU e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Salta aos olhos novamente a militarização, que coloca a agência de inteligência para investigar os possíveis ocupantes dos cargos nas universidades e outras instituições públicas. Neste momento, oito nomeações de reitores de universidades e institutos federais estão paradas no MEC, e o ministro já declarou, em audiência no Senado, que o atraso está vinculado a questões políticas. Não é difícil imaginar que essas nomeações estão aguardando o decreto entrar em vigor. Cabe à secretaria de governo avaliar as indicações para “dirigente máximo de instituição federal de ensino superior”. Segundo o decreto, a avaliação, que passou a ser feita pelo general, a partir do dia 25 de maio, será feita de acordo com a “conveniência e oportunidade administrativa”. Esse decreto vem no momento em que o governo usa de diversas táticas para enfraquecer as universidades. Seja por decretos e medidas administrativas, seja por discursos ideológicos reacionários e obscurantistas. Enquanto isso, o ministro da Educação, em sabatina na Câmara dos Deputados, acabou mostrando as reais intenções do governo, a cobrança de mensalidades. Falou que as instituições públicas deveriam cobrar pelos cursos de mestrado e doutorado e lançou, em julho, um plano de sustentação financeira para as universidades públicas brasileiras. Ainda que se tenha feito de rogado, e dito que era contra a cobrança na graduação, sabemos que o capital anseia por colocar as mãos nesse setor, e lucrar com mensalidades em todos os níveis da educação, começando pelas universidades. Nos colégios militares mantidos pelo exército, a cobrança de mensalidades já é autorizada pela Lei Federal 9.786/99 e Portaria 42/08, do Comando do Exército. Em 24 de outubro de 2018, o Supremo Tribunal Federal julgou a cobrança constitucional.

Foi realizado, no dia 9 de abril, o primeiro Simpósio das Escolas Públicas Cívico-Militares, na Câmara dos Deputados. O objetivo é ampliar esse modelo de escola no país. A chamada bancada da bala, composta por policiais, merece destaque aqui, já que são eles que criam e aprovam os diversos projetos sobre o tema nas câmaras municipais, estaduais, federal e no senado. Alguns nomes como Eduardo Bolsonaro, General Peternelli, Major Vitor Hugo e Delegado Waldir, na Câmara dos Deputados, e Major Olímpio e Flavio Bolsonaro, no Senado, todos do PSL, são entusiastas das políticas de ampliação da participação militar na educação pública.



Militarização das escolas públicas do país

O estado de Goiás é o líder no número de escolas públicas militarizadas, chamadas de parceria cívico-militar. Em 2001, foi criado o CPMG (Colégio da Polícia Militar de Goiás) – antigo Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos – com a Lei Estadual 14.050, através da Lei de iniciativa do Executivo, aprovada pela Assembleia Legislativa em caráter de urgência, transformou escolas estaduais em instituições de ensino geridas pela Polícia. Até 2007, foram criados no Estado seis colégios, o Polivalente Modelo Vasco dos Reis, e o Hugo de Carvalho Ramos; dois na cidade de Anápolis, o Ayrton Senna e os CPMG de Anápolis; o CPMG de Rio Verde; e o CPMG de Itumbiara. A partir de 2013, o processo se acelerou.

No Brasil, o número de escolas geridas pelos militares cresceu 212%, entre 2013 e 2018 (39 para 122 escolas). O estado de Goiás conta com quase metade desse contingente, e ultrapassa esse patamar, se incluirmos aquelas que estão em processo de militarização (37 previstas em lei)²¹.

O Distrito Federal inaugurou quatro escolas desse modelo, em 2019, e recebeu verba do MEC para abrir mais 36 escolas, em 2020. Em Roraima, são 18 escolas, totalizando aproximadamente 20 mil alunos, sob o escrutínio diário dos militares. O Amazonas tem 15 dessas escolas. Na Bahia, o modelo, batizado de Vetor Disciplinar, tem escolas geridas pelas prefeituras, mas com policiais militares da reserva para atuar no âmbito disciplinar. Neste caso, o custo para implantação do modelo fica a cargo dos municípios. Hoje, existem 17 colégios militarizados no estado. No Rio Grande do Sul, o capitão Macedo, do PSL, apresentou um projeto de ampliação das escolas militares no estado.

Corte de cabelo padronizado para os meninos, proibição de cabelo solto para as meninas, uniforme militarmente alinhado, proibição de contato físico e “demonstração pública de afeto”, juramento diário à bandeira, filas para entrar e sair das salas, posição de sentido ao receber o professor, aulas de educação moral e cívica, aluno que ganha medalha por bom comportamento e vira “capitão da turma”, são algumas das aberrações mais visíveis, numa escola sob o comando da PM ou das Forças Armadas.

A leitura dos regimentos internos das escolas de Goiás mostra claramente o cerceamento das atividades políticas e coletivas. No regimento interno da CPMG de Anápolis²²,

21 Os números podem divergir em diferentes fontes pois não existe um modelo único de escola militarizada. Existem as escolas da PM, escolas das forças armadas, escolas públicas militarizadas, escolas geridas pelo corpo de bombeiros etc., sendo assim, pode haver uma pequena variação de uma fonte para outra.

22 http://www.cpmganapolis.net/wp-content/uploads/2015/05/regimento_interno.pdf

No Brasil, o número de escolas geridas pelos militares cresceu **212%**, entre 2013 e 2018 (39 para 122 escolas).

Goiás conta com quase metade deste contingente. Distrito Federal conta com 4, em Roraima, são 18 (20 mil alunos), no Amazonas, 15, e, na Bahia, 17.

nos artigos que tratam do grêmio estudantil, encontramos:

Art. 71. O Grêmio Estudantil é um órgão auxiliar representativo dos interesses do corpo discente, criado na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único. Terá estatuto próprio, reconhecido pelo Comando e Direção do CPMG, em consonância com as prescrições deste Regimento.

Art. 72. O Grêmio Estudantil tem por finalidade: I - desenvolver atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais; II - contribuir para a formação do aluno pela promoção da co-responsabilidade, iniciativa e criatividade; III - auxiliar a administração da escola, observando o disposto neste Regimento.

Parágrafo Único. É vedada atividade político-partidária por parte do Grêmio Estudantil e a que prejudique o livre funcionamento da Unidade Escolar, principalmente o bom andamento das atividades pedagógicas.

Art. 73. A Direção do Grêmio Estudantil é constituída, na forma da legislação em vigor, por alunos regularmente matriculados, não repetentes, possuindo bom comportamento disciplinar, e apresentando um rendimento escolar satisfatório.

§ 1º Integram também a direção do Grêmio Estudantil, na forma da legislação específica, um representante dos pais de alunos, e um professor, sendo um titular e um suplente de cada segmento.

§ 2º Em caso de inobservância das prescrições desta seção, não será reconhecido a sua legitimidade e será dissolvido por ato do Comandante e Diretor.

A flagrante quebra de autonomia do movimento estudantil numa escola militarizada, em conjunto com declarações recentes do presidente e do ministro da educação, de que jovem não deve se interessar por política, nos dizem que devemos combater com todas as forças o crescimento desse tipo de escola pelo país.

“É flagrante a quebra de autonomia do movimento estudantil numa escola militarizada”

Mas, existem as aberrações que não são perceptíveis, numa primeira olhada. O governo usa o frágil argumento de que os resultados são positivos (gráfico abaixo). Ao dizer isso, mostra o desconhecimento dos índices avaliados, da super seleção feita por muitas dessas escolas para escolher os estudantes (seja através do ingresso, seja através das expulsões dos “indesejáveis”), além do trabalho pedagógico, voltado a cumprir justamente um currículo baseado nos índices. Em uma palavra, os alunos são treinados para resolver os exames que determinam os índices.



Por outro lado, ataca-se a indisciplina, através do medo e da violência. Com policiais portando arma no col-dre, ameaças de punições diárias, expulsões, gritos, etc., a escola “resolve” o problema da indisciplina através do terror. De qualquer forma, mesmo parte da mídia burguesa tem apontado (usando resultados do ENEM como índice) a falácia dos “resultados melhores”. As escolas estaduais da PM ficam abaixo da média das escolas particulares e das federais, além de ficar abaixo de outras centenas de escolas estaduais comuns.

Outro argumento, normalmente usado pelo governo e apoiadores desse modelo, é de que parte das famílias apoia a mudança nas escolas. Novamente, salta aos olhos a fragilidade do argumento. A escolha dos colégios se dá, entre outros fatores, pelo baixo índice de desenvolvimento humano e criminalidade do bairro. Ou seja, a aceitação de parte das famílias, e os problemas sociais que envolvem as escolas escolhidas, são frutos da decomposição capitalista, da barbárie que se instala de forma mais marcante nas periferias dos centros urbanos. O desespero de muitas mães e pais faz com que acreditem que será através da disciplina militar que evitarão a destruição da vida dos seus filhos. Não percebem que parte dessa destruição imposta pelo capitalismo e seus governos chega até as suas portas, justamente através da violência da mesma polícia militar que, agora, quer “educar” esses jovens. A

afronta é gritante: obriga-se os jovens pobres a ter aulas com os sujeitos que, fora dos muros da escola, os violentam, prendem, torturam e matam.

Militares dentro das escolas

A terceira via da militarização da educação acontece pela presença dos militares dentro das escolas, seja através da criação de leis específicas dos estados e municípios para que tenham cargos nas escolas, seja através da presença ostensiva, quando são chamados pelas direções para reprimir os movimentos de estudantes e professores.

No mês de julho, tivemos a aprovação, no Senado, de uma lei que permite, a partir de agora, que militares acumulem cargos nas áreas de saúde e educação. A emenda constitucional 101 de 2019, foi proposta, em 2013, pelo então deputado Alberto Fraga, aprovada na Câmara, em 2015 e agora, no Senado. Não é surpreendente, mas é curioso destacar que o proponente foi condenado pelo crime de recebimento de propina, o que não impediu que fosse convidado especial do presidente do senado, Davi Alcolumbre, para promulgação da emenda. Lá, o condenado discursou:

“Eu prefiro um militar dando aula na rede pública do que fazendo bico num supermercado e, muitas vezes, assassinando. Eu me orgulho muito da formação militar. Todos nós podemos passar para a juventude os valores de disciplina e hierarquia, hoje tão necessários na sociedade brasileira”²³.

Tamanha é a hipocrisia do sistema parlamentar burguês. Não se preocupam nem em esconder as visíveis contradições. Mas, o que mais impressiona nesta aprovação ainda está por vir.

O fato da mudança na constituição permitir apenas o acúmulo, não o ingresso imediato, fez com que determinados setores sindicais e do movimento social se calassem sobre o problema. O que não percebem é que a escola e a educação não é lugar de militar, de forma nenhuma, nem mesmo aprovado em qualquer avaliação.

Essa emenda tramitou na Câmara dos Deputados, em 2015, e obteve apenas 1 voto contrário, da deputada Jandira Feghali. Todos os parlamentares do PSOL e do PT votaram a favor²⁴ da emenda, incluindo Jean Wyllys e Ivan Valente. No Senado, este ano, a emenda foi aprova-

23 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/03/promulgada-emenda-que-permite-a-militar-acumular-cargo-em-saude-e-educacao>

24 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamada-Externa.html?link=https://www.camara.gov.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=6697&tipo=partido>



da por unanimidade, tendo novamente todos os petistas votado a favor.

Outro caso que merece destaque aconteceu no dia 17 de junho, quando o governador, Wilson Witzel, deu um passo enorme na militarização das escolas públicas do

Rio de Janeiro. Lançou o programa “Cuidar”, onde serão contratados mil policiais reformados, para atuarem nas escolas, como inspetores de alunos. Além do nome completamente hipócrita do programa, que coloca o braço armado do estado e o monopólio da violência dentro das escolas, para “cuidar” dos alunos, o projeto mostra que a militarização da educação, no Estado das falidas UPPs e da intervenção de Temer, está em ritmo acelerado. O Rio de Janeiro sintetiza a decomposição do capitalismo. A barbárie social, a miséria e a violência são evidentes. O estado encontra-se praticamente falido, com servidores estaduais e de várias cidades convivendo com atrasos nos pagamentos. Em 2018, o aventureiro Witzel/PSC se elegeu, com o discurso militarista e fascizante. Agora, estende o discurso militarista para as escolas, usando o caso de Suzano/SP como mote. O custo do programa Cuidar será de R\$ 40 milhões, e está prevista a contratação de profissionais das forças armadas, mulheres com especialidade em vigilância, policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários, reformados ou aposentados. A função desses agentes será ficar na portaria das escolas, impedindo que estudantes entrem armados, fazer rondas pelo entorno da escola, e ficar dentro da escola como inspetor de alunos, ajudando na “mediação de conflitos”. Sabemos que a polícia não serve para mediar absolutamente nada. É ela mesmo que promove a violência e a matança nos morros e favelas. Os estudantes sabem bem disso, e devem rechaçar esse projeto.

O presidente Bolsonaro e o governador do Rio de Janeiro comungam a mesma política de guerra contra a criminalidade. Acredita-se que, com as matanças diárias, o terror de Estado imporá a segurança pública, e atenderá aos anseios da classe média. A militarização da política e o fortalecimento do Estado policial seriam necessários diante do caos social. Na realidade, essa via expõe a incapacidade da burguesia de resolver o desemprego, subemprego, avanço da miséria e, portanto, debelar a barbárie social.

No estado de São Paulo, o governador João Doria não tardou para implementar um projeto semelhante. Assim



No estado de São Paulo, o governador João Doria, investirá **R\$ 59 milhões** no programa “Escola mais segura”.

Colocará polícia da reserva dentro das escolas estaduais, contratará **622 PMs** de folga, para fazer ronda em **216 escolas** escolhidas, e dará acesso para a PM às câmeras de segurança.

como Witzel, Doria elegeu o bolsonarismo como plataforma eleitoral, e venceu apontando para um recrudescimento da repressão aos movimentos sociais, incluídos aí os movimentos da juventude. Com investimento de R\$ 59 milhões, João Doria

e o secretário da educação, Rossieli Soares, anunciaram, em julho, o programa “Escola mais segura”, que colocará polícia da reserva dentro das escolas estaduais, contratará 622 PMs de folga, para fazer ronda em 216 escolas escolhidas, e dará acesso para a PM às câmeras de segurança das escolas. É uma verdadeira instalação de um estado de exceção e terror nas escolas estaduais. Além disso, o governador demonstrou a intenção de apresentar um projeto de lei com medidas mais severas para casos de violência e vandalismo. Novamente, o governo chama a causa de efeito, e pune o produto da decomposição social, o jovem pobre e explorado.

A presença da polícia dentro das escolas é nociva em muitos níveis, mas principalmente na violência direta, e na repressão aos movimentos estudantis e de professores. Apenas neste primeiro semestre de 2019, presenciamos a repressão policial dentro das escolas, em uma série de casos que mostraremos aqui rapidamente, como concretização deste argumento:

1. Em Guarulhos/SP, na escola Frederico Brotero, a PM foi chamada pela direção para conter uma manifestação estudantil. O caso ficou conhecido pelos vídeos de um PM empurrando uma estudante com o cano do seu fuzil.
2. Na USP/FFLCH, a polícia entrou armada até os dentes para prender um estudante dentro da sala de aula.
3. Em Fortaleza/CE, alunos se manifestaram contra a transformação das escolas em modelo de tempo integral, e sofreram repressão.
4. Na zona norte de São Paulo, um PM ressentido por ser chamado de coxinha, entrou na escola e agrediu um estudante.
5. Em Goiás, no IFG, uma professora foi presa por filmar a ação policial e defender os estudantes da repressão dentro do campus.
6. Prisão de estudantes em Carapicuíba/SP.

Isso apenas para mostrar alguns casos dos últimos meses. O combate a militarização da educação passa pela



recusa intransigente de qualquer tipo de ingresso das forças militares e policiais nas escolas. A polícia é parte da causa da violência, não de sua solução!

A resposta proletária à militarização da educação

A ofensiva militarizante faz parte do recrudescimento da política geral e do aprofundamento da exploração capitalista do trabalho, produtos da crise econômica mundial. Bem como, faz parte do retrocesso da revolução proletária, e da profunda crise de direção revolucionária que enfrenta o movimento social. As organizações estudantis e sindicais encontram-se atoladas no reformismo, eleitoralismo e pacifismo, negando a luta concreta e os métodos próprios da classe operária, as greves, ocupações e manifestações massivas e combativas, enfim, a ação direta.

Dessa forma, nossa resposta ao brutal avanço da militarização da educação e das escolas deve ser uma resposta programática. Enraizada nos fundamentos do Partido Operário Revolucionário e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. A resposta começa pela necessidade e urgência de derrubar o modo de produção capitalista e instalar uma ditadura proletária para construção da sociedade socialista, baseada na coletivização dos meios de produção.

“*Devemos responder e barrar o avanço da ofensiva fascistizante e militarista dos governos burgueses na educação, apontando para a necessidade de vincular esta luta às lutas dos explorados em geral.*

A escola capitalista se assenta na divisão de classes e na separação entre a educação e a produção social, que se consubstancia na separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O estudante não vê sentido na pseudo produção de conhecimento nas escolas. E, quando trabalha, não vê relação com aquilo que aprende. A escola capitalista mutila os seres humanos que por ela passam. Marx, no capítulo 12 do *O Capital*, sobre divisão do trabalho e manufatura, diz,

“A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas, também, cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente, e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstru-

osamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas”.

Dessa forma, defendemos uma plataforma de reivindicações para a educação, que parta das necessidades mais sentidas pela juventude oprimida, e se choque frontalmente com os interesses do grande capital, impulsionando as massas para a luta de morte que devemos travar contra o capitalismo.

Defendemos um sistema único de ensino público, gratuito, científico, laico, sob o controle dos que estudam e trabalham. A escola deve estar vinculada à produção social, unificando o fazer e o pensar, a prática e a teoria, acabando com a fragmentação do ser humano, e coletivizando o conhecimento. Nenhuma criança e jovem fora da escola; nenhum jovem fora da produção social – quatro horas na produção e o restante na escola e lazer, salário de acordo com suas necessidades.

Defendemos a autonomia da educação frente ao estado capitalista. A organização básica dos jovens secundaristas está nos grêmios, independentes das direções e dos governos, com pautas próprias e livres. Contudo, o que vimos, desde as ocupações de escolas de 2015/2016, foi um amplo movimento dos governos em controlar os grêmios, seja através de sua burocratização, criando regras absurdas que impedem seu funcionamento na forma que acabamos de citar, seja pela sabotagem dos grêmios de luta, seja pela militarização direta, nas escolas “cívico-militares”, ou através dos chamados da PM, pelas direções, para agir em qualquer tipo de movimentação estudantil.

Acesso a todos à educação, em todos os níveis. Que o Estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. Expansão da rede escolar de acordo com as necessidades, garantir as condições materiais de ingresso. Fim da regulamentação que impede os jovens de voltarem à escola e cursarem a série em que estavam. Fim da fragmentação entre os níveis de ensino, fundamental, médio e superior. Fim dos vestibulares e das avaliações institucionais.

Devemos responder e barrar o avanço da ofensiva fascistizante e militarista dos governos burgueses na educação, apontando para a necessidade de vincular esta luta às lutas dos explorados em geral. A política no campo educacional está em total alinhamento com as diretrizes mais gerais do governo. E é justamente por isso que o movimento para barrar o avanço da militarização da educação não pode partir apenas dos estudantes e professores. Devemos levantar um movimento unificado para quebrar a espinha dorsal deste governo, as reformas trabalhista e da Previdência. As escolas militares fazem parte desse conjunto de ataques aos explorados.



O obscurantismo bolsonarista

“Os padres de hoje, com seus ensinamentos falsos e envenenadores do espírito, sustentam-se na ignorância e na humilhação do povo, e querem que essas condições se mantenham eternamente”.

(Rosa Luxemburgo. *Textos Escolhidos*, vol. I. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 202)

As principais personagens do bolsonarismo, incluindo o próprio presidente, parecem ter saído de alguma obra de ficção, de uma comédia grotesca e sem graça. Em que pese essa constatação, para além de narrar alguns dos episódios mais significativos dentre a vasta coleção de absurdos direitistas do bolsonarismo, convém analisar concretamente as suas propostas da chamada “pauta de costumes”, bem como os seus ataques à pesquisa científica, e escavar mais fundo, para buscar as raízes do obscurantismo desse governo. Trata-se de dar uma explicação à emergência da camarilha militar-religiosa, profundamente retrógrada, ao poder do Estado. Cabe, não só lançar luz às condições em que se deu a vitória dessa fração burguesa cavernária, e os riscos aí embutidos, mas compreender suas contradições, seus limites e, finalmente, apontar os meios para superá-la, com o programa da revolução proletária.

O golpe de 2016 e as eleições de 2018

Bolsonaro não era o candidato favorito da burguesia. Não possuía ascendência nacional, seu partido era inexpressivo, e sua fama de político polêmico, um direitista linha dura, identificado com a ditadura militar, restringia-se quase exclusivamente ao Rio de Janeiro, sua base eleitoral, por onde se elegeu para sete mandatos consecutivos, como deputado federal. Fora desse círculo, somente um punhado de reacionários exóticos o acompanhava. Até o começo de 2018, quem dissesse que o próximo presidente do Brasil seria ele, certamente estaria arriscando muito na previsão. Olhando retrospectivamente, porém, dá para

perceber certos sinais, principalmente vindos de fora, como a eleição de Trump, ou a virada conservadora na América Latina, com a substituição de vários governos nacional-reformistas, entre outros elementos. O próprio golpe de Estado em 2016, que depôs Dilma Rousseff, indicava o crescimento das tendências fascizantes no Brasil.

Mas, daí a dizer que o nome preferido da burguesia para dar continuidade ao golpe seria Bolsonaro, já era um salto temerário. Não. O favorito dos capitalistas era Geraldo Alckmin, do PSDB. Esse partido vinha polarizando os pleitos eleitorais com o PT, desde a década de 1990. O segundo turno da disputa de 2014 concluiu com uma vitória apertada de Dilma sobre o tucano Aécio Neves, com apenas 51,64% dos votos. O político de Minas Gerais não aceitou o resultado e passou imediatamente à ofensiva. Entretanto, a linha determinada pela fração ligada ao Aécio, de passar a exigir a cassação da chapa adversária, encontrou um obstáculo intransponível, que era o PMDB – afinal, Temer era vice na chapa encabeçada pela petista. Assim, o PSDB foi deslocado da liderança do processo golpista, e o Aécio, sofrendo acusações de corrupção, acabou sendo deixado de lado. O próprio PMDB passou a ocupar tal posição.

A partir desse momento, políticos como Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara, ganharam enorme projeção. Trata-se de um homem ligado ao meio evangélico, um reacionário que sempre se manifestou a favor das pautas mais obscurantistas, mesmo compondo a base do governo petista. O Congresso se constituiu como órgão do golpe. O chamado “desembarque” do

PMDB foi um momento decisivo para consolidar o caminho do impeachment. A votação, que de fato importava, se daria na Câmara, todos sabiam de antemão que o Senado seguiria a decisão da outra Casa. E um dos personagens principais do enorme circo do dia 17 de abril de 2016, ganhando grande projeção na mídia, foi justamente Jair Bolsonaro. O direitoista, no momento de declarar o seu voto, não perdeu a oportunidade de fazer apologia à tortura, enaltecendo o militar Ustra, que se viu Dilma, décadas atrás.

A votação trouxe à tona a gigantesca podridão reinante no Congresso. A frente parlamentar conhecida como “BBB”, do “Boi”, da “Bíblia” e da “Bala” (referência aos ruralistas, religiosos e forças de segurança, respectivamente), tomou o microfone para exortar Deus, a Família, a Pátria e a Propriedade. Foram vários os comentários absolutamente despolitizados em plenário, ultrapassando o limite da razoabilidade. O Brasil assistiu ao espetáculo obscurantista, seguindo a polarização política que tinha sido instaurada, com reações opostas: a classe média conservadora, principalmente, que serviu de esteio para o golpe, se sentiu representada pela turba religiosa, que transformou a declaração de voto num momento de louvor, como se estivesse no púlpito; de outro

rinha. O triste espetáculo de 17 de abril só escancarou o que já era sabido por todos, que o Congresso Nacional reunia uma corja de bandidos e políticos cavernários. E não se tratava de uma particularidade daquela legislatura. Ao contrário, essa composição oligárquica e arquirreacionária é uma característica perene da dominação política no país, desde os tempos da Colônia. As Câmaras Municipais do século XVI já eram dominadas pelos ditos “homens bons”, na verdade, latifundiários, escravocratas e católicos. Vê-se, portanto, que a caracterização dos governos petistas como “democrático-populares” serviu de cobertura para o conservadorismo.

O impeachment expôs a falência do petismo. Temer assumiu a presidência, impondo ao país uma ditadura civil. A fratura no poder permitiu que se desencadeasse uma onda de ataques sem precedentes sobre os explorados, com a aprovação de várias leis e medidas reacionárias, a exemplo da reforma trabalhista. Aberta essa vaga conservadora, ganharam proeminência políticos do calibre do Bolsonaro. Este ainda pôde contar com um sentimento difuso de rejeição aos políticos tradicionais. Apesar de seus sete mandatos como deputado, Bolsonaro foi habilmente identificado como um *outsider*. Na mesma trilha, João Doria venceu Fernando Haddad (PT), na

disputa pela prefeitura da maior cidade do país, São Paulo, no primeiro turno (53,29% dos votos; Haddad ficou em segundo com os míseros 16,7% dos votos). Doria dizia que não era político, e sim empresário. O petista, por sua vez, tentava a reeleição, mas sofreu o impacto da deposição de

sua companheira de partido, ocorrida havia pouco mais de um mês. A conclusão do processo de impeachment se deu em 31 de agosto, a eleição municipal ocorreu no começo de outubro.

Como efeito colateral desse processo, Doria ganhou espaço dentro do PSDB, tendo sido apadrinhado por Alckmin. Mesmo na condição de recém-eleito prefeito, o político midiático começou imediatamente a articular uma candidatura a presidente. Alckmin acabou se impondo. Doria então partiu para a campanha como candidato a governador, contrariando o seu antigo “padrinho”, que queria o apoio dos tucanos ao seu vice, Márcio França, do PSB. Essa disputa trincou o partido. A derrota sofrida por Alckmin, que sequer foi ao segundo turno, terminou de fraturar o PSDB. Pela primeira vez, desde 1994, os tucanos não integravam a disputa direta à pre-



“ Os reformistas não gostam de lembrar que essa podridão se encontrava antes sob a sua proteção. E que contraíram alianças com os setores mais espúrios, reacionários e obscurantistas de carteirinha.

lado, viam-se as declarações históricas e impotentes dos reformistas, que eram contra o impeachment.

O que os reformistas não gostam de lembrar é que toda essa podridão se encontrava antes sob a sua proteção. A tese da democratização do Estado obrigou os petistas a contraírem alianças com os setores mais espúrios, ficando reféns de partidos e políticos, amplamente reconhecidos como reacionários obscurantistas de cartei-



sidência com o PT. O nome que viria a ocupar esse posto foi justamente o de Bolsonaro. Doria colocou no político ultraconservador, se despregando de Alckmin definitivamente. Utilizou a estratégia da dobradinha “Bolsodoria”, mesmo desagradando a membros do próprio PSL, partido do Bolsonaro, a exemplo do eleito senador, Major Olímpio, que apoiou Márcio França.

Paralelamente a todo esse processo, o ex-presidente Lula acabou sendo alijado da disputa, indo parar na cadeia. Lula vinha liderando as pesquisas de intenção de voto. A burguesia, no entanto, não podia admitir a volta do PT à presidência, pois, isso tornaria sem efeito todo o esforço despendido com o golpe de Estado. O Judiciário e as Forças Armadas deram a sua contribuição, colocando-se como coparticipantes da conspiração golpista. Haddad ocupou o posto, deixado vago por Lula nas eleições. Desde o princípio, a impotência e o imobilismo do PT, que dirige a fração majoritária do movimento de massas brasileiro, ajudou a cimentar o caminho do golpe. Estava consolidada a trajetória, certamente tortuosa, que fez o favorito do capital financeiro, Geraldo Alckmin, ser preterido pelo instável Bolsonaro.

O peso do centrão e da bancada evangélica

Era muito importante, para os artífices do golpe, conquistar a anuência do chamado Centrão. A origem dessa expressão é controversa, mas geralmente é associada à Constituinte de 1987-88. Na ocasião, jogou um papel importante na votação de questões de relevo, como a duração do mandato presidencial, a questão agrária, e outras. Trata-se de um bloco parlamentar supostamente independente, que acaba servindo de fiel da balança nos conflitos entre a situação e a oposição. Sua composição tem variado, mas quase sempre é formada por partidos menores, com perfil de centro-direita. Expressa as oligarquias regionais de menor força econômica, em relação às do Sudeste, ou às do Nordeste. Traz consigo uma característica antiga da política nacional, que é o fisiologismo, mais conhecido pela alcunha de “toma lá, dá cá”.

Estima-se que, em 2016, o bloco reunia entre 260 e 270 parlamentares. À época, o já citado Eduardo Cunha possuía considerável ascendência sobre o Centrão – vale lembrar que o deputado estava sendo investigado por corrupção e, diante da negativa dos petistas em votar pelo arquivamento do processo, decidiu abrir o processo de impeachment contra Dilma na Câmara, numa clara medida de retaliação.

Já a bancada evangélica possuía oficialmente 92 membros, compondo uma intersecção com o Centrão – congregava até parlamentares do PT. Coube ao então presidente da frente religiosa, o deputado João Campos (PRB-GO), anunciar a decisão da bancada, no dia 6 de



abril de 2016, de apoiar o impeachment, utilizando o argumento do combate à “grave crise econômica, moral, ética e política” que atravessava o país. A retomada desse fato é importante, tendo em vista que a fatura desse apoio seria cobrada mais tarde. Michel Temer teve de se apoiar nos evangélicos, o

mesmo valendo para Bolsonaro. Este, que é católico, se viu na contingência de procurar os líderes evangélicos para negociar o apoio à sua candidatura. Um dos elos aí foi a sua esposa, Michelle Firmo, seguidora do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus, liderado por Silas Malafaia. Foi este quem os casou, numa cerimônia para 150 convidados, no Alto da Boa Vista (RJ).

Mesmo depois de eleito, Bolsonaro tem sido cuidadoso, no que se refere ao tratamento dispensado aos religiosos. Elegeu-se repetindo o mantra “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Sabe que o apoio ao seu governo, que sofreu uma rápida deterioração, depende muito da manutenção da proximidade com esse setor. A reforma da Previdência, por exemplo, dificilmente poderia ser aprovada sem o Centrão e os evangélicos. Por isso, não espanta a ida do presidente à Marcha para Jesus, em São Paulo, no dia 20 de junho. De acordo com informação publicada no Diário da Câmara dos Deputados, no dia 17/04/2019, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional possui oficialmente 195 deputados, e 8 senadores, um número bem expressivo. Estão aí representados, principalmente, parlamentares das igrejas denominadas pentecostais e neopentecostais. De acordo com o site *Congresso em Foco*, “a igreja que mais elegeu parlamentares foi a Assembleia de Deus (33) [...]. Em segundo lugar, aparece a Igreja Universal do Reino de Deus, que elegeu 18 nomes [...]. A Igreja Batista [...] emplacou 12 parlamentares”.

“ A reforma da Previdência, por exemplo, dificilmente poderia ser aprovada sem o Centrão e os evangélicos.



“ *As igrejas são parte do aparato ideológico de dominação da burguesia sobre os explorados.* ”

A preservação da ligação das igrejas ao Estado tem raízes na Europa, na época em que a burguesia europeia lutava para se consolidar como classe dominante. No princípio, a burguesia combateu o reacionarismo eclesiástico, enquanto este expressava os interesses da aristocracia feudal. Bastou a Igreja se sujeitar aos interesses da classe em ascensão, para restabelecer sua ligação firme com o Estado. Os capitalistas souberam recompensar, de sua parte, a instituição obscurantista, que demonstrava ser um instrumento eficaz para manter os explorados submissos e no atraso. O marxismo não deixou de analisar esse processo, indo mais longe, inclusive: foi até o cristianismo primitivo, assinalando suas características fundamentais, para demonstrar, a seguir, as suas transformações, sempre buscando as raízes na base material da sociedade.

A revolucionária Rosa Luxemburgo foi feliz ao empreender uma síntese dessa trajetória, num texto intitulado “A igreja e o socialismo”, de 1905. Eis: “O cristianismo surgiu como um evangelho de consolação aos deserdados e pobres. No princípio, foi um ensinamento contra a desigualdade social e pregava a comunhão de riquezas para a eliminação das desigualdades entre ricos e pobres. Mas, gradualmente, a Igreja transformou-se, de um tabernáculo da igualdade e da fraternidade, em uma propagadora da desigualdade e da injustiça. Abandonando a luta contra a propriedade privada que os primeiros apóstolos do cristianismo conduziram, o clero começou, ele mesmo, a juntar e a se apoderar de riquezas, e aliou-se à classe proprietária, ou seja, àqueles que viviam da exploração do trabalho e da dominação sobre o povo. Na Idade Média, quando dominava a nobreza feudal sobre o campesinato servil, a Igreja pertencia ao estamento dominante com a nobreza e defendeu com todas as forças o seu domínio, em oposição à revolução. Posteriormente, no final do século XVIII, na França, e na metade do século XIX, em toda a Europa Central, quando o povo, com a revolução, varreu a servidão e os privilégios da no-

breza e teve início a dominação do capitalismo moderno, então a Igreja aliou-se novamente à classe dominante – à burguesia industrial e comercial. Hoje, com a mudança dos tempos, o clero já não possui tantas terras como antigamente, mas, em seu lugar, possui capital, e procura especular com ele para, através da exploração industrial e comercial do trabalho do povo realizada pelos capitalistas, tomar a maior parte para si”.

No Brasil, essa confusão religião-Estado remonta aos primeiros passos da independência formal, particularmente com a Constituição de 1824, através do estabelecimento do padroado e do beneplácito, mecanismos que colocavam nas mãos do imperador o controle sobre a Igreja Católica. Tal estado de coisas perdurou por todo o período monárquico. Com o advento da República, se deu a separação jurídico-formal entre Estado e Igreja, o que não implicou na perda de todos os seus privilégios e de seu poderio político-econômico. Vale mencionar que a alta hierarquia da Igreja esteve do lado dos generais, diante do golpe militar de 1964, embora seja necessário reconhecer a participação importante de uma fração do baixo clero na resistência à ditadura, inclusive apoiando a esquerda que rumou para a luta armada foquista, como foi o caso dos frades dominicanos, em relação à Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo guerrilheiro comandado por Carlos Marighella. É a partir de meados do século XX, todavia, que começam a ganhar expressão, cada vez maior, os protestantes, fato que coincide com o declínio católico. A posição dos EUA após a 2ª Guerra Mundial, como maior potência econômica, militar e política do planeta, pesou em favor do protestantismo, dominante em seu país. As igrejas pentecostais e neopentecostais crescem vertiginosamente, ao ponto de terem exercido um papel decisivo na última disputa para presidente do país.

Há apontamentos que indicam uma força considerável dos aspectos organizacional e financeiro das igrejas no processo eleitoral. É o que se conclui a partir da leitura do artigo, publicado na Revista USP, número 120, intitulado “Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil”, que faz um balanço da disputa de 2018. Os seus autores chamam a atenção para o uso de obreiros e vo-



luntários como cabos eleitorais; a utilização de uma rede de contatos de divulgação e execução de serviços essenciais a qualquer campanha política (gráficas, advogados, carros de som, etc.); e a possibilidade de contar com recursos financeiros não tributáveis, e com pouco ou nenhuma fiscalização, oriundos dos dízimos, esmolas, ofertas e outros donativos, constituindo uma modalidade de “caixa 2”, difícil de ser enquadrada pela legislação.

Alguns estudos acadêmicos, a exemplo do citado acima, rechaçam a imagem, considerada simplista, de “curral eleitoral”, que costuma recair sobre os fiéis. Em que pese esse tipo de ponderação frívola, é inegável a grande influência ideológica exercida pelo discurso conservador-religioso, com a dita “pauta de costumes”, para que Bolsonaro pudesse se eleger. Concorreu para esse fato a poderosa máquina de *fake news*, que foi posta para funcionar através das redes sociais, com aportes milionários.

A “pauta de costumes” e os ataques à ciência

Logo após de encerrada a disputa, tendo o político do PSL saído vitorioso, a bancada evangélica não deixou de cobrar a fatura. Em matéria publicada no site *Huffpost (Brasil)*, em dezembro de 2018 – portanto, antes mesmo da posse – pode-se ler a seguinte declaração, do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ): “*depois da reforma da Previdência, vem o **trator conservador***” (grifo nosso). Na mesma entrevista, o líder evangélico deixou claro que “*estão na mira da bancada textos que implicam embates diretos com a oposição: Estatuto da Família, Estatuto do Nascituro, e redução da maioria penal, Escola sem Partido, além da reforma da Previdência*”. Certamente, aí está o cerne do programa político dos evangélicos para a conjuntura, a tal “pauta de costumes”, embora possam ser elencados outros temas polêmicos.

A Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, e o

Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, que foi substituído por Abraham Weintraub, foram escalados por Bolsonaro para liderar as ações do governo nessas áreas tão delicadas. O obscuro Ernesto Araújo completou o quadro, na Pasta das Relações Exteriores.

As declarações desastrosas desses ministros têm constituído uma fonte permanente de crise do governo. Basta lembrar a substituição que se deu no MEC. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), ligado ao MEC, e responsável pelo maior exame vestibular do país, o ENEM, também passou por muitas modificações em sua hierarquia. A influência do guru astrólogo, o mentecapto Olavo de Carvalho, foi notável, especialmente nesse campo. É verdade que, após

vários conflitos com membros militares do governo, os olavistas e o próprio guru acabaram, aparentemente, relegados ao segundo plano. A ideia central está no combate ao que se convencionou chamar de “marxismo cultural”, que os bolsonaristas enxergam em todo lugar: nas escolas, na Rede Globo, e até na ONU. Um caso patológico de paranoia, mas, que vem muito bem a calhar para a burguesia, interessada na repressão aos estudantes, professores e funcionários, da Educação Básica ao Nível Superior. O intento de avançar na privatização do setor também casa bem com os projetos “Escola Sem Partido” e “Future-se”.

A questão de gênero comparece, o tempo todo, nos discursos da horda bolsonarista. O assunto possui grande eco em suas bases sociais, em particular entre os evangélicos. Do ponto de vista prático, uma das vias por onde o governo deseja atacar o tema é pelo Estatuto da Família. Pretende-se reconhecer exclusivamente a união entre um homem e uma mulher. O texto foi aprovado na comissão especial, e está pronto para ir ao plenário. Caso seja aprovado, significará uma derrota a todos aqueles que defendem, para além do modelo heterossexual monogâmico, os paradigmas não-tradicionais, intitulados como “monoparentais”, “multiparentais” ou “homoafetivos”. Para os marxistas, interessa compreender a família como célula econômica e fonte de opressão sobre a mulher e os homossexuais. Nesse caso, tanto os obscurantistas instalados na Esplanada dos Ministérios, quanto os reformistas e centristas que advogam a pseudoteoria de gênero, se situam no mesmo campo, negando a formulação marxista. O máximo que atingem os movimentos LGBTs é o apontamento de uma raiz no “patriarcado”, dando a

“ Para os marxistas, interessa compreender a família como célula econômica e fonte de opressão sobre a mulher e o homossexual.

esse conceito, porém, um conteúdo meramente cultural ou simbólico. O que o socialismo científico, desde Marx e Engels, assinalou, foi justamente o conteúdo de classe de todas as formas de opressão.

Damares, por sua vez, além de se preocupar com a cor das roupas das pessoas, se azul ou rosa, também tem centrado fogo na questão do aborto. Em março deste ano, a ministra participou do relançamento da “Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família”. Em outra oportunidade, declarou que, se dependesse dela, alteraria o Estatuto do Nascituro, para proibir até mesmo as limitadas situações em que a interrupção da gravidez hoje é permitida, a saber, estupro, risco à vida da mãe, e fetos anencefálicos. A tendência, entretanto, é de o governo



circunscrever-se ao primeiro caso. Quanto ao problema da maioria penal, a pressão vem principalmente da “Bancada da Bala”, integrada por membros das forças de segurança. O objetivo é responder à violência com o recrudescimento da repressão, sem jamais tocar na raiz social do problema.

Se não bastasse toda essa pauta profundamente regressiva, o governo tem, simultaneamente, desferido duros ataques à pesquisa científica. Anunciou cortes no orçamento da Educação, tendo sido prontamente respondido pela esquerda com manifestações massivas, especialmente nos dias 15 e 30 de maio, em várias cidades. Em contrapartida, chamou muito a atenção o ato organizado por apoiadores de Jair Bolsonaro ocorrido em Curitiba, os quais arrancaram uma faixa com os dizeres “Em Defesa da Educação”, da fachada da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo sido aplaudidos por centenas de pessoas. No mesmo tom, o governo lançou no portal *e-Cidadania* uma consulta, que teve grande repercussão negativa, mas também contou com uma quantidade considerável de simpatizantes, a respeito da “Ideia Legislativa” referente à exclusão dos cursos de Humanas nas universidades públicas. A proposta tem seu antecedente direto na aprovação, ainda sob o governo Temer, da reforma do ensino médio/BNCC.

Bolsonaro ainda acusou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de disseminar “fake news”, apesar de ele não ser um especialista em estatística – aliás, o constrangedor vídeo sobre o nióbio, transmitido ao vivo no final de junho, revelou que o presidente não domina sequer as quatro operações. Damares Alves também dá a sua “contribuição”, dizendo discordar da Teoria da Evolução, sem possuir noção alguma de Biologia. Já o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, se considera apto a afirmar, e o faz com veemência, que o aquecimento global não passa de uma grande farsa, em que pese o consenso de pesquisadores no mundo todo.

Mais recentemente, foi a vez de Bolsonaro dar um pitaco onde não foi chamado: resolveu questionar os dados coletados e divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) acerca do desmatamento. De acordo com um texto publicado pela Revista Exame, “as declarações do presidente ocorreram um dia após a imprensa destacar que o sistema Deter-B, do Inpe, que faz alertas em tempo real de focos de desmatamento para orientar a fiscalização, aponta para uma alta da perda florestal neste ano. Até sexta [dia 19/07], o sistema registrava para julho um corte de 1.209 km²,

o valor mais alto de desmatamento, em um mês, desde 2015. É também 102% maior do que o observado em julho de 2018”.

Convém perguntar: qual autoridade detém o presidente para debater temas como o do desmatamento ou do aquecimento global? Notoriamente, nenhuma. Sua fala revela a defesa de certos interesses nacionais e de grupos estrangeiros, associados à indústria e ao capital especulativo. Não se trata exatamente, nesse caso, do problema do obscurantismo. Trata-se de um conflito mesquinho ao

“Bolsonaro utiliza o seu vasto vocabulário obscurantista e o seu autoritarismo corriqueiro, portanto, para favorecer uma fração em detrimento de outra, na disputa interburguesa.

redor da exploração dos recursos naturais, particularmente na Amazônia. A menção feita por Bolsonaro às ONGs tem uma dose de verdade, afinal, muitas delas se imiscu-

íram em questões como a do desmatamento, em proveito de frações do capital. Bolsonaro utiliza o seu vasto vocabulário obscurantista e o seu autoritarismo corriqueiro, portanto, para favorecer uma fração em detrimento de outra, na disputa interburguesa. Nunca é demais lembrar que a questão do controle das fontes de matérias-primas é crucial na época imperialista.

A situação geral é tão insustentável, que até instituições de perfil moderado, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, têm se insurgido contra os ataques à pesquisa. A entidade lançou uma nota em seu site, na qual afirma: “a nível federal, agências como Capes, CNPq e Finep, têm seus orçamentos, que haviam sido reduzidos nos últimos anos, cortados ainda mais. Nos estados, a maioria das Fundações de Amparo à Pesquisa tem encarado o desafio de manter em dia o financiamento às atividades de pesquisa com uma verba muito abaixo do necessário”.

Não por acaso, um contingente pequeno, mas significativo, de pesquisadores se viu forçado a romper a rotina dos laboratórios, e ganhar as ruas para externar a sua indignação, tendo organizado a Marcha pela Ciência, no dia 07 de julho, na Av. Paulista.

A crítica ao obscurantismo

A Marcha pela Ciência tem uma importância simbólica, pois não foi organizada pelas entidades de classe tradicionalmente ligadas à esquerda, como as centrais ou os sindicatos. Foi erguida por setores da pequena-burguesia ilustrada, preocupados com o futuro das suas pesquisas, mesclando, portanto, o inconformismo com fatores corporativistas. E esse não é um caso isolado; desde antes das eleições, o bolsonarismo já recebia críticas por parte de setores liberais e social-democratas moderados. Até figuras e agrupamentos reconhecidamente situados no campo da direita e centro-direita, como Reinaldo Aze-



vedo, Marco Antonio Villa, e o MBL (Movimento Brasil Livre) têm feito comentários ácidos em relação aos absurdos do novo governo. Recentemente, inclusive Dória (PSDB) chegou a dar uma declaração, tentando cinicamente se desvincular de Bolsonaro.

Essas manifestações de conjunto revelam as fissuras existentes na base social onde se concentraram os votos do então candidato do PSL, notadamente entre a classe média e na própria burguesia, implicando necessariamente em dificuldades, no que diz respeito à governabilidade. Os choques que chegam à opinião pública possuem geralmente uma face ideológica de matiz liberal. Vale lembrar que, na sua origem, o liberalismo já havia proclamado a rejeição a todo dogmatismo, aí incluído o religioso. John Locke dizia que o poder não podia se basear em dogmas, ou seja, em verdades pretensamente inquestionáveis, que deviam ser aceitas sim ou sim, sem necessidade de comprovação. O pensador do século XVII, falecido no começo do XVIII, acrescentava que não se devia, igualmente, conceder força política aos dogmas. Em outras palavras, questionava a base temporal do poder religioso, defendendo a crítica simultânea ao absolutismo monárquico e à religião, concluindo com uma prédica de tolerância religiosa.

É claro que não cabe qualquer ilusão numa suposta inclinação iluminista da burguesia atual, da época imperialista. A história já rasgou o véu liberal da classe capitalista, tantas vezes, que nem vale a pena perder tempo nisso. Pelo contrário, a busca no passado teórico da burguesia serve tão somente para mostrar o tamanho do retrocesso pretendido pelo bolsonarismo. Na prática, o obscurantismo do atual governo faz a roda da história girar para posições pré-iluministas.

A feição dogmática de Bolsonaro está mais do que escancarada, ao ponto de a conservadora Revista IstoÉ publicar uma reportagem (2/8/2019), intitulada “A marcha da insensatez”, na qual comenta as declarações do presidente sobre a morte do ex-militante da Ação Popular Marxista-Leninista, grupo guerrilheiro da época da ditadura, Fernando Santa Cruz. Não se trata de entrar nos detalhes do caso, e sim notar a reação de Bolsonaro em relação aos membros da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos do seu próprio governo. A Comissão o contrariou, admitindo o assassinato “causado pelo Estado Brasileiro”. IstoÉ explana assim: “Bem, mas se os fatos estão contra Bolsonaro, pior para os fatos. Ou para quem os divulga. Na quarta-feira 30 [de julho], o presidente determinou a troca de quatro dos sete integrantes do colegiado que o contrariou. Um dos novos indicados é Wesley Maretti, um empedernido defensor do coronel Brilhante Ustra, conforme revela sua rede social”. E emenda: “A justificativa do mandatário do

País veio em forma de mais um destempero verbal: ‘O motivo é que mudou o presidente. Agora é Jair Bolsonaro. De direita. Ponto final’” (grifo nosso).

Não é a primeira vez que Bolsonaro procede dessa forma. Chegou também a exonerar o diretor do Inpe, Ricardo Galvão, por “quebra de confiança”, indicando como substituto interino o militar Darcton Policarpo Damião. Como já descrevemos acima, o conflito envolveu a publicação pelo órgão de informações relacionadas ao desmatamento.

Convém aqui, no entanto, uma explicação. É preciso que se garanta o direito a divergir dos dados fornecidos pelos órgãos de pesquisa. Mais ainda, conhecendo o embotamento da pesquisa científica no Brasil, com o

“ (...) o obscurantismo do atual governo faz a roda da história girar para posições pré-iluministas.



direcionamento mercadológico, e o caráter anticientífico e profundamente retrógrado que prevalece nas universidades – inclusive com as suas estruturas de poder antidemocráticas –, a desconfiança acaba se colocando como uma atitude salutar. No caso do desmatamento, por exemplo, salta aos olhos a incapacidade dos “órgãos de defesa” e dos ambientalistas para frear a sanha capitalista sobre os recursos naturais. Evidentemente, essa crítica é bem diferente da empreendida por Bolsonaro. Este rejeita os dados porque não coincidem com a sua interpretação bíblica, ou porque simplesmente enfraquecem a sua autoridade, tal como a obscurantista Igreja medieval condenando Galileu.

Tais atitudes revelam, para além do obscurantismo, o caráter ditatorial do governo Bolsonaro, com traços

bonapartistas evidentes. A tentativa de se sobrepor às instituições, como “salvador da pátria”, contudo, tem esbarrado nas particularidades da estrutura política do Brasil semicolonial, a qual concede às oligarquias um peso fundamental. As promessas de campanha, de se livrar do “toma lá, dá cá”, ficaram já no meio do caminho. As negociações com o Congresso Nacional ao redor da reforma da Previdência se encarregaram de dissipar quaisquer dúvidas nesse sentido, afinal, o Palácio do Planalto foi obrigado a se curvar diante do Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara. Disso se depreende, portanto, que a ditadura bolsonarista não é onipotente.

“*Os marxistas sabem também que não se combate o obscurantismo somente com cartilhas, mas intervindo com o programa revolucionário, para transformar a base econômica da sociedade.*”

Por baixo de todos esses fenômenos está a crise estrutural do capitalismo. Tanto o caráter ditatorial, quanto os seus limites, estão determinados, em última instância, pela impossibilidade de um amplo desenvolvimento das forças produtivas, que se encontram encarceradas pelas relações de produção monopolistas. É vigente a máxima do Programa de Transição, escrito por Leon Trotsky, de que os avanços na técnica e na ciência se voltam contra a humanidade, na medida em que potenciam a superprodução. É a crise que explica a tendência à centralização política e o recrudescimento das forças fascizantes; é a crise que, ao mesmo tempo, impede o bolsonarismo de se impor à força por completo, como pretendia e pretende; isso porque é a crise que provoca as divisões e os atritos interburgueses, minando a governabilidade, e exacerbando as tendências centrífugas, inclusive com a relativa autonomia das instituições, aguçando a crise política, tal como testemunham os obstáculos enfrentados pelo governo com parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

É a crise também que impele o Bolsonaro a atacar o Inpe, o IBGE, a FUNAI, as universidades, os professores e a ciência em geral, pois, age em favor das madeiras, que almejam aumentar sua lucratividade, devastando as florestas; favorece os ruralistas, que querem tomar as terras demarcadas dos indígenas, e usar os agrotóxicos que bem entenderem; beneficia o ensino privado, que já assumiu o controle quase integral do nível superior, e

agora quer abarcar a Educação Básica; privilegia as igrejas, afastando-as de qualquer possibilidade de cobrança de impostos (como se viu na confusão envolvendo o liberal Marcos Cintra, secretário da Receita Federal); é benevolente, sobretudo, com o Capital em geral, particularmente com os bancos, na medida em que golpeia a aposentadoria dos miseráveis e avança na flexibilização capitalista do trabalho.

Bolsonaro está dando prosseguimento ao conteúdo do golpe de Estado de 2016. O PT teve de ser arrancado à força do poder, não por realizar um governo “democrático-popular”, desagradando a “casa-grande”, como argumentam os próprios petistas. Não. O reformismo foi golpeado, apesar de ter realizado um governo burguês, inclusive aplicando os planos de austeridade. O problema é que não se trata de um partido orgânico da burguesia e, por conta disso, seus liames com o passado sindical e popular os impedia de cortar tão fundo na carne dos oprimidos quanto a crise exigia. O capital financeiro impunha um ajuste fiscal mais severo do que o PT era capaz de realizar, para que se garantisse o pagamento da dívida pública. Bolsonaro tem de dar conta da selvageria capitalista em tempos de crise. Não cabe mais no comando do Estado brasileiro a política de conciliação de classes, foram solapadas as suas bases econômicas.

Essa constatação é de suma importância para os marxistas, pois, comprova o que estes já sabiam, dada a vasta experiência do movimento operário internacional: é impossível reformar o capitalismo em proveito das massas exploradas, combatendo o obscurantismo “por dentro” do Estado burguês. Os marxistas sabem também que não se combate o obscurantismo somente com cartilhas, mas intervindo com o programa revolucionário, para transformar a base econômica da sociedade. Como diz Lênin, no artigo “Sobre a atitude do Partido Operário em relação à religião” (1909), “só a luta de classe das massas operárias, atraindo em todos os aspectos as mais amplas camadas do proletariado para uma prática social consciente e revolucionária, está de fato em condições de libertar as massas oprimidas do jugo da religião”. Na mesma linha, Lênin continua: “Não se pode limitar a luta contra a religião a uma prédica ideológica abstrata, não se pode reduzi-la a essa prédica; é preciso pôr esta luta em ligação com a prática concreta do movimento de classe, dirigido para a eliminação das raízes sociais da religião”. É com essa perspectiva que o Partido Operário Revolucionário intervém na realidade do país, com a convicção de que é esse o único caminho para enfrentar o obscurantismo bolsonarista.



A juventude e a reforma da Previdência

Vemos o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro e a corja de laráprios do Estado burguês aprovando a reforma da Previdência. No momento da escrita deste texto, a Câmara dos Deputados havia aprovado a reforma da Previdência, com algumas emendas. Ainda resta a aprovação do Senado para sua promulgação, tudo indica que o essencial da reforma está já consolidado.

Apesar das mudanças feitas desde seu anúncio, o conteúdo burguês da reforma não mudou um milímetro; por isso, dizemos que se trata de uma contrarreforma, ou seja, um ataque aos parques direitos dos explorados. A juventude ocupa uma posição especial nesse cenário, pois, ela é quem irá sofrer com todo o peso das mudanças para pior, nas aposentadorias e nas pensões. Falar em mudança na Previdência é dizer como a juventude de hoje irá se aposentar ou não amanhã. Por isso, analisamos dados em geral, não apenas da juventude atual; afinal, ela terá de percorrer um longo caminho, até a aposentadoria. E os dados mostram o quão nefasta é a perspectiva atual.

Apesar de analisarmos, neste documento, como está a realidade brasileira, é interessante notar que a retirada de direitos e a barbárie social vêm avançando em todo o mundo, com especial intensidade desde a crise econômica, que vem se arrastando a partir de 2008. As mudanças nas aposentadorias e pensões são parte disso, em todo o mundo. Muda o país, muda a realidade econômica específica, mas não muda o caráter burguês, de salvaguarda dos capitalistas, das reformas. A lógica dos exploradores é que o proletariado e a pequena burguesia do campo e da cidade devem arcar com maior exploração, para que seus lucros sejam garantidos.

A reforma da Previdência no Brasil

O Brasil, longe de ser uma exceção a essa regra mundial de retrocessos nas condições de vida da maioria, também impõe sua contrarreforma. A ditadura civil de Temer se encarregou de aprovar a reforma trabalhista e a lei da terceirização, mas deixou a aprovação da reforma da Pre-



“ A juventude ocupa uma posição especial nesse cenário, pois, ela é quem irá sofrer com todo o peso das mudanças para pior, nas aposentadorias e nas pensões.

vidência a cargo do governo que lhe daria continuidade, o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro. Seu plano inicial era “economizar” cerca de R\$ 1,2 trilhões, em 10 anos. Mas, para conseguir a aprovação do Congresso em um cenário de crise política, e de não unanimidade burguesa em relação aos pontos da reforma, emendas foram feitas, e um “novo” projeto, que em nada de essencial diferia do original, foi aprovado, cuja “economia” ultrapassa os R\$ 900 bilhões. Essa “economia”, na verdade, nada mais é do que a exclusão de milhares do direito de

“ Os dados mostram o quão dura é a realidade dos oprimidos, em especial da juventude.



aposentadoria e pensões, redução no valor a ser recebido por uma grande parcela, e a exigência de uma contribuição maior e mais prolongada dos trabalhadores.

Toda a esquerda parlamentar se colocou pela política de emendas ao projeto original. Seguiram a mesma linha da propaganda ideológica da burguesia mundial, de que uma reforma era necessária. Buscaram diferenciar-se em aspectos, mas, em momento nenhum, em essência. Não se colocaram por demonstrar que a “necessidade” da reforma era, na verdade, uma necessidade burguesa de manter seu parasitismo financeiro. Não à toa, nenhuma das emendas era para benefício dos trabalhadores em geral, mas tão somente uma tentativa de abrandar, para alguns setores, de forma corporativa e eleitoreira, o brutal ataque às condições de vida da maioria oprimida.

Um dos elementos importantes dessa contrarreforma é a fixação de uma idade mínima para aposentadoria, independentemente do tempo de contribuição. Em outras palavras, aqueles que começaram a trabalhar (leia-se “ser explorado”) mais cedo não poderão se aposentar mais cedo, terão de continuar trabalhando. Além disso, a idade para se aposentar também aumentou: de 55 para 62 anos, para mulheres, e de 60 para 65 anos, para homens. Outro ponto importante é a diminuição dos valores que serão pagos de aposentadoria no regime geral: o cálculo do valor, que é a média das contribuições feitas, passa a considerar todas as contribuições, quando a regra desconsiderava 20% das contribuições (aquelas com o menor valor).

Os dados da realidade nacional, levantados e divulgados pelas instituições da própria burguesia, mostram o quão dura é a realidade dos oprimidos, em especial da juventude. Passemos a vê-los:

A reforma e a situação da juventude em números

Sempre que analisamos números, precisamos tomar o cuidado para não olhar apenas os percentuais, e nos esquecermos dos números absolutos, nem a que parcela

eles se referem. As campanhas da imprensa burguesa procuram manipular os números, de modo que sirvam para amenizar a barbárie social aos olhos dos explorados.

Um dado que é importante para enxergarmos a realidade do país, e que tem uma ligação direta com a Previdência, é o de desemprego. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) usa o termo “desocupação”, em vez de “desemprego”. Isso porque só considera a População Economicamente Ativa (PEA) para as estatísticas, o que significa que fica omitida uma parcela da população, que já não “busca ativamente um emprego”, ou seja, que já não vê mais perspectivas de conseguir um trabalho: os chamados desalentados. Em junho, essa parcela era composta de 4,9 milhões de pessoas, ou seja, uma gigantesca massa de miseráveis.

Além disso, quando vemos o dado de que em junho a taxa de desocupação era de 12%, podemos pensar num arredondamento simplório, que a cada 10 pessoas uma está desocupada. Mas, o número absoluto dessa estatística é de 12,766 milhões de pessoas. Ou seja, são milhões de pessoas que sofrem com a violência capitalista, os empurrando para a miséria.

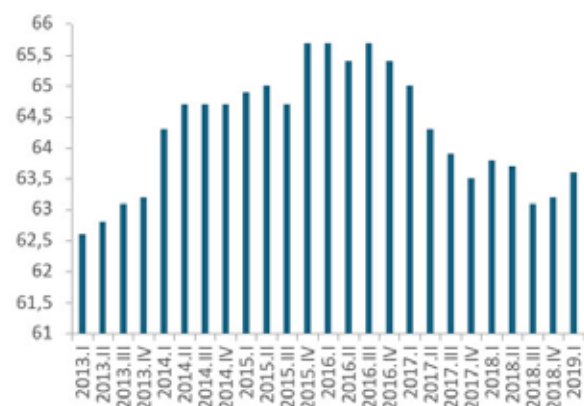
Se os números em geral já são assustadores, entre a juventude eles tendem a ser piores, como veremos a seguir.

Quem contribui para a Previdência?

Para além do emprego em geral, analisar o emprego formal é importante, pois, são essencialmente esses empregados que contribuem com a Previdência. A contribuição só é compulsória quando o emprego é de carteira assinada, formal. No trabalho informal, o comprometimento da renda para o pagamento da aposentadoria individual, que é opcional, torna-se um peso, que compromete a renda, de maneira que a maioria passa a não realizar as contribuições. Isso faz com que um, em cada três trabalhadores ocupados, não contribua com a Previdência e, conseqüentemente, não tenha esse tempo de trabalho contabilizado para sua futura aposentadoria, como vemos no gráfico a seguir.



Ocupados que contribuem para a Previdência Social (Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Quando a juventude consegue o primeiro emprego formal?

Vejam os gráficos a seguir. O primeiro mostra a evolução do desemprego, desde 2012, comparando o percentual médio e o percentual entre a juventude de 18 a 24 anos. O segundo mostra a média de idade do primeiro emprego com carteira assinada.



A taxa de 25% de desemprego entre a juventude, em 2018, dá a dimensão do quão difícil já era para os jovens terem uma perspectiva de aposentadoria. Se a vida já lhes é miserável hoje, o futuro que os capitalistas querem reservar-lhes não é nada melhor.

O segundo gráfico mostra um aumento na média de tempo para que o jovem consiga sua carteira assinada pela primeira vez, e, em 2017, esse valor já era de mais de

28 anos. E, como vimos, são poucos os que contribuem com a Previdência, sem ter um trabalho formal.

Em uma conta simples, vemos que aposentadoria integral é uma realidade muito distante.

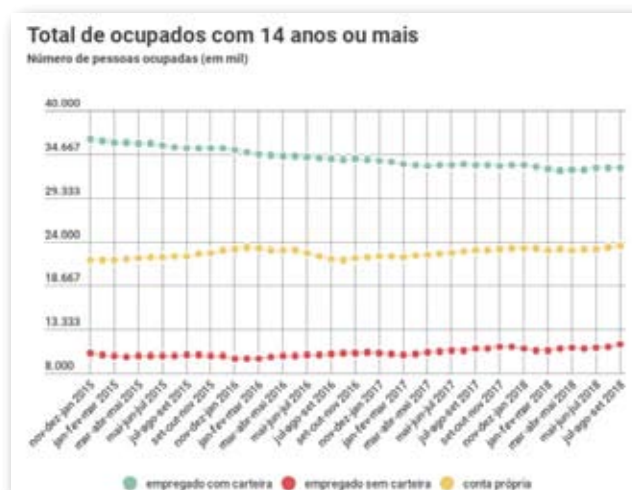
Antes da reforma: homens deveriam contribuir 35 anos ou ter pelo menos 60 anos; mulheres deveriam contribuir 30 anos ou ter 55 anos. Iniciando a contribuição aos 28 anos, nem homens, nem mulheres, conseguiriam a aposentadoria integral, quando completassem a idade na qual já poderiam solicitar a aposentadoria, pois, teriam contribuído no máximo 3 anos a menos que o exigido para a aposentadoria integral.

Após a reforma: homens devem contribuir 40 anos e ter no mínimo menos 65 anos; mulheres devem contribuir 35 anos, e ter 62 anos. Iniciando a contribuição aos 28 anos, nem homens nem mulheres conseguiriam a aposentadoria integral quando completassem a idade mínima de aposentadoria, pois, teriam contribuído, respectivamente, no máximo, 3 e 1 ano a menos que o mínimo exigido. Isso por que a idade mínima, que passa a ser obrigatória independentemente do tempo de contribuição, aumentou em 5 e 7 anos.

Essa conta simples considera que, após conseguir o primeiro emprego, o jovem não ficaria desempregado até sua aposentadoria. Mas, essa suposição não se verifica na realidade, e os dados de transição ao desemprego da PNAD contínua, que veremos mais adiante, mostram isso.

Informalidade e trabalho precarizado

Em geral, os empregos formais têm diminuído no Brasil, como podemos ver no seguinte gráfico extraído de dados do IBGE:



A informalidade tem crescido, e a reforma trabalhista, aprovada em 2017 pela ditadura civil de Temer, com a promessa de aumentar o número de carteiras assinadas, não mudou esse cenário. Ao contrário disso, a PNAD

continua mostra que houve um aumento da informalidade, de 2017 para 2018. Um ano após sua aprovação, trabalhadores autônomos cresceram 2,55%, que significa 585 mil trabalhadores na informalidade. O número de empregados do setor privado, sem carteira assinada, cresceu 5,51%, o que significa que 601 mil pessoas passaram a prestar serviços para empresas sem carteira assinada, totalizando 11,5 milhões de pessoas, nessa situação.

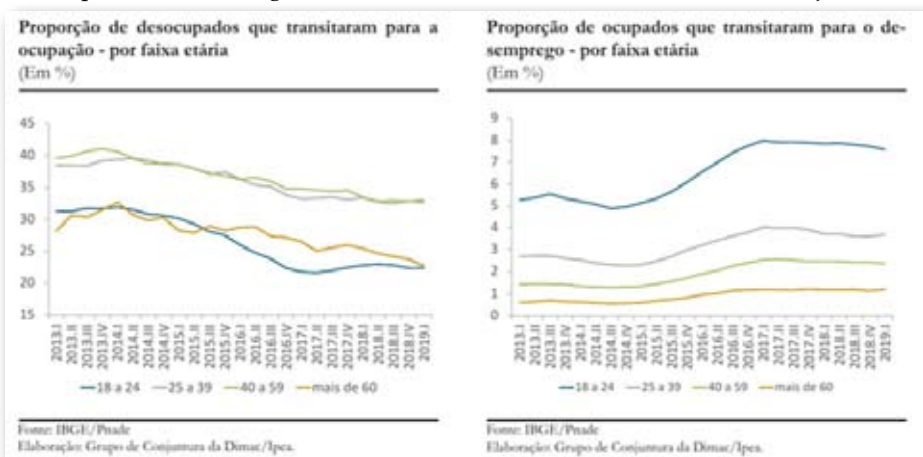
O trabalho precarizado também tem crescido com os “serviços” de aplicativos, como Uber, Rappi, entre outros. Em fevereiro de 2019, contabilizavam 3,8 milhões dos 23,8 milhões de trabalhadores “por conta própria”.

Desses dados, é ainda importante notar entre os empregados, menos de 50% têm carteira assinada.

Desse conjunto de dados, é fácil perceber que a aposentadoria, mesmo sem a reforma da Previdência, já era excludente de uma grande parcela dos oprimidos. As imposições de mais restrições significam o veto ainda maior.

A instabilidade no emprego

O tempo de contribuição com a Previdência supõe uma estabilidade no emprego, a qual não se verifica na realidade. O aumento na exigência do tempo mínimo de contribuição e do tempo de contribuição para aposentadoria integral se mostra um ataque brutal. Os dados sobre a dificuldade dos trabalhadores se manterem trabalhando mostram isso claramente. A juventude, em especial, sofre com a rotatividade nos empregos, como podemos ver no gráfico abaixo.



À primeira vista, os dados da proporção de desocupados que transitam para a ocupação fazem parecer que uma parcela grande dos desempregados consegue emprego. Mas, um olhar mais atento nos mostra que o contingente de desempregados é “reposto”, e, às vezes, superado, com aqueles que perderam o emprego. Isso significa que existe uma grande instabilidade entre aqueles que conseguiram o emprego. Destaca-se desses

gráficos a situação da juventude que, se por um lado, tem mais dificuldade de conseguir emprego, por outro, é mais suscetível a perder o emprego.

A expectativa de vida

A burguesia de todo o mundo argumenta o aumento da expectativa de vida, para justificar reformas que dificultem o acesso à aposentadoria. Sua lógica é a de que os que trabalham hoje devem pagar a aposentadoria aos idosos de hoje. Ou seja, se amanhã a população em idade ativa (os que podem trabalhar) diminuir, então aqueles que contribuíram toda sua vida vão amargar a velhice sem poder se aposentar. Em outras palavras, a contribuição que fez durante toda a vida de exploração será simplesmente desconsiderada, jogada na lata do lixo.

Isso se passa porque a lógica da burguesia é a do lucro e do parasitismo financeiro. Então, por um lado, precisa poder explorar os trabalhadores o máximo possível. O aumento da idade de aposentadoria serve a extração da mais valia por um tempo mais prolongado. Mesmo que a parcela mais velha fique desempregada, cumprirá o papel de fortalecer o exército social de reserva (desempregados), e assim pressionar pelo rebaixamento geral dos salários. Por outro lado, um dos meios que a burguesia tem para garantir o parasitismo é através da dívida pública dos Estados nacionais. Eles não querem que essa dívida acabe, querem tão somente que aumente, e dê cada vez mais dividendos em juros. E, para garantir o pagamento dos juros, os Estados nacionais precisam “reduzir gastos”,

o que significa, na prática, aprofundar o ataque aos direitos sociais.

O aumento da idade para aposentadoria no Brasil, que passa a ser obrigatória, respeita essa lei capitalista. Não existe nenhum plano da burguesia para que se possam sustentar aqueles que contribuíram durante toda a sua vida adulta. O capitalismo não tem como planificar sua economia. Nem sequer os avanços tecnológicos, que poderiam melhorar a condição de vida humana e livrar o ser humano de jornadas de trabalho

longas e estafantes, significam uma real melhora na condição de vida dos oprimidos. Pelo contrário, o capitalismo avança com a barbárie. Suas crises destroem forças produtivas, o que inclui a força de trabalho.

A última pesquisa disponível pelo IBGE aponta que a expectativa de vida do brasileiro é de 76 anos. Apesar desse valor já não ser muito superior aos 62 ou 65 anos de idade mínima para aposentadoria, olhar esse dado solto é ignorar as vastas diferenças que existem no Brasil. Esse

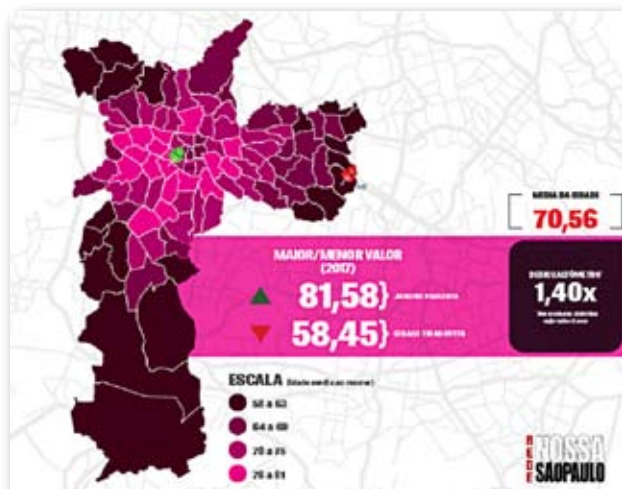


dado não mostra as diferenças que existem, nem entre as regiões, nem entre homens e mulheres, quicá entre classes ou camadas das classes sociais. Vejamos, por exemplo, a expectativa de vida para os homens por Estado, que explicita o caráter do desenvolvimento desigual e combinado do país, no gráfico a seguir:



Os estados do Sul e Sudeste estão acima da média. A exceção do Distrito Federal, todos os demais estão abaixo da média, o que explicita a relação entre a pobreza e a baixa expectativa de vida. Em outras palavras, mostra que os mais pobres, os mais necessitados, são os que menos terão acesso à aposentadoria. Ressaltam-se nos dados os estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, que têm a expectativa de vida dos homens muito próxima à idade mínima exigida para a aposentadoria dos trabalhadores urbanos.

Mas, não é só entre os estados que essas diferenças aparecem. Um estudo realizado na cidade de São Paulo mostra diversas diferenças entre os distritos da cidade. Dentre eles, há a diferença da idade média ao morrer, que é exibida no infográfico abaixo.



A média da idade ao morrer, em 22 dos 96 distritos, é inferior a 65 anos. Ou seja, uma grande parcela da população não chega sequer à idade da aposentadoria. Não por coincidência, os distritos mais pobres são os com menores médias.

Ainda que estes sejam apenas alguns dados das diferenças que existem no país, eles ajudam a desnudar o caráter burguês da contrarreforma, mostram o quão distante a aposentadoria é dos mais pobres e oprimidos.

A miséria na velhice

Como a juventude se vê longe da velhice e do momento de sua aposentadoria, verificar qual é a situação dos idosos, hoje, é crucial para podemos entender qual é o futuro que os capitalistas projetam para os jovens.

Uma parcela especialmente pauperizada dos explorados é composta pelos chamados “nem nem maduros”: pessoas entre 50 e 64 anos que, nem trabalham, nem estão aposentadas. Segundo

estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com dados que vão até 2017, o número de brasileiros nessa parcela da população dobrou, nas duas últimas décadas, chegando a 7,3 milhões de brasileiros, em 2017. As mulheres são o maior contingente: 5,6 milhões. Os homens, embora sejam minoria neste grupo (1,7 milhão), com maior frequência são responsáveis pela renda da família, não têm ajuda desta, e tiveram seu percentual aumentado de maneira mais acentuada: 282%, desde 1999, contra 75%, entre as mulheres.

Outro dado importante é justamente os números da Previdência social. Em junho de 2019, 67,4% dos benefícios concedidos eram de até 1 salário-mínimo. Juntando-se aos que recebiam até 2 salários-mínimos, o percentual sobe para 83,57%. Eram pouco menos de 5 milhões, que recebiam benefícios assistenciais de 1 salário-mínimo. Dos aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) eram mais de 18 milhões recebendo 1 salário-mínimo, e mais 5,67 milhões recebendo até 2 salários-mínimos.

Considerando que o valor da aposentadoria está vinculado ao salário-mínimo, e não poderá ser menor que este, a reforma muda a maneira de cálculo dos valores para a concessão da mesma, para que possa retirar uma parte dos R\$ 23 bilhões, que são dispendidos nas demais aposentadorias. A mudança no cálculo do valor médio de contribuição, utilizado para determinar qual será o valor recebido na aposentadoria, tem o caráter de simplesmente rebaixá-lo: passa-se a considerar todas as contribuições,



“ Não é preciso dizer o quão miserável, o quão de fome é o salário-mínimo de R\$ 998,00. Diante do elevado custo de vida, esse valor não dá para nada.

em vez de considerar somente os 80% mais altos dos valores. Isso é especialmente importante, quando vemos que a juventude tem um rendimento menor, e que essa distância tem aumentado entre faixas etárias. Certamente, o novo cálculo aumentará a parcela que recebe o valor mínimo.

Não é preciso dizer o quão miserável, o quão de fome é o salário-mínimo de R\$ 998,00. Diante do elevado custo de vida, esse valor não dá pra nada. Juntam-se a isso a privatização da saúde, e o alto valor dos remédios, que são especialmente necessários na velhice, vemos o quanto os idosos, mesmo recebendo aposentadoria, já estão hoje jogados à própria sorte.

Esse conjunto de estatísticas ressalta o quão brutal são a imposição da idade mínima para aposentadoria, o aumento do tempo de contribuição, e a mudança no cálculo do valor a ser recebido, que rebaixa seu valor.

As diferenciações nas regras da aposentadoria

A reforma da Previdência foi aprovada com diferenciações de critérios para determinadas categorias. Não é de se surpreender que fosse aprovada a diferenciação para os policiais, uma das bases eleitorais e sociais do governo. Mas, o acordo dos reformistas (PT e PSOL) e dos estalinistas (PCdoB), para o privilégio concedido àqueles que compõem o aparato repressivo do Estado, é criminoso. É uma capitulação que fortalece o Estado burguês.

Por outro lado, foi aprovada a diferenciação aos professores. Essa diferenciação deve ser vista com especial atenção à conjuntura e a luta de classes, pois, tinha o papel de calar a boca do setor que estava mobilizado contra a reforma. Dois momentos da luta de classes se destacam. O primeiro é o final de 2018 até o início de 2019, quando se levantou uma luta contra a reforma da previdência dos servidores municipais de São Paulo. Os professores municipais foram a principal força do movimento que se levantou contra essa reforma. O segundo momento são as manifestações nacionais massivas da educação, que

antecederam a greve geral de 14 de junho. A greve e as manifestações de 15 e 30 de maio, contra os cortes na educação e a refor-

ma da Previdência, mostraram a disposição de luta da juventude, de servidores e dos professores.

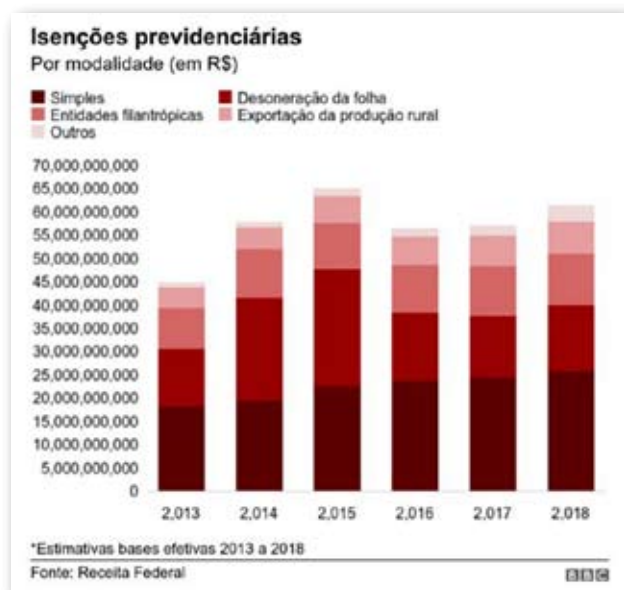
Devemos rechaçar as diferenciações que servem para dividir os explorados, arrefecer a luta ou fortalecer o aparato repressivo do Estado. Para a burguesia, a divisão dos explorados cumpre um papel fundamental, pois, permite que seus planos sejam levados a cabo com menor resistência. E é a burocracia sindical e a esquerda parlamentar quem acaba por levar essa política burguesa adiante em meio aos explorados. Concretamente, foi através da política de emendas à contrarreforma, que foi utilizada para demagogia eleitoral, que os traidores dos oprimidos encarnaram essa divisão.

O parasitismo dos capitalistas

Enquanto o governo diz que “é necessária a reforma da Previdência”, que “a Previdência é deficitária (gasta mais do que arrecada)”, que “é para todos”, na verdade, joga sobre as costas dos explorados todo o peso dessa contrarreforma, ao passo que os capitalistas recebem rios de dinheiro. Vejamos alguns dados.

Quando o trabalhador tem carteira assinada, o desconto de sua contribuição para com a Previdência é automática, o trabalhador não vê nem o cheiro desse dinheiro. Mas, não é o que se passa com os capitalistas. Em 2019, as dívidas previdenciárias somavam quase R\$ 500 bilhões. Dentre os grandes devedores, estão grandes bancos, que lucram rios de dinheiro, como Itaú e Bradesco.

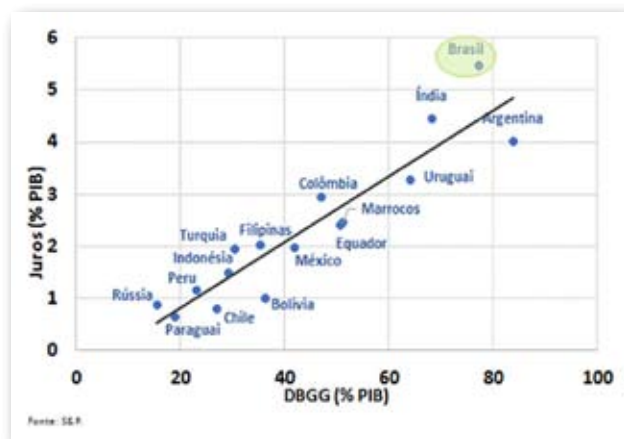
Os dados divulgados pela Secretaria de Previdência é de que, em 2018, o déficit da Previdência foi de R\$ 195 bilhões. Valor que já vemos que é menor do que a dívida previdenciária. Mas, além dela, há também as isenções previdenciárias. Isenções que não são dadas aos trabalhadores, evidentemente. O gráfico abaixo mostra uma estimativa dessas isenções, estimadas em torno de R\$ 60 bilhões, em 2018. Até maio de 2019, o governo já tinha despendido mais de R\$ 5 bilhões em compensações à Previdência, devido à desoneração da folha (subsídio aos capitalistas).



Além disso, o governo tem o chamado Refis, que é um programa de refinanciamento das dívidas. Quando o lança, e o fez quase 40 vezes, nos últimos 18 anos, refinancia e “perdoa” bilhões em dívida.

Mas, o parasitismo capitalista tem uma outra grande fonte de renda: os juros da dívida pública. Em junho, o tesouro nacional acumulava uma dívida pública no valor de R\$ 3,978 trilhões! Uma fábula de dinheiro inimaginável. Uma comparação comumente usada para entender o tamanho dessa dívida é a sua comparação com o PIB do país. Em 2018, o PIB brasileiro fechou em R\$ 6,8 trilhões.

Em um gráfico divulgado pelo próprio Tesouro Nacional, que compara os juros da dívida com a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), vemos o quanto o Brasil paga de juros em comparação com outros países. Se, por um lado, vemos que a sangria no Brasil é gigantesca, por outro, vemos o parasitismo capitalista no mundo.



Ressaltamos a ideia de parasitismo para mostrar que os explorados não devem cair na falácia da propaganda ideológica burguesa, de que “todos temos que fazer sacrifícios para garantir a Previdência”. Na verdade, estão sacrificando nossas vidas para manter o parasitismo.

A burguesia já é parasita, por não ser quem produz as mercadorias e as riquezas, mas se apropriar delas tão somente por ser a detentora dos meios de produção. Mas, o parasitismo financeiro que vemos na dívida pública, que leva o Estado a atacar a Previdência, nos mostra de maneira mais categórica que o sacrifício não é “de todos”, muito pelo contrário, estão sacrificando os explorados para garantir o pagamento do parasitismo capitalista.

O que ficou de fora da contrarreforma aprovada na Câmara

Alguns pontos da proposta inicial de Bolsonaro ficaram de fora. Se, hoje, a disputa interburguesa os deixou de fora, amanhã a pressão do capital financeiro poderá impô-los. A divisão de um ataque maior em um maior número de ataques menores também é uma velha estratégia conhecida, para amenizar a revolta dos explorados. E é justamente nesse sentido que o governo já anunciou que enviará à Câmara outra PEC para aprovação de um dos pontos que ficaram de fora da reforma: a capitalização.

Analisar desde já os pontos que não foram aprovados na Câmara é importante, pois, a burguesia não cessará em seus ataques. Tais medidas, não aprovadas agora, poderão aparecer novamente. E somente a luta de classes poderá barrar uma nova investida reacionária.

Hoje, o pagamento das aposentadorias é feito pelo Estado através do recolhimento baseado no salário dos trabalhadores da ativa, sendo uma parte de seus salários descontada para esse fim, e uma outra parte paga pelos patrões, além de outras arrecadações/contribuições do próprio Estado. O regime de capitalização, que saiu da reforma, significa que a aposentadoria passaria a funcionar como uma poupança criada pelo próprio trabalhador. E, como uma poupança, é de interesse dos bancos terem a administração e o controle de toda essa fábula de dinheiro. Em poucas palavras, a capitalização significa que o trabalhador é jogado à própria sorte, que os capitalistas deixam de realizar qualquer contribuição, e que o Estado fica isento da garantia das aposentadorias aos explorados, ou seja, que é um elemento de avanço da barbárie social.

Também ficou de fora a reforma nos estados e municípios. Mas uma vez promulgada a contrarreforma, a tendência é que estados e municípios aprovem suas próprias reformas, e sigam a diretriz da reforma geral. Na cidade de São Paulo, por exemplo, foi aprovada uma reforma na Previdência dos servidores municipais, na passagem do ano para 2019.

Outro ponto que aparecia na proposta inicial de Bolsonaro era que a idade mínima de aposentadoria seria de 65 anos, para ambos os sexos. Isso quando mulheres podiam se aposentar por idade aos 55 e homens aos 60 anos. É no-



tável que essa “equalização”, longe de ser uma vantagem para homens, significaria tão somente um ataque ainda mais brutal contra as mulheres. Tal “equalização” desconsidera a desigual situação de homens e mulheres.

Basta olharmos para os dados sobre o trabalho doméstico, onde mulheres dedicam 18 horas a mais por semana, ou de cuidado de dependentes, que são de responsabilidade majoritariamente feminina, e veremos a realidade da dupla jornada em que a mulher está submetida. O dado de que os homens, quando casados, têm uma diminuição no tempo gasto nos afazeres domésticos, enquanto elas têm esse tempo aumentado, também clarificam essa diferenciação. Isso tudo sem contar tantos outros fatores como a própria diferença salarial entre homens e mulheres: elas recebem, em média, em torno de 20% a menos que eles.

“ *Defender os explorados contra a miséria e uma vida de privações contra os salários de fome: por um salário-mínimo vital, definidos pelas assembleias de base, que cubra todas as necessidades da família proletária.* ”

Mesmo não tendo sido igualadas as exigências para se aposentar entre homens e mulheres, essa diferença diminuiu, ou seja, a contrarreforma atacou mais durante as mulheres.

A resposta proletária diante da destruição da Previdência

A reforma da Previdência é, em sua essência, um ataque contra a vida das massas. Não “douramos a pílula” da Previdência antes da reforma, e os dados nos mostram a condição de miséria da maioria oprimida, mas vemos que se tratava de uma luta defensiva contra uma reforma capitalista da Previdência, ou seja, de uma contrarreforma. O que os lacaios da burguesia estão fazendo é destruir a Previdência social para salvar o parasitismo financeiro.

A burguesia e seu Estado só aprofundam a miséria e barbárie. No capitalismo da fase atual, imperialista, monopolista, de predomínio do capital financeiro, não é possível reformas que sejam progressistas. Está aí por que os reformistas percorrem um caminho de uma traição após a outra, em meio à luta de classes. Não podem defender de fato os interesses da maioria explorada, pois, esses se chocam diretamente com os interesses da classe dominante. E, no período de crises, como a que vivemos desde 2008, se intensificam os ataques, retirando direitos elementares conquistados historicamente pela luta de classes.

A juventude que hoje já não vê perspectiva de con-

seguir um emprego, quicá um emprego formal com um salário que não seja de fome, se vê diante da destruição das mínimas condições de uma velhice que não seja de miséria e privações. E, certamente, os que não morrerem antes de atingir a idade de se aposentar, ainda percorrerão um caminho com novas contrarreformas.

A única saída para a juventude proletária é a da luta de classes. Somente numa luta anticapitalista é que se poderá reverter o conjunto das reformas capitalistas que vêm sendo aplicadas. A classe operária e demais oprimidos necessitam tomar a iniciativa da luta política. Para isso, precisam superar suas atuais direções traidoras, reformistas, centristas, estalinistas, e até mesmo abertamente reacionárias, como aquela que dirige a Força Sindical. Essas direções representam mais ou menos abertamente os interesses da burguesia. E é com a constituição

das frações revolucionárias nos organismos de luta dos trabalhadores, e com a construção do partido operário revolucionário, que se poderão defender as bandeiras próprias dos explorados.

Ao contrário de procurar remendar a barbárie, com emendas parlamentares às contrarreformas, é um dever dizer com todas as letras: é preciso pôr abaixo as reformas capitalistas, antioperárias! É preciso defender a vida a maioria contra o desemprego, que afeta em especial a juventude: defender a escala móvel das horas de trabalho, fazendo a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, sem redução dos salários. Defender os explorados contra a miséria e uma vida de privações contra os salários de fome: por um salário-mínimo vital, definidos pelas assembleias de base, que cubra todas as necessidades da família proletária. É preciso dizer que os capitalistas, que nada produzem, e que são parasitas da sociedade, nos exploram, e têm lucros aviltantes; então, que arquem com todos os impostos, nada de descontos nos salários dos trabalhadores, e que o Estado garanta integralmente uma Previdência de acordo com as necessidades proletárias.

Se o capitalismo não é capaz de desenvolver as forças produtivas, e aplicar toda a alta tecnologia já existente em prol da própria humanidade, e, ao contrário disso, só aprofunda o número de miseráveis, então que morra, que dê passagem ao socialismo! Se o Estado capitalista, em vez de garantir as mínimas condições de existência à maioria oprimida, só aprofunda os ataques aos parques diretos que temos, então que seja derrubado, e em seu lugar seja erigido um Estado operário, que em nosso país assume a forma de um governo operário e camponês. Levantemos a bandeira da revolução e a ditadura proletárias!



Especial
57º Conune

Tese da Corrente Proletária
Estudantil - POR / **Pag. 66**

Considerações sobre as
Teses da UNE / **Pag. 73**



Balanço político do 57º Congresso da UNE

17 de julho de 2019

A direção eleita no 57º dará continuidade ao domínio do PCdoB, em aliança com o PT. A chapa vencedora, “Tsunami da Educação”, obteve 4.053 votos, 70,92% do total de 5.715. A segunda mais votada, com 1.228 votos, 21,49%, foi a “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”. A terceira, Juventude Socialista Brasileira, PSB, obteve 234 votos, 4,09%. A quarta, Juventude da Articulação de Esquerda, PT, teve 200 votos, 3,5%. Duas chapas retiraram suas candidaturas, para apoiar a chapa “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”. Brancos e Nulos, 12 votos.

O resultado confirmou a hegemonia da política do nacional-reformismo pcdobista e petista. A chapa opositora mais forte reuniu várias tendências do PSOL, que apresentaram teses apenas para se diferenciarem formalmente. Nenhuma delas se opôs, nos fundamentos e princípios, às teses do PCdoB. De forma que a disputa pela direção se deu no campo do reformismo e do centrismo. A novidade foi que, neste Congresso, o PSTU resolveu participar. A Anel retornou ao seio da UNE, depois de se mostrar inviável como um aparato à parte. Sua tese – “Um grito de rebeldia” –, tudo indica, foi improvisada. O PSTU não fez sequer uma referência à sua volta. Retornou de cabeça baixa, sem poder realizar um balanço crítico da direção nacional-reformista, e reproduzir suas

conhecidas críticas ao PT e PCdoB. Acabou apoiando a frente armada pelo PSOL, PCB e PCR.

É sintomático que a disputa se caracterizou pelas frentes amplas. A chapa “Tsunami da Educação” reuniu as correntes estudantis UJS (PCdoB), Socialismo Revolução, Kizomba, Quilombo, Enfrentamento e JPT (PT). E a oposição mais importante, chapa “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”, resultou da frente de correntes do PSOL (Juntos, Rua, Afronte, Vamos à Luta), do PCB (UJC) e PCR (Correnteza).

“A reconstrução da UNE, depois de ter sido destruída pela ditadura militar, teve à sua cabeça as forças que participaram da frente burguesa pela volta da democracia.

É visível a fragmentação no campo do reformismo e do centrismo. O PSOL é constituído de uma colcha de retalhos. O PT abriga várias correntes. No tronco do estalinismo, se acham o PCdoB, PCB e PCR. No do trotskismo, POR, PSTU, MRT. O PSOL abriga várias correntes, surgidas do estilhaçamento do tronco trotskista. O PT conserva correntes vindas do estalinismo, do trotskismo e do nacionalismo. A hegemonia do PCdoB e PT, que mantém



“

A disputa em segundo turno com Haddad avivou as ilusões democráticas em uma importante parcela da população. (...) o PCdoB compareceu como aliado preferencial, ocupando o posto de candidato a vice-presidente. Toda a esquerda acabou chamando o voto no PT, em nome do combate ao fascismo, à exceção do POR.

ascensão do PT ao poder do Estado favoreceu o PCdoB, que se alinhou em torno do reformismo. Aderiu à CUT por um período, rompendo para constituir seu próprio aparato – a CTB, em 2007. PCdoB e PT, no en-

uma aliança duradoura, deita suas raízes na história da UNE, que nasceu do movimento nacionalista, e que dele se nutriu em toda sua existência. O velho estalinismo – hoje desfigurado e remodelado – desde sempre ocupou o lugar de ala esquerda do nacionalismo burguês e pequeno-burguês.

A reconstrução da UNE, depois de ter sido destruída pela ditadura militar, teve, à sua cabeça, as forças que participaram da frente burguesa pela volta da democracia. Realizou-se um amplo movimento pelo fim do intervencionismo nos sindicatos, e pelo direito à livre organização. O PT foi constituído e a CUT, formada. O vínculo do PT com os sindicatos e com os movimentos camponeses e popular possibilitou que se potenciasse como um partido eleitoral. Aglutinou em seu interior tendências de procedências diversas e, finalmente, consolidou-se como partido reformista. O PCdoB surgiu de uma cisão do PCB em 1962, rechaçando a tese da via pacífica e do eleitoralismo para o proletariado chegar ao poder. Acabou se lançando ao foquismo com a tentativa de montar a guerrilha do Araguaia. Duramente atingido pela repressão, o PCdoB se reorganiza no processo de democratização do País. Atacou a formação do PT, com o argumento de que se tratava de um partido reformista e não-comunista. Lutou contra a formação da CUT, mantendo-se ao lado da velha burocracia pelega, na antiga CGT. Com a sua legalização, passou a aplicar a política eleitoral do PCB, que havia rechaçado, nos anos de 1960. Abandonou as pretensões da revolução violenta, e agarrou-se ao parlamentarismo e ao governismo. A UNE lhe serviu de instrumento para o desenvolvimento dessa linha. A

tanto, se mantiveram unidos no controle da UNE.

No governo petista, a UNE foi praticamente estatizada. A política educacional do reformismo serviu de alavanca ao vínculo estatizante da UNE. A partir do Estado, organizou-se uma campanha pelo Plano Nacional da Educação, que prometia elevar o orçamento da educação a 10% do PIB. A criação de universidades federais em regiões desguarnecidas, por meio do REUNI, de um lado, e do farto subsídio ao sistema privado de educação, por meio do PROUNI, FIES e cotas, de outro, favoreceram a política de arregimentação, pelo PCdoB e PT, da juventude de classe média pobre, principalmente. É nessa maré que se impulsionam os movimentos corporativistas de mulheres, negros, índios e LGTBs. Apoiando-se, inteiramente, na política governamental e na ação de seus parlamentares, a direção da UNE bloqueia o movimento estudantil. É transformada, assim, em um aparato de cúpula, burocrático e colaboracionista. Não deixa, porém, de controlar boa parte dos centros acadêmicos e DCEs. As migalhas do governo petista para a educação, sem dúvida, mantiveram a ilusão de uma ampla camada dos estudantes nas possibilidades do reformismo.

A direção da UNE foi tomada de surpresa com o gigantesco movimento da classe média de 2013, que inclusive serviu aos opositores do PT, para acirrar o conflito com o seu governo. A reeleição de Dilma Rousseff se deu na situação de agravamento da crise econômica e política. Crise que se agravou com a Operação Lava Jato. Em 2015 e 2016, vieram as ocupações de escolas e universidades. Novamente, a UNE teve de intervir para conter a revolta estudantil. O golpe de Estado foi gestado por



uma frente partidária do grande capital. A derrubada de Dilma Rousseff representou uma derrota do nacional-reformismo, e expressou sua incapacidade para criar um movimento de resistência de massa. PT, PCdoB e demais aliados se sujeitaram ao impeachment. A ditadura civil de Temer, no entanto, mal sobreviveu à crise econômica e política, que se manteve. A maioria oprimida entendeu perfeitamente a gravidade da reforma trabalhista, da terceirização e da reforma da Previdência que, finalmente, foi adiada. O movimento de abril de 2017, que culminou com a greve geral do dia 28, serviu à burocracia sindical e à aliança do PT, PCdoB, PSOL e setores do PSB e PDT, para iniciar a recuperação de terreno. A unidade burocrática, que conduziu a greve geral, acabou arrefecendo e bloqueando a continuidade do combate das massas ao governo Temer.

A eleição de Bolsonaro não alterou os fundamentos da crise econômica e política. Alterou, porém, o fato de ter sido eleito. A disputa em segundo turno com Haddad avivou as ilusões democráticas em uma importante parcela da população. Dessa vez, o PCdoB compareceu como aliado preferencial, ocupando o posto de candidato a vice-presidente. Toda a esquerda acabou chamando o voto no PT, em nome do combate ao fascismo, à exceção do POR. Bolsonaro não tinha como recorrer ao fascismo, mas tinha como recorrer ao militarismo, indicando a possibilidade de instituir um governo bonapartista. O violento projeto de reforma da Previdência, o ataque à educação pública, e o seu plano de privatização assombraram e vêm assombrando a classe operária e aos demais explorados, bem como a juventude. Reconstituiu-se a frente burocrática das centrais, realizando o 1º de Maio unificado e a greve geral de 14 de junho. A UNE e sindicatos da educação, a maioria vinculada ao reformismo, aproveitaram o descontentamento de estudantes, professores, funcionários e burocracia da educação para impulsionar importantes manifestações, de 15 e 30 de maio. O movimento esteve condicionado pelo jogo parlamentar, em torno à reforma da Previdência. Mais uma vez, a burocracia sindical e os partidos da oposição reformista e nacionalista limitaram e esvaziaram a luta. A reforma da Previdência foi aprovada, em primeiro turno, sem que houvesse qualquer manifestação.

É nessas condições que se realizou o 57º Congresso da UNE. Distintamente dos congressos anteriores, sob os governos do PT, quando se tinha a discussão entre governistas e oposicionistas, o 57º reuniu, no mesmo terreno, oposicionistas ao governo de Bolsonaro. Essa característica também se destacou, em particular, no Congresso de 2017, ocorrido sob o governo Temer. Nesse Congresso, a linha majoritária aprovada foi a de campanha pelas “Diretas Já”, prevendo a disputa eleitoral de 2018. Agora,

a linha se concentrou em torno da defesa da democracia, e na constituição de uma frente ampla democrática de oposição ao governo. É o que pleiteiam as teses do PCdoB e do PT. O que resulta em manter a luta de classes nos marcos do funcionamento parlamentar, condicionar as reivindicações dos explorados à ação da oposição reformista no Congresso Nacional, e fortalecer os objetivos eleitorais. A UNE é utilizada, assim, como um dos instrumentos para levantar os reformistas, enfraquecidos pelo golpe de Estado. A bandeira de “Fora Bolsonaro” está carregada desse conteúdo. Nem de longe se pretende utilizá-la para impulsionar o movimento estudantil a confluir com o movimento da classe operária, para se chocar com o governo e com o Estado burguês.

Está aí por que a discussão crítica em torno da atitude das direções sindicais e da UNE, na luta contra a reforma da Previdência, não foi consequente. A manifestação de 12 de julho, em Brasília, significou o enterro do movimento. A Câmara de Deputados havia acabado de aprovar, no primeiro turno, o projeto do governo, rechaçado pela Comissão Especial. Tudo se passou no



“ A UNE é utilizada como um dos instrumentos eleitorais para levantar os reformistas enfraquecidos pelo golpe de Estado. A bandeira de “Fora Bolsonaro” está carregada desse conteúdo.

mais tranquilo ambiente, qualificado de democrático por Rodrigo Maia. A greve geral de 14 de junho foi limitada pela condução das centrais sindicais. As manifestações de 15 e 30 de maio se circunscreveram a estudantes, professores e funcionários, que responderam aos cortes de verbas à educação. A burocracia sindical, assim como a direção burocrática da UNE, aguardou, em seus gabinetes, a discussão entre governistas e oposicionistas, sabendo por antecedência que a derrota estava dada.

As correntes opositoras de esquerda à direção da UNE, que acabaram se aglutinando em torno da chapa

“Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”, restringiram suas críticas ao fato do PCdoB ter apoiado Rodrigo Maia para presidente da Câmara de Deputados. Não se condenou a participação da oposição no trâmite das emendas, que acabaram servindo ao relatório do peesbedista Samuel Moreira. Não poderiam, portanto, caracterizar a política das centrais, de submeter o movimento à decisão do Congresso Nacional, como traição. Sem essa caracterização clara e severa, qualquer que seja a crítica à direção conclui em adaptação e capitulação. Ocorre que os parlamentares do PSOL também intervieram na mesma linha do PT, de apresentar emendas ao projeto. É



“ *A política de conciliação de classes foi fatal ao movimento de derrubada da reforma da Previdência.
(...) Somente é possível derrotar a nova diretriz ultraliberal de Bolsonaro sob o programa proletário para a educação e os métodos da luta de classes.* ”

bom frisar que a chapa “Juventude Socialista Brasileira”, organizada pelo PSB, e apoiada pelo PDT, ocultou a responsabilidade desses partidos, de terem contribuído com 19 votos a favor da reforma da Previdência, bem como a defesa reacionária da deputada Tábata Amaral, de que era uma reforma necessária para o País. Esses partidos burgueses de oposição teriam de ser expulsos do Congresso. Sem dúvida, a questão da Previdência deveria ser o centro de discussão programática e tática do Congresso.

Os ataques de Bolsonaro à educação, evidentemente, estiveram no centro das formulações e respostas do Congresso. O que foi correto, quanto à necessidade da luta operária e estudantil. Deveria, obrigatoriamente, estar ligada à crítica e rejeição da política de conciliação de classes que, como vimos, foi fatal ao movimento de derrubada da reforma da Previdência. É compreensível que se discutisse a ruptura da política educacional iniciada na ditadura civil de Temer, e impulsionada pelo governo militarista de Bolsonaro. De uma diretriz reformista,

se passa a uma ultraliberal – protecionismo do capital financeiro levado às últimas consequências. Sob os governos petistas, se colocou o aumento gradativo de verbas para a educação, previsto pelo PNE. Concretamente, pouco avançou em relação à meta de 10% do PIB. Temer e Bolsonaro, valendo-se da PEC do Teto (Emenda Constitucional 95), promovem a regressão, com os cortes de verbas. Uma coisa é reconhecer a diferença para ajustar a tática de combate ao governo; outra, bem diferente, é a de reconhecê-la para defender o reformismo, como fazem as teses do PCdoB e PT. Os reformistas consideram um grande progresso o PROUNI, REUNI, FIES e cotas. Isso por que permitiu o aumento do acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior. Em particular, as cotas favoreceram os mais pobres de todos, que são os negros. De fato, os dados comprovam essa informação. O problema está em que esse acesso foi de uma pequena camada, cuja maioria é da classe média pobre. Esse acesso esteve de acordo com os interesses dos empresários da educação, e das universidades controladas pelas igrejas, que usaram o PROUNI e o FIES como meio de obter subsídios do Estado. Não se constata o avanço do ensino público em detrimento do privado. O contrário é verdadeiro. Uma enorme quantidade de estudantes, que se

utilizou do FIES, se acha inadimplente, ao ponto da UNE pedir “perdão” da dívida. A diretriz dos reformistas também auxiliou a implantação do ensino a distância. O mérito da expansão das universidades federais e dos Institutos Federais (IFEs) ficou comprometido pela condição

precária de sustentabilidade. A rede privada adentrou a um processo de monopolização e desnacionalização. Sem a análise da totalidade da política reformista para a educação, escondem-se as contradições, que têm em sua base o regime de exploração do trabalho e as condições de baixo crescimento econômico do País, que resulta em uma elevada taxa de desemprego e subemprego da juventude. Disso derivam posições utópicas e reacionárias. É o caso da defesa da democratização gradual do acesso ao ensino superior, e da regulamentação do ensino privado. De um lado, se opõem à luta ao acesso universal; de outro, sustentam a coexistência entre o ensino público e privado. Dessa formulação reformista, decorreram o PROUNI e o FIES. Em particular, quanto às cotas, criou-se uma expectativa e uma ilusão demagógica, de que se estava combatendo a discriminação racial e cumprindo um programa de “reparação histórica”.

As teses oposicionistas de esquerda, que criticam o reformismo e a política de conciliação de classes, evita-



ram colocar as divergências, não fazendo um balanço preciso da política educacional dos governos petistas. Fazem a defesa das cotas, e se omitem quanto ao PROUNI. Quanto ao FIES, o máximo a que chegam é o pedido de “perdão” da dívida. Essa conduta oportunista é compreensível. As correntes que se uniram em torno da chapa “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”, e as correntes que lhe deram apoio crítico, a exemplo do PSTU, nunca combateram o programa que deu origem ao PROUNI, FIES e cotas.

O 57º Congresso concluiu aprovando a orientação reformista para a educação. Nisso reside a incapacidade da direção continuísta de combater a nova diretriz ultraliberal de Bolsonaro. A oposição, por sua vez, mantém-se na sombra do reformismo, como sua ala esquerda. Não terá como desenvolver uma política de independência do movimento estudantil diante do Estado e da democracia burguesa. Não terá como defender e trabalhar pela confluência da juventude oprimida estudantil com a luta do proletariado. A derrota da política ultraliberal de Bolsonaro somente é possível sob o programa proletário para a educação, e por meio da luta de classes, em que o movimento estudantil venha a expressar a estratégia revolucionária.

Limitamos o balanço a esses aspectos porque foram os que mais se sobressaltaram, segundo o que pudemos vivenciar nas discussões de plenário. A situação política concreta determinou que assim fosse. Outros pontos, como a luta anti-imperialista contra as privatizações e a desnacionalização e, em particular, a questão das opressões, tiveram também relevância. Bolsonaro anunciou que está pronto o seu plano de ampla privatização, que, se levado a cabo, completará o processo de entreguismo total do patrimônio público e da riqueza nacional. Tudo deverá ser feito para sustentar a gigantesca dívida pública e a brutal carga de juros.

O 57º Congresso, sob o controle do reformismo, não poderia se colocar à altura da tarefa de constituir uma frente única anti-imperialista. Ao contrário, a proposição da frente ampla e democrática implica a sujeição à dívida pública, e a ampliação do processo de desnacionalização. Não se tem como colocar limites à ofensiva do imperialismo por meio da democracia burguesa e da política reformista. Tanto as teses do PCdoB e PT, quanto às da oposição de esquerda, falam em soberania e em desenvolvimento independente do País, mas se negam a enfrentar a discussão sobre o programa, as tarefas, a tática e a organização para combater a submissão da burguesia nacional às potências imperialistas. Nesse ponto, cabia também um balanço do governo do PT, que se curvou diante do capital financeiro, que desenvolveu uma política condicionada pela dívida pública, e que não foi



O jornalista do The Intercept Brasil, Glenn Greenwald, participou como palestrante principal do 57º Conune.

além de medidas limitadas, como a do critério de “conteúdo nacional” para as multinacionais.

Sobre as opressões, se repetiram os lugares comuns, de que as ações afirmativas e reparatórias foram um progresso durante os governos petistas, e que agora estão ameaçadas pelo governo Bolsonaro. O reformismo foi pródigo em estabelecer leis contra a discriminação da mulher, negros, homossexuais e índios. No entanto, não teve como dar um passo sequer na superação das opressões. Isso por que, nos marcos do capitalismo, tais manifestações tendem a se potenciar. O capitalismo da época imperialista de decomposição é de barbárie e de retrocesso civilizatório. Os reformistas, ao negarem que as referidas opressões são de classe, e ao procurarem uma causa específica para cada caso, se afastam e se contra-põem ao programa proletário de combate a toda forma de opressão.

O Congresso da UNE, com mais de dez mil participantes – que se mostraram amarrados pelo aparelhismo, pelo burocratismo, pela arregimentação, pela hegemonia do reformismo, pelo divisionismo das esquerdas centristas, pela despolitização e pelas festividades, e que, assim, não estiveram à altura de se colocar diante das condições objetivas de desintegração do capitalismo e avanço da barbárie – expressou a profunda crise de direção revolucionária.

Um balanço rigoroso é obrigatório para a vanguarda proletária estudantil responder a essa difícil situação. Não pode haver dúvida de que as múltiplas formas do

“O reformismo burguês e pequeno-burguês, bem como o oportunismo centrista, constituem um obstáculo à luta pela construção da direção revolucionária no seio da juventude.



reformismo burguês e pequeno-burguês, bem como do oportunismo centrista, constituem um sério obstáculo à luta pela construção da direção revolucionária no seio da juventude e do movimento estudantil.

O POR não se exime da responsabilidade quanto à fraqueza organizativa, que expressa o desenvolvimento de seus quadros. O fato de não eleger delegados indicou a falta de compreensão da importância do Congresso da UNE, em uma situação em que as tendências de luta dos explorados e da juventude se fortalecem. Essa autocrítica foi realizada. Temos o dever de expressá-la. Reconhecido o erro, estudamos todas as teses, redigimos nossas teses, publicamos um manifesto ao Congresso e participamos ativamente. O POR se distingue pela defesa do programa proletário para a educação e pelo combate sem atenuantes ao reformismo e ao centrismo.

Chamamos a militância a ler e estudar criticamente este balanço, tendo por objetivo constituir a direção revolucionária.

Unir o movimento estudantil ao movimento da classe operária e dos demais oprimidos contra as reformas antinacionais e antipopulares da burguesia, de Bolsonaro e do Congresso nacional!

Pôr em pé uma Frente Única Anti-Imperialista, sob a direção da classe operária, para enfrentar a guerra comercial das potências, a opressão sofrida pelo país semicolonial, o domínio do capital financeiro e dos monopólios, e o plano de privatizações de Bolsonaro! Defender o sistema único de educação, público, controlado por quem estuda e trabalha, e vinculado à produção social! Estatização, sem indenização do sistema privado e confessional de ensino. Combater nas ruas a militarização das escolas, o ensino religioso e derrotar a “Escola sem Partido”!

Lutar pelo emprego a todos jovens, por meio da bandeira “Nenhum jovem fora do trabalho e dos estudos”. Compatibilizar a jornada de trabalho com os estudos!

Organizar a luta estudantil no campo da independência de classe, e desenvolver o programa para a educação, sob a estratégia de poder da classe operária, que é a da luta pelo governo operário e camponês!

Toda força às manifestações de 13 de agosto! Convocar as assembleias. Formar os comitês de base. Ganhar as ruas!

TESE DA CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL - POR

Caracterização do governo

Trata-se de um novo governo burguês, eleito após o término de um período de transição sob a ditadura civil de Temer. Bolsonaro expressa a ascensão dos militares em postos chaves da governabilidade. Pretende se impor

sência, é um governo voltado a proteger os interesses do capital financeiro.

O seu conteúdo geral se sintetiza no caráter antinacional e antipopular. A política francamente pró-imperialista levou Bolsonaro a se alinhar às diretrizes de Trump. É importante assinalar o acordo antinacional de entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Em geral, caminha no sentido de impor um plano de ampla privatização, dando curso ao processo de desnacionalização. A sua política antipopular é ditada pela proteção ao capital financeiro, aos credores da dívida pública e aos monopólios. É, portanto, um governo de ataque frontal à classe operária e aos demais explorados.

Condições de governabilidade

A crise política que se aprofundou com o golpe de Estado, em 2016, não foi superada. Continua a refletir a recessão, iniciada em 2015. O baixíssimo crescimento econômico, sob o governo golpista de Temer e, agora, sob o de Bolsonaro, impossibilita a estabilização da governabilidade.

Um fator determinante da instabilidade política é o da dívida pública. A política econômica está condicionada pela garantia de pagamento da gigantesca carga de juros e amortizações. A PEC do Teto de Temer e a reforma da

“Bolsonaro expressa a ascensão dos militares em postos chaves da governabilidade. Pretende se impor acima das frações burguesas, dos partidos da ordem e do Congresso Nacional. São características de um governo bonapartista – uma ditadura policial.”

acima das frações burguesas, dos partidos da ordem e, portanto, do Congresso Nacional. Essas são características de um governo bonapartista – uma ditadura policial. Em seu seio, desenvolve-se uma tendência obscurantista fascizante. A administração de Bolsonaro se apoia, principalmente, no capital financeiro e no agronegócio. Uma de suas particularidades marcantes está em que expressa a influência das igrejas evangélicas. Em sua es-



Previdência de Bolsonaro são ditadas pelos interesses do capital parasitário. O baixo crescimento econômico agrava o quadro de endividamento. E, ao mesmo tempo, a política econômica, que ataca a vida das massas, e fortalece a investida do imperialismo, obstaculiza a retomada do crescimento.

Os explorados enfrentam o desemprego, o subemprego e crescimento da miséria. As frações burguesas conflitam em torno a medidas que submetem mais ainda o País ao imperialismo. A podridão dos partidos burgueses não tem como ser sanada. O Congresso Nacional permanece fragmentado entre inúmeros partidos.

Dentre todos esses fatores, prevalece a polarização entre a ultraminoria burguesa e a imensa maioria oprimida. A luta de classes vem se potenciando, sem que a burguesia encontre uma via pacífica para conter seu avanço. O governo de Bolsonaro espelha as tendências autoritárias, ditatoriais, militaristas e fascizantes da classe burguesa e da camada alta da pequena-burguesia. As greves e manifestações espelham as tendências revolucionárias dos explorados.

Ruptura no período de conciliação de classes

Os governos que se seguiram após o fim da ditadura militar foram de crise. O do PSDB aplicou um brutal plano de estabilização. As massas foram duramente sacrificadas e reprimidas. Abriu-se espaço para o curso das privatizações e desnacionalizações. A falência da governabilidade do PSDB e aliados, finalmente, cedeu lugar ao governo do PT, que não alterou na essência a política de estabilização peessedebista. No entanto, distinguiu-se por inaugurar um período de conciliação de classes, sob a máscara de um “governo democrático e popular”.

Foi posta em prática a concepção reformista de “inclusão social”, “reparação histórica” e “justiça social”. No plano econômico, isso se faria com o desenvolvimento voltado ao mercado interno, a prevalência do “conteúdo nacional”, a “distribuição de renda”, e a alteração no modelo de concentração econômica de desenvolvimento. No plano político, com a “democratização do Estado” e a “participação popular”.

A tese do “desenvolvimento sustentável com distribuição de renda” desabou com a crise mundial, aberta em 2008. O reformismo fracassou terminantemente. Algumas medidas favoráveis aos explorados, como a recuperação do poder de compra do salário mínimo, se mostraram ultralimitadas. O governo petista teve de se sujeitar às imposições do capital financeiro e monopolista. Não mais po-



“ O governo de Bolsonaro espelha as tendências autoritárias, ditatoriais, militaristas e fascizantes da classe burguesa e da camada alta da pequena-burguesia. As greves e manifestações espelham as tendências revolucionárias dos explorados.

dendo garantir a política de conciliação de classes, e não tendo como aplicar um plano francamente antinacional e antipopular, foi derrubado pelo golpe de Estado.

O período de colaboração de classes resultou em retrocesso das lutas, que vinham em um crescendo, desde fins de 1970. A política do PT e aliados comprometeu o desenvolvimento da organização independente da classe operária.

Ofensiva burguesa contra a maioria oprimida

A ditadura civil de Temer e o governo de características bonapartistas de Bolsonaro recrudesceram os ataques a antigas conquistas da classe operária e demais explorados. PEC do Teto, cortes orçamentários, contrarreformas trabalhistas e previdenciárias atingem frontalmente o proletariado e a pequena-burguesia. A burguesia necessita tirar dos trabalhadores para proteger o capital parasitário.

As medidas violentas de Temer e Bolsonaro respondem à quebra econômica, que vem se processando desde a eclosão da crise mundial, há onze anos. É bom lembrar que Dilma Rousseff teve de recorrer ao plano Levy e a medidas antipopulares. Desde o golpe militar em 1964, prevalece a implantação das contrarreformas. O que evidencia a crise estrutural da economia e a decomposição do capitalismo.

Guerra comercial

O Brasil é de economia capitalista atrasada e semicolonial. No entanto, se encontra em meio à guerra comercial, promovida pelas potências imperialistas. O alinhamento



“ *Somente a classe operária, tomando o poder e expropriando o grande capital, imporá diante do imperialismo a independência e a soberania nacionais.* ”

de Bolsonaro com a política norte-americana de Trump trará duras consequências para as forças produtivas nacionais, que se acham estancadas.

A política de submissão da burguesia ao imperialismo recai sobre o País, na forma de desnacionalização e saque das riquezas naturais. No final das contas, a maioria opri-

mida arca com essa política na forma de desemprego, subemprego, terceirização e rebaixamento salarial. Chega-se a essa situação pela incapacidade da burguesia brasileira de garantir a independência e soberania nacionais.

O reformismo, por sua vez, se revelou impotente para resolver a tarefa democrática da independência e soberania nacionais. Sua impotência decorre do fato do reformismo ser uma variante da política burguesa. O nacionalismo demonstrou-se esgotado com o fim do ciclo varguista e com o golpe militar de 1964.

Somente a classe operária, tomando o poder e expropriando o grande capital, imporá diante do imperialismo a independência e a soberania nacionais. Assim se realizarão as demais tarefas democráticas pendentes do Brasil semicolonial. Um governo operário e camponês se encarregará de iniciar as transformações socialistas e, nesse processo, erradicará os obstáculos típicos da nação oprimida para libertar as forças produtivas das travas capitalistas.

No momento, estão colocadas as bandeiras anti-imperialistas contra a privatização e a desnacionalização. A luta contra o capital financeiro e os monopólios exige a constituição de uma frente única anti-imperialista. É por

essa via que a classe operária responderá à guerra comercial e à submissão de Bolsonaro ao governo Trump.

Defesa da vida dos explorados

A derrota do governo antinacional e antipopular se dará pela luta de classes. Ao contrário, a política nacional-reformista de conciliação de classes prolongará a vida desse governo. É fundamental derrubar a reforma da Previdência. A sua implantação resultará no fortalecimento das tendências ditatoriais da burguesia.

Tudo indica que as direções sindicais e a oposição parlamentar já deram por concluído o movimento contra a reforma da Previdência. O atraso em organizar o combate, e a limitação da greve geral, de 14 de junho, servem de base a esse prognóstico.

Os explorados estão diante da iminência da derrota, devido à política das centrais sindicais, que canalizam a luta de classes às negociatas no Congresso Nacional. Está aí por que, depois que o projeto de reforma foi remendado pelos deputados, as centrais se negaram a convocar uma nova greve geral, que se chocaria, não só com o governo Bolsonaro, como também com o próprio Congresso Nacional.

Estamos diante de uma traição anunciada. A oposição, capitaneada pelo PT, se utilizou do descontentamento das massas para tão somente desgastar o governo, e assim preparar o caminho para as novas disputas eleitorais. Prevendo o aprofundamento da crise política, a oposição pró-capitalista pretende constituir uma “frente ampla e democrática”. Tem por estratégia reconstituir o governo de conciliação de classes.

A defesa das condições de vida das massas se choca com a política colaboracionista das direções burocratizadas e corrompidas. É dever da vanguarda consciente travar a luta pela organização independente dos explorados e da juventude, diante da política de colaboração de classes e de toda forma de dominação burguesa.

Ataque à educação

O objetivo central de Bolsonaro é o de limitar o ensino público e aumentar o sistema privado. Nesse ponto, difere do governo do PT, que procurou expandir, ao mesmo tempo, o sistema público e privado. Nessa relação, o privado se fortaleceu. Ocorre que a tendência do capitalismo em decomposição é a de impulsionar as suas tendências privatizantes. Bolsonaro só faz alimentar a diretriz de que a educação é um negócio, como qualquer outro.

Os desequilíbrios fiscais e os interesses do capital parasitário empurram o governo a conter os gastos públicos. Não por acaso, os reformistas no poder não conseguiram implantar a meta de aplicação de 10% do PIB na educação, como prevê o PNE. Os cortes orçamentários



do ministro da Educação sufocam as universidades e institutos federais.

É parte da orientação privatista, a ofensiva de Bolsonaro em eliminar a já restrita autonomia administrativa das federais. A intervenção repressiva à liberdade de ensino, reunião e manifestação política não corresponde apenas ao obscurantismo ideológico, mas também à política privatizante e desnacionalizadora. O autoritarismo educacional é permeável às pressões da religião. Mesmo que completamente deformado, as igrejas não admitem o ensino científico e o conhecimento que conflita com a orientação clerical. O projeto “Escola Sem Partido” é um rebento da religião e de setores fascizantes da burguesia e da classe média. O reformismo procura combinar o ensino público com o privado e confessional. É parte de sua política garantir a coexistência dos dois sistemas, de maneira a subsidiar o acesso de uma camada de classe média pobre e de algum contingente de jovens da classe operária pela via do ensino pago. Essa tem sido a função do ProUni, Fies e cotas.

A intenção de Bolsonaro é a de alterar a forma de subsídios e, se possível, eliminá-los. Evidentemente, os exploradores do mercado do ensino não concordam com as medidas que perturbem seus negócios.

É compreensível que os petistas e aliados defendam seu programa de acesso ao ensino superior de uma pequena parcela dos explorados pela via do ensino privado. As migalhas são apresentadas como um grande feito, diante da imensidão de jovens que interrompe o ensino prematuramente. Dizem que, com tais medidas, se tem democratizado o acesso.

O ponto de partida do programa proletário para a educação

Nenhum governo burguês pode pôr em marcha um programa que de fato responda às necessidades materiais da população oprimida e da sua elevação cultural.

O ponto de partida está em garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos para todos os jovens. Ocorre precisamente o contrário. Mesmo a alfabetização, que é considerada um objetivo universal, não tem sido realizada plenamente. Milhões continuam analfabetos e semianalfabetos. É patente que o ensino fundamental forma os semianalfabetos. A enorme evasão escolar começa já nesse estágio de escolaridade. Não por acaso, a média de escolarização da população não ultrapassa o sexto ano.

Agrava-se, ainda mais, no ensino médio. Nesse momento, os jovens da classe operária e demais classes oprimidas têm de combinar o estudo e trabalho. É quando se deparam com a contradição entre a necessidade de vender sua força de trabalho aos capitalistas, e concluir a etapa da educação básica. É quando também se veem diante

do divórcio entre a teoria e a prática. A escola se mostra completamente separada e alheia à produção social.

Diante da corrida no mercado de trabalho por uma vaga, o jovem descobre que a escola não lhe serviu para se inserir no mercado como força de trabalho. Uma vez empregado, verifica, na prática, a inexistência da relação entre a escola e a produção social. O maior problema, no entanto, se manifesta quando se vê desempregado e subempregado. Conclui, empiricamente, que a escola não está fora das leis de funcionamento do capitalismo. O seu ingresso como força de trabalho depende das condições em que se encontram a economia, em geral, e o mercado de trabalho, em particular.

Nenhum governo burguês, por mais reformista que seja, tem como resolver essa contradição, em cuja base estão as relações capitalistas de exploração do trabalho. Inúmeras reformas educacionais foram feitas em distintos períodos e governos. Logo fracassam no objetivo de ampliar o ingresso, garantir a permanência e efetivar a aprendizagem.

“ *A implantação do ensino a distância é o reflexo da profunda degenerescência das reformas educacionais e da escola burguesa.* ”

É compreensível, portanto, o fato da imensa maioria de jovens mal concluir o ensino médio e não ter como ingressar no ensino superior. A velha bandeira reformista de democratizar o acesso à universidade cai por terra, diante desse fenômeno econômico-social. Medidas como ProUni, Fies e cotas não passam de um esparadrapo para uma grande enfermidade. Sem que se parta da contradição fundamental, não se pode entender, consequentemente, por que as reformas da educação acabam deformando-a e degenerando-a ainda mais. O exemplo, mais recente, é o do ensino médio integral, que resulta na expulsão do jovem trabalhador. A implantação do ensino a distância é o reflexo da profunda degenerescência das reformas educacionais e da escola burguesa.

Nos marcos do capitalismo, não é possível resolver a tarefa democrática de acesso universal dos jovens em todos os níveis, a permanência e a conclusão dos estudos. No entanto, é nesse mesmo marco que se começa a luta por essa conquista. Está aí a importância de se desenvolver o programa proletário para a educação, que vincula o ensino ao trabalho, que parte do pressuposto da íntima relação entre trabalho e ensino a todos, e entre a teoria e a prática. A bandeira “*Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola*” sintetiza a luta contra



o desemprego, o subemprego, a discriminação no acesso à escola e o fim da evasão escolar.

Defesa do ensino público, vinculado à produção social

A tendência do capitalismo em decomposição é a de reduzir a importância do sistema público de educação e agigantar o peso do privado. De um lado, a burguesia não pretende fortalecer o sistema estatal, que implica aumentar os recursos para a educação pública. De outro, cresce a pressão internacional do capital excedente para a concentração e a monopolização do sistema privado. Esse último aspecto comparece no Brasil na forma da desnacionalização.

A alta concentração e a monopolização do ensino privado brasileiro se dão sob a intervenção do capital financeiro. Em detrimento do ensino público, cresce a pressão dos capitalistas da educação sobre a política educacional.

Os reformistas acreditaram na possibilidade de equilibrar os dois sistemas, privado e público. O resultado foi

trega da educação aos agentes do capital estrangeiro por meio da expropriação revolucionária.

Escola científica

É preciso combater o controle de parte da educação pelas igrejas. Essa forma particular é tão mercantil quanto a dos empresários. A diferença está em que as igrejas utilizam esse controle para influenciar de conjunto o processo educacional.

A religião é adversária da ciência e, portanto, da escola científica, que expressa a concepção materialista do mundo. A burguesia separou, formalmente, a religião do Estado, e estabeleceu o caráter laico da educação. No entanto, essa separação se tornou cada vez mais formal, desde as revoluções burguesas, no século XVIII.

As igrejas vêm pressionando os governos para que se reintroduza o ensino da religião. O governo Bolsonaro tem como programa concretizar essa exigência. Na base de sua eleição, esteve presente o movimento obscurantista da “Escola sem partido”. A orientação do Ministério

da Educação é o de implantar a concepção religiosa do mundo, e erradicar os conhecimentos que têm por base o materialismo, ainda que compareçam completamente distorcidos.

É sintomático que, ao lado dessa ofensiva ideológica, se desenvolva

a posição de militarização das escolas. Não há como o governo obscurantista impor tamanho retrocesso, sem que seja pela via autoritária. As formas de opressão ideológica têm por base a opressão de classe. A educação não se realiza por cima ou fora das classes sociais e de seus enfrentamentos. Não pode haver dúvida de que a escola confessional é uma poderosa aliada dos empresários da educação, que, juntos, são poderosos adversários da escola pública e científica. Beneficiaram-se do programa reformista de subsídio estatal ao ensino privado.

A estatização e a constituição de um sistema único, público, laico, é parte da luta pela emancipação da educação diante da religião.

Como enfrentar as opressões

Deve ficar claro que as discriminações, os preconceitos e as suas violentas consequências se originam da opressão de classe. Por mais dificuldade que se tenha em identificar e compreender que a opressão sobre a mulher, negro, índio e homossexual nasce das relações de exploração do trabalho, e da dominação de um punhado de potências imperialistas sobre as nações oprimidas. É nessa fonte que encontramos a solução. Ao contrário, quanto mais afastados das causas fundamentais estejam

“ *O real acesso universal virá com o sistema estatal único, vinculado à produção social. Esse programa democrático implica a expropriação, sem indenização, do sistema privado e a sua estatização.* ”

que os subsídios aos empresários da educação serviram à tendência da monopolização. Não se pode defender o ensino público, sem combater o ensino privado. A tese da regulamentação do ensino privado, para limitar o poder empresarial sobre a educação, e para reduzir a sua voracidade mercantil, é própria do reformismo impotente e incapaz de defender a escola pública, diante das tendências privatizantes.

É necessário rechaçar a posição burguesa antidemocrática de garantia da coexistência do público com o privado. O real acesso universal virá com o sistema estatal único, vinculado à produção social. Esse programa democrático implica a expropriação, sem indenização, do sistema privado e a sua estatização. O sistema único, estatal, é um importante passo para colocar a escola sob o controle da classe operária, por meio do controle de quem estuda e trabalha. É também um importante passo para dar início à superação da contradição da escola separada da produção social. Essa transformação é parte da tarefa de garantir a todos a escola pública voltada ao desenvolvimento das forças produtivas e da elevação cultural das massas.

A estatização do ensino privado, hoje, corresponde à luta anti-imperialista contra a desnacionalização e em defesa da independência da nação oprimida. Somente será possível barrar o avanço da monopolização e da en-



as explicações e respostas à violência sobre a mulher, o negro, o índio e o homossexual, mais distante se coloca o movimento de alcançar o objetivo de eliminação das discriminações e preconceitos.

A tese de que tais opressões transcendem as classes, e têm causas e soluções próprias, obscurece e desvia a luta pela emancipação da mulher, erradicação do racismo e superação da homofobia. É inevitável que esse desvio acabe por separar e compartimentar os movimentos e organizações. Uma espécie de corporativismo pseudo teórico e prático tem caracterizado a luta contra as opressões, na forma de movimentos separados das mulheres, negros, índios e homossexuais.

A vertente hegemônica consiste em negar a opressão de classe sofrida pela mulher, substituindo-a por opressão de “gênero” e “machismo”. O racismo, por sua vez, é tido como consequência particular de uma cultura e ideologia raciais da dominação branca. O mesmo se aplica à questão indígena. A homofobia, por sua vez, é tomada como uma particularidade da ideologia e na cultura. A crítica cultural e ideológica, em si mesmas, não se sustentam. Tornam-se reacionárias, quando negam o fundamento de classe das opressões. Servem ao reformismo pequeno-burguês e burguês, que apregoa as soluções nos marcos do capitalismo, e, portanto, do Estado burguês.

São conhecidíssimos os números de assassinatos de mulheres, negros, índios e homossexuais. É visível a manipulação que se faz dessa tragédia com a pseudo teoria de gênero, machismo, africanismo, etc. Inúmeras são as deformações ideológicas e culturais que emanam da sociedade dividida em classes, entre elas, as da superioridade do homem sobre a mulher, da raça branca sobre a negra, e do que é natural e antinatural nas manifestações da sexualidade.

Também é conhecidíssima a informação de que é no trabalho onde se verifica a discriminação. A mulher arca com a dupla jornada, com salários menores que os dos homens, e os negros e homossexuais são discriminados na contratação e nos salários. É na família, como célula econômica do capitalismo, que se manifesta a opressão

sobre a mulher e o homossexual. A religião fortalece ideologicamente os laços da subordinação da mulher ao homem e os elos da discriminação. Está claro que a religião se levanta como um poderoso obstáculo ao direito ao aborto, bem como aos direitos civis dos homossexuais.

É fundamental revelar a fonte de classe de toda forma de opressão e identificar as formas particulares de violência, como parte da violência geral que é própria de qualquer dominação do homem pelo homem. É por essa via que a resposta às condições de discriminação e preconceito se vincula ao programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e à superação da sociedade de classes.

“É fundamental revelar a fonte de classe de toda forma de opressão e identificar as formas particulares de violência, como parte da violência geral que é própria de qualquer dominação do homem pelo homem.

A luta pelo socialismo

O nacionalismo e o reformismo estão esgotados historicamente como possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, de solução dos problemas democráticos pendentes do capitalismo atrasado, e de independência da nação oprimida diante do imperialismo. Insistir nessa via resulta na preservação do capitalismo decadente, e da decorrente barbárie social.

O programa de reivindicações da classe operária, dos camponeses pobres e dos demais oprimidos somente pode ser imposto à burguesia por meio da luta de classes, da organização independente dos explorados e da estratégia da revolução proletária.

Está colocada pela situação a organização do movimento anti-imperialista, anticapitalista e socialista. A estratégia própria de poder do proletariado se materializa

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



na forma do governo operário e camponês. A frente única anti-imperialista é a tática que permite unir a maioria oprimida, sob a política e o programa da classe operária.

A necessidade de enterrar a reforma da Previdência, inviabilizar a aplicação da reforma trabalhista, acabar com a terceirização, defender os empregos e os salários, a educação e a saúde públicas, combater as discriminações e a violência que recaem sobre as mulheres, negros, índios e homossexuais, conter e retroceder a privatização e a desnacionalização, libertar o País do parasitismo da dívida pública, pôr abaixo o governo antinacional e antipopular, e conquistar a independência nacional, forma um conjunto programático indissociável. Essa necessidade demonstra que objetivamente estão dadas as condições para uma transição do capitalismo para o socialismo, que se realizará pela via da revolução proletária.

O problema está em que os explorados estão diante de uma crise de direção revolucionária. O reformismo prevalece em suas organizações e canaliza a revolta da maioria para o parlamento e as eleições. Certamente, as condições objetivas se chocam com o reformismo impotente e abrem caminho para a luta socialista. A tarefa da vanguarda é a de lutar para constituir as organizações independentes, avançar os métodos da ação direta, fortalecer a democracia operária e, no combate, ir superando a crise de direção.

A essência de um balanço da UNE

A vida política e organizativa da UNE está determinada pela direção formada pelo PCdoB e PT. Essa coligação partidária submeteu a organização nacional dos estudantes ao governo do PT. Em outras palavras, consolidou em seu interior a política reformista.

O predomínio da linha de conciliação de classes e de submissão à democracia burguesa manteve a UNE em posição de inércia, diante da crise que se aprofundava. Foi incapaz de desenvolver o programa de defesa do ensino público, e de combate ao sistema privado. Mostrou-se apequenada, diante do avanço da monopolização e da desnacionalização da educação. Não travou a luta consequente contra as reformas educacionais da burguesia. Entre outras coisas, a direção reformista virou as costas para a ofensiva das igrejas sobre o ensino. Trata-se de uma direção adaptada e corrompida no legalismo burguês e no jogo parlamentar.

Na situação em que explodem os movimentos de base, como nas ocupações de escolas e universidades, a direção compareceu para amortecer o movimento. A UNE não se apoia na rede de CAs e DCEs, que, por sua vez, não passam de aparatos para os reformistas e centristas. Os congressos são burocratizados e manipulados pela posição majoritária.

Essa direção vem colaborando para que a luta contra a reforma da Previdência se esgote nas negociações do Congresso Nacional, onde os parlamentares da oposição fazem discursos demagógicos e radicais contra o sacrifício dos pobres. A política democratizante, eleitoreira e de ajuste ao capitalismo faz com que a UNE deixe de ser um canal de expressão da luta de classes, e de convergência do movimento estudantil com o movimento da classe operária.

É parte da crise de direção a ausência de uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil, que esteja à altura de derrotar a política do reformismo. Trata-se de combater a direção burocrática, legalista e reformista com o programa do proletariado para a educação. A luta firme por esse programa é a condição para constituir a fração revolucionária.

Plataforma de luta e campanhas

Dessas teses decorrem:

- 1) combater o governo ditatorial, militarista e fascista de Bolsonaro, com as reivindicações dos explorados e método da luta de classes;
- 2) enfrentar a política antinacional e antipopular por meio da luta anti-imperialista, constituindo uma frente única anti-imperialista;
- 3) derrubar a reforma da Previdência, exigindo das centrais uma nova greve geral, mais forte e melhor organizada;
- 4) responder aos ataques da burguesia e de Bolsonaro à educação, com o programa de expropriação do ensino privado, estatização sem indenização, e constituição de um sistema único, público, vinculado à produção social;
- 5) defender a livre expressão, o direito de manifestação e organização política no interior das escolas e universidades. Em defesa da autonomia universitária, por um governo tripartite, apoiado na soberania da assembleia universitária;
- 6) lutar contra a ofensiva das igrejas sobre a educação e a militarização das escolas;
- 7) defesa do ensino científico em contraposição ao obscurantismo religioso;
- 8) responder às opressões com a política do proletariado. Unificar os movimentos sob um só programa de combate ao capitalismo;
- 9) unir o movimento estudantil ao movimento da classe operária e demais explorados;
- 10) desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária – governo operário e camponês –, que corresponde à revolução social;
- 11) em defesa do socialismo, como a via para a solução das tarefas democráticas do país semicolonial e para a superação da pobreza e miséria das massas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TESES DA UNE



Oficialmente, foram publicadas 18 Teses. O POR não pôde registrar suas Teses, pelo fato de não ter participado da eleição de delegados, e por não ter se organizado para cumprir a exigência de 50 assinantes. No balanço, publicado no jornal Massas, faz a autocritica. O fundamental é que perdemos a possibilidade de fazer chegar a milhares de estudantes, entre eles mais de oito mil delegados, uma posição programática distintiva e oposta às demais formulações. Superamos parte do erro, intervindo no Congresso, divulgando as Teses e um Manifesto.

As 18 Teses se distribuem da seguinte maneira: PCdoB-UJS; PT (6 Teses); PSOL (4 Teses); PCB; PPL; PCR; PDT; PSTU, MRT e Instituto de Arte. A maioria tem pouca relevância, inclusive a do PSTU (“Um Grito de Rebelião”) e do MRT (“São eles ou nós: que os capitalistas pague pela crise”), devido à superficialidade e à ausência de formulações programáticas. Destacamos como as mais importantes: PCdoB (“Canto de Esperança”); PT (“Ousar criar resistência popular”, do Coletivo Quilombo), PCB (“Unidade para resistir, ousadia para avançar”); PSOL (“Juventude Sem Medo”). Acreditamos que essas teses abrangem a estratégia, a análise da situação política, as principais questões da educação, e a organização do movimento estudantil. Em nosso Balanço, expusemos a essência do resultado do Congresso. Aqui, enfrentaremos alguns pontos programáticos e de concepção.

Tese da União da Juventude Socialista (UJS) – PCdoB

É conveniente tomar por base as Teses do PCdoB, por serem mais completas e representarem a linha da direção. Está dividida nas seguintes partes e ordem: apresentação, educação, nacional, jornadas e opressões. Embora a parte nacional condicione os demais pontos, vem em seguida à educação. Talvez siga a mentalidade fatalista de que, por ser um congresso estudantil, deva tratar

primeiramente da educação. Observamos que o motivo não é didático, uma vez que os temas e aspectos não são encadeados pela exposição analítica. O formato mecânico das ideias e dos postulados reflete a orientação política geral. Notamos que não se assentam na teoria econômica, histórica e da luta de classes marxistas. Eis por que seguiremos o percurso das Teses do PCdoB. Certamente há teses, como a do PCB e Levante, que seguem outro caminho, mas que padecem do mesmo mal. Indicam que não se trata apenas da ordem de exposição. Temos consciência disso. A análise concreta evidenciará o essencial de nossa crítica.

O ponto sobre o Brasil se caracteriza pela tese nacionalista e reformista das transformações. A generalidade conceitual e a ausência da análise permitem ao PCdoB ocultar as classes e, portanto, a luta de classes. Não existe proletariado, burguesia e pequena-burguesia. Não deparamos com nenhuma dessas categorias fundamentais para o marxismo. Como tem de caracterizar o governo Bolsonaro, refere-se a “interesses do rentismo”. Sabemos que o rentismo é uma qualidade do capital financeiro, que define uma das frações da burguesia. Ao formular a política frentista, defende a “unidade dos movimentos sociais e de todos os setores progressistas”. O conceito de “setores progressistas” é utilizado como abstração do caráter de classe. As teses não revelam que setores são, e como manifestam concretamente a suposta progressividade. O estalinismo, historicamente, insistiu muito na premissa de que a fração industrial da burguesia era progressista, porque se

“ *As Teses da União de Juventude Socialista (PCdoB) não se assentam na teoria econômica, histórica e da luta de classes marxistas.* ”

**‘NA SALA
DE AULA É
QUE SE
MUDA UMA
NAÇÃO.**
LECI BRANDÃO



“ *É burguesa a fórmula de “mudar o Brasil através da educação”. A escola somente cumprirá um papel transformador no processo de construção do socialismo.*

opunha à fração latifundiária e financeira. Não apenas era uma aliada na luta anti-imperialista, como teria um papel estratégico na conquista da independência do País. Assim, seria aliada da classe operária, e comporia uma frente democrática e anti-imperialista. Esse postulado levaria o PCB a praticar a colaboração de classes, renunciar à estratégia própria de poder, e a trair as aspirações mais elementares dos explorados. Surgido do fracionamento do estalinismo, o PCdoB conserva suas velhas posições, mesmo depois de a realidade econômica e histórica as terem reprovado. Nesse mesmo sentido, formula a tese do primado dos “interesses nacionais” sobre os “internacionais”. No passado, o PCB concebia essa façanha por meio de uma “revolução democrática”, que seria uma etapa para o futuro socialismo. Por ser a primeira etapa das transformações, a burguesia conservaria o poder, o proletariado e o campesinato seriam seus aliados. As Teses do PCdoB são pródigas em advogar um “projeto nacional”, para se alcançar um “desenvolvimento soberano”. São dois conceitos que sustentam as teses nacionalistas, também desautorizadas pela realidade. A burguesia nacional se tornou mais e mais dependente do imperialismo e se caracteriza por ser uma classe antinacional. O setor industrial, considerado pelo estalinismo como progressista, debandou para as posições mais entreguistas. Certamente, de conjunto, se vê obrigada a proteger seus interesses particulares e mesquinhos diante do domínio imperialista, mas que não coincidem com as necessidades das massas, e não expressam o “desenvolvimento soberano”. Nesse exato momento, a burguesia sustenta o governo mais pró-imperialista da história republicana. Para parir esse governo, derrubou o governo constitucional do PT por meio de um golpe de Estado. Qual foi a fração da burguesia nacional que se dispôs a convocar os explorados contra o golpe? A covardia dos partidos que conservam a caricatura do nacionalismo, como o PSB e

PDT, foi assombrosa. O reformismo foi apeado do poder sem que insurgissem os tais “progressistas”.

Algumas formulações merecem destaque. Eis: “Acreditamos no potencial do povo brasileiro. Sabemos que o nosso país é um sonho ainda não realizado que ao longo dos séculos tem sido explorado por setores internacionais e impedido de prosperar”. (...) “É mais importante do que nunca defender as riquezas naturais e o nosso patrimônio colocando-os a serviço do desenvolvimento soberano, da preservação do meio ambiental e do papel estratégico que o Brasil joga na manutenção da paz”. Essa forma romântica e sentimental, de que existe um sonho a ser alcançado no futuro, é típico da pequena burguesia, impotente diante da burguesia nacional entreguista e do imperialismo. As teses do PCdoB tratam a juventude oprimida como uma massa sonhadora, quando, na realidade, se encontra dilacerada pelo capitalismo em desintegração, e seu contingente mais avançado controlado pela política reformista. O próprio Congresso despolitizado e festivo da UNE retrata essa constatação. A política do reformismo se caracteriza pela arregimentação das massas, desenvolvendo a ilusão de que é possível vencer o imperialismo com a bandeira da paz. Nesse sentido, se utiliza das questões educacionais, das opressões, do meio ambiente e da violência em geral, para manter a juventude por detrás do sonho de que é possível realizar transformações pela via do parlamento e das alianças com os denominados “setores progressistas”. Essa linha democratizante e pacifista está em completo desacordo com a situação objetiva. O imperialismo acossa o mundo todo com a guerra comercial, potencia as tendências bélicas, e descarrega a crise sobre os explorados em toda a parte. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro são imposições ditatoriais, embora estejam revestidas de decisões parlamentares. O Estado burguês não precisou de muita violência contra os explorados, porque a política democratizante e reformista da burocracia sindical e da oposição partidária amorteceu a luta de classes. É o que se passou com o



desmorte da greve geral de 28 de abril de 2017 e, agora, com a de 14 de junho. De fato, é sonhadora e contrarrevolucionária a mentalidade pacifista e a adaptação dos reformistas à democracia oligárquica.

É necessária, ainda, uma consideração sobre as imposturas do PCdoB quanto à educação. O chamado à juventude, para que não perca a “esperança” diante das dificuldades criadas pelo governo de Bolsonaro, se baseia na falsa afirmação de que “a educação tem o potencial de transformar a realidade e contribuir para que nosso povo realize plenamente o seu potencial”. É inconfundivelmente burguesa a fórmula de “mudar o Brasil através da educação”. O velho nacionalismo comparece na bandeira da educação como central para a “construção de um projeto de país soberano e democrático”. Ao mesmo tempo em que idealiza uma capacidade transformadora que a escola em si mesma não tem, as teses se conformam com a coexistência do ensino público e privado, em outras palavras, admitem a mercantilização da educação. E não dizem uma só palavra sobre a ascendência da religião sobre o sistema de ensino. A escola somente cumprirá um papel transformador no processo de construção do socialismo. No capitalismo, sempre reproduzirá os interesses da burguesia e sua ideologia dominante. Em um país semicolonial, como o Brasil, sempre refletirá a ascendência do capital imperialista sobre a economia e a política nacional. É conhecido e muito discutido o estado precário do sistema educacional que serve às massas. A burguesia e a classe média alta têm um aparato próprio de ensino, que são as escolas particulares. Os reformistas impostores abstraiam o caráter de classe da escola. A educação como uma força voltada à independência e soberania nacionais é impossível, nos marcos do capitalismo semicolonial. Ao contrário, age como parte das forças conservadoras e contrarrevolucionárias. A escola, para assumir seu caráter transformador, precisa ser transformada. A transformação da escola depende da abolição da propriedade privada dos meios de produção, e sua transformação em propriedade social. Essa dialética transformadora se encontra nos fundamentos do programa da revolução proletária. Os reformistas e nacionalistas estão obrigados a embelezar a escola burguesa, decadente e em decomposição, porque são agentes da manutenção do capitalismo e, como tal, impostores diante da tarefa democrática de conquistar a independência nacional.

Teses das correntes internas do PT

Como dissemos, o PT apresentou várias teses. A do Coletivo Quilombo – “Ousar criar resistência popular” – é a que melhor representa a linha oficialista do reformismo. Faz a defesa integral da política e dos governos petistas. A Tese “É na luta que a gente se encontra”, da De-

mocracia Socialista (DS), corrente interna proveniente do Secretariado Unificado (SU) mandelista, evita qualquer crítica ao PT. Não há, portanto, distinção alguma. O mesmo se pode dizer da Tese “É pra luta que eu vou”, da Juventude PT, que apenas menciona genericamente os “erros do campo progressista”. A Articulação de Esquerda, em sua Tese “Une pra tempo de guerra”, avalia que, com a eleição de Bolsonaro, houve “uma derrota estratégica da esquerda brasileira”. Responsabiliza a direção majoritária do PT, por ter praticado a “conciliação de classes”. Conclui que é necessária a construção de uma “nova estratégia democrática, popular e socialista”; “um novo projeto de poder das classes trabalhadoras, articulado com a luta pelo socialismo”. As Teses da Consulta Popular – “Em cada universidade nosso canto de resistência” – repete a crítica da Articulação



“ A defesa da “democracia” como estratégia conclui na defesa do Estado burguês e na trincheira da “frente democrática e popular”, cuja função é a de manter o aparato eleitoral do reformismo, e ludibriar os oprimidos com suas supostas virtudes populares.

de Esquerda. Afirma que o conjunto de derrotas, ocorridas desde 2015, se deve à “derrota da estratégia hegemônica na esquerda brasileira liderada pelo PT”. A falta de uma estratégia de poder levou o governo petista a se concentrar em “políticas públicas”, e não realizar “reformas estruturais”, de maneira que “secundarizou a organização popular”. É preciso esclarecer que a denominada “esquerda brasileira” deve ser restringida ao campo do nacional-reformismo.

A hipocrisia e o oportunismo das correntes internas do PT, opositoras à sua direção majoritária (Articulação), são visíveis. Sonegam o caráter reformista do programa do PT, e o conteúdo de classe burguês dos seus

governos. A política de conciliação de classes é própria do reformismo. A denominada organização popular não passa de arregimentação eleitoral e corporativismo dos movimentos. A estratégia “democrática, popular e socialista” serviu ao PT para enganar os explorados, com o pressuposto de que é possível promover reformas em favor das massas e da economia nacional, sob o capitalismo em decomposição. A palavra “socialista” é um penduricalho, usado como enfeite pelos oportunistas. Todas as teses reivindicam o caráter “popular” – expresso nestes termos pela Juventude Articulação de Esquerda – dos governos de Lula e Dilma. O problema de todos está em recuperar a capacidade eleitoral e parlamentar do PT e da oposição. A defesa da “democracia” como estratégia conclui na defesa do Estado



“ As Teses [“Juventude Sem Medo”, NE] defende tão somente uma mudança de governo pela via eleitoral. Se fossem (...) consequentes, à fórmula antiga do estalinismo – recuperada pelo PT – de “governo democrático-popular”.

burguês, embora, em sua inconsequência, evitem tratar o caráter de classe da democracia, e sua relação com o Estado como órgão de dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada. É lógico que todos dessemboquem na mesma trincheira tática da frente democrática e popular, cuja função é a de manter o aparato eleitoral do reformismo, e ludibriar os oprimidos com suas supostas virtudes populares. Para isso, servem a Frente Brasil Popular e a sua variante, Frente Povo Sem Medo. A influência do velho estalinismo e do nacionalismo está claramente refletida na orientação do PT. O proletariado desaparece sob o manto do “popular”. A luta de classes é substituída pelo “democrático”. A revolução proletária se tornou um ideal do passado. A independência e a soberania nacionais não resultarão da

luta pelo poder, tendo o proletariado como classe revolucionária, mas de um indefinido movimento popular, embalado em uma “frente ampla, democrática e popular, hegemonizada pelo campo democrático e popular”, segundo a formulação da Tese da Consulta Popular. Neste tipo de orientação, se encontram versões estalinistas do castismo e do maoísmo. As cisões pregressas do campo estalinista se presentificam pelo caminho tortuoso das disputas no terreno do reformismo.

As teses para a UNE permitem verificar os impasses do reformismo, após as experiências governamentais do PT, o apodrecimento na corrupção, o golpe de Estado, e a incapacidade de enfrentar a ofensiva ditatorial da burguesia. A manutenção da aliança do PT com o PCdoB no comando da UNE corresponde ao objetivo dos reformistas de recuperar o terreno perdido.

Tese da Juventude Sem Medo (PSOL)

A Tese “Juventude Sem Medo”, que reúne várias tendências do PSOL, declara: “Nosso compromisso é a defesa das liberdades democráticas, dos direitos do povo trabalhador, da soberania nacional e da construção de uma alternativa política anticapitalista para o país”. Refere-se à defesa de um “novo projeto de esquerda no Brasil”. Nesse sentido, constata que não foi alcançada “a soberania plena frente às potências imperialistas”. E que, por isso, “hoje novamente somos reféns de seus interesses”. Diante da “política neofascista” do governo Bolsonaro, “o desafio mais urgente do atual momento é a organização de uma luta unitária entre todos os setores democráticos e progressistas em torno da defesa da liberdade de organização política, expressão e mobilização”. Conclui que o “Brasil precisa de um outro projeto de desenvolvimento. De uma política econômica que defenda os interesses de nosso povo (...)”. Propõe como saída para a crise econômica uma “reforma tributária, progressiva, taxação das grandes fortunas, cobrança das empresas devedoras da Previdência, nenhum perdão das dívidas das grandes multinacionais e fim dos privilégios dos três poderes e dos militares”.

Essas formulações não se distinguem, no fundamental, da linha nacional-reformista do PCdoB. O fato de se colocarem por uma “política anticapitalista” não é contraditório com essa afirmação. Sob tal conceito geral, podem-se abrigar reformistas e centristas. O postulado da soberania nacional, sem a devida estratégia de poder, resulta na defesa de um governo democrático burguês reformista. Isso explica a tática da unidade “entre todos os setores democráticos e progressistas”, em torno da “defesa da democracia”. A Tese, portanto, defende tão somente uma mudança de governo pela via eleitoral. Se as correntes do PSOL, que se abrigam sob a Tese “Juventude Sem Medo”, fossem consequentes, chegariam à fórmula antiga do estalinismo – recuperada pelo PT – de gover-



no democrático-popular. Esse tipo de governo pequeno-burguês de esquerda teria por finalidade substituir a política pró-imperialista de Bolsonaro por um “projeto de desenvolvimento” de interesse do povo. A noção de “projeto de desenvolvimento” é extraída do arsenal teórico do nacionalismo burguês. É lícito lembrar que os parlamentares do PSOL participaram das discussões sobre a reforma da Previdência na Câmara de Deputados, apresentando uma resposta alternativa à crise fiscal, propondo a reforma tributária progressiva, etc. É visível a identidade entre a tática elaborada na Tese do PCdoB e a tática do PSOL. Baseiam-se na mesma fórmula de unidade dos setores progressistas, deixando de lado o seu caráter de classe.

Sob o rótulo “A educação é nossa arma”, a confluência da Tese “Juventude Sem Medo” com a do PCdoB é flagrante. Reivindicam a política educacional que preserva a coexistência entre o ensino público e o privado. A bandeira de democratização do ensino superior se resume à política de cotas sociais e raciais, e de acesso e permanência estudantil. Também pleiteia a “regulamentação do ensino privado”, renegociação e perdão das dívidas. A resposta às opressões é exatamente igual à da Tese do PCdoB.

Tese Unidade para Resistir, Ousadia para Avançar (PCB)

A Tese “Unidade para Resistir, Ousadia para Avançar”, do PCB, em grande parte, são descritivas sobre a crise econômica, as suas consequências negativas, a política privatizante de Bolsonaro, o caráter pró-imperialista do governo, o retrocesso na educação, etc. Elogia a UNE pelo seu caráter de representação dos estudantes, para mostrar que tem “capacidade de envolver todos os estudantes em torno de um projeto radicalmente popular”. Levanta como tarefa a realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Sociais, para organizar a resistência e avançar a contraofensiva, “construindo o poder popular no rumo do socialismo”. Aqui está expressa a estratégia do PCB, que é a de criação de um “poder popular”.

A Tese não expõe o seu conteúdo de classe, uma vez que “classe trabalhadora” inclui, não só o proletariado, como a pequena burguesia. O apego ao conceito gené-



“O conteúdo nacionalista da “universidade de popular” (Tese Unidade para Resistir, Ousadia para Avançar-PCB), voltado à “defesa da soberania nacional”, inclui os empresários da educação.

rico “popular”, repetimos, é usado pelo estalinismo e nacionalismo burguês. A Tese o aplica no ponto referente ao ensino. Levanta como bandeira a “Educação e Universidade Popular”, em contraposição à “política antinacional e antipopular” de Bolsonaro. O PCB não vê problema na coexistência do sistema público e privado. Reclama que o “projeto de educação” do governo “é de uma educação cem por cento privada”, no entanto, não levanta a bandeira da educação cem por cento pública, estatizando-se a rede privada. A Tese faz apologia da educação como “estratégia para um desenvolvimento nacional independente e soberano, que afaste o Brasil da dependência da pesquisa e tecnologia estrangeiras”. A sua “Educação e Universidade Popular” vira pó, quando defende a “manutenção dos programas do ProUni e Fies” do governo petista, bem como, a “regulamentação da modalidade do ensino a distância”. Como se vê, a bandeira de uma “educação popular” não ameaça em nada o sistema privado, mais mercantilizado e mais monopolizado. O conteúdo nacionalista da “universidade popular”, voltado à “defesa da soberania nacional”, inclui os empresários da educação. Está claro que não se diferencia, no fundamental, das formulações das Teses do PCdoB.





“ O centrismo, por ter um pé no reformismo e outro no socialismo, acabou sendo arrastado pela desagregação do governo petista (...) Não é possível lutar pela emancipação das massas de sua influência sem desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Últimas considerações

Apesar de não terem tido importância nas discussões e disputas entre as tendências no Congresso da UNE, é conveniente comentar a Tese “Um grito de rebeldia”, do PSTU, e “São eles ou nós: que os capitalistas paguem pela crise”, do MRT. São duas correntes revisionistas do trotskismo, pertencentes ao mesmo tronco do morenismo. Referimo-nos, anteriormente, à superficialidade de suas formulações. O que as impossibilitaram de se diferenciarem do reformismo estalinista e petista. Estiveram confundidas em questões como as da opressão e educação. Expressando o campo do centrismo, não tiveram como combater o reformismo, tomando por base as experiências governamentais e do movimento estudantil.

A Tese do MRT se distancia e se choca frontalmente com a posição marxista sobre a opressão da mulher. Eis: “Nos negam o direito ao nosso corpo e sexualidade, oprimem nossa identidade de raça e gênero”. Não há, portanto, nem sombra da opressão de classe, da exploração do trabalho e da ditadura de classe da minoria sobre a maioria. As teses do reformismo estão repletas desse tipo de deformação, que não admitem que a opressão sobre a mulher, negro, etc. é de classe. É cômodo, por sua vez, a generalização e o palavreado, como: “Nosso desafio histórico é lutar por um outro projeto de sociedade livre da opressão e exploração”. Os petistas mais à esquerda falam o mes-

mo. É uma fórmula maleável para se militar no seio da pequena-burguesia. Noções como “projeto de sociedade” podem muito bem servir à bandeira democratizante de “Assembleia Constituinte Livre e Soberana”, como consta na Tese do MRT.

A Tese da Anel é tão lacônica que deixa as ideias soltas umas às outras. A bandeira “contra qualquer forma de opressão, chega de machismo, racismo e LGBTFOBIA” é comum a todos os reformistas, como dissemos. Aparentemente, tem mais vantagem em relação ao MRT quanto à formulação “Por um governo socialista formado por conselhos populares”. “Governo Socialista” é tentador, mas, sem definição proletária, cai na vala comum do revolucionarismo pequeno-burguês, ajustado ao centrismo. É certo que a Tese pressupõe “um poder dos trabalhadores”, “um governo apoiado em conselhos populares que derrube o sistema capitalista e construa o socialismo”. A questão da estratégia e da tática esteve no centro das principais teses dos reformistas. Estiveram sob a bandeira de governo democrático e popular, embora se apresentassem em distintas correntes. Por que não definir o caráter de classe e da aliança necessária do “governo socialista”? Os revisionistas do trotskismo não admitem a fórmula de governo operário e camponês, mas não se animam a desenvolver uma crítica. Por que não formular claramente a revolução proletária? Sabemos que o MRT nega terminante que a revolução proletária estabelecerá um governo operário e camponês. Essa discussão não foi menor no Congresso da UNE. Por que, então, não expor a estratégia da ditadura do proletariado? Também é bem palatável à pequena burguesia a fórmula dos conselhos populares e da derrubada do capitalismo. Era imprescindível que a decisão do PSTU, de levar a Anel a se integrar a UNE, fosse precedida de um balanço autocrítico. Se o fizesse, chegaria à conclusão de que a ruptura acabou sendo favorável ao fortalecimento das posições do PCdoB e PT no movimento estudantil.



Conclusão

A análise das dezoito teses demonstra que as posições se limitaram ao nacional-reformismo e ao centrismo. A predominância esmagadora do PCdoB e PT indica o quão profunda foi a influência dos governos petistas e do período de conciliação de classes sobre a pequena burguesia e a educação. O fato do centrismo ter adaptado-se à política educacional que impulsionou o ProUni, Fies e cotas, e ao seu lado o Reuni, se tornou devedor do reformismo. O pressuposto de que o grande problema do ensino brasileiro se devia ao baixo orçamento, que deveria chegar a 10% do PIB, e de que era preciso democratizar o acesso ao ensino superior por meio de medidas como cotas, ProUni, Fies, não colidiu com os interesses empresariais do ensino privado, muito pelo contrário, o potencializou. As diferenças entre o reformismo e o centrismo foram colaterais, e não de essência.

É no quadro da política de colaboração de classes que se ergueram as organizações e movimentos corporativistas em torno às opressões, amplamente vinculados à política de Estado do petismo, das denominadas “ações afirmativas” e “reparação histórica”. Movimentos que se ampararam no feminismo burguês, projetado desde os Estados Unidos, apoiado por organismos do imperialismo, como a ONU, e alicerçado nas academias, por meio dos quais se forjaram pseudo teorias, como de gênero e machismo, contrapostas à concepção marxista de opressão de classe. Eis por que a pequena burguesia oprimida se convenceu da tese sobre a possibilidade de arrefecer progressivamente a discriminação e a violência de que padecem mulheres, negros, índios e homossexuais, apesar de que apenas uma minoria pôde se servir das “políticas afirmativas”, e apesar de que a violência em nenhum momento retrocedeu. O reformismo e o centrismo não se diferenciaram em nada sobre as formulações em torno às opressões.

É comum nas teses – algumas delas certamente são omissas – a referência entre a soberania nacional e a educação. Ao não ultrapassar os marcos do nacionalismo

burguês, o reformismo se mostra impotente e demagógico. Via-de-regra, oculta a experiência com o próprio PT. As migalhas de seu reformismo foram o contrapeso de sua política serviçal ao grande capital nacional e internacional. Nas condições de crescimento econômico, puderam ser aturadas até mesmo pelo capital financeiro. O centrismo, por ter um pé no reformismo e outro no socialismo, acabou sendo arrastado pela desagregação do governo petista. Não se pode combater o reformismo sem ter claro que na época imperialista cumpre um papel contrarrevolucionário. Não é possível lutar pela emancipação das massas de sua influência sem desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Nesse sentido, é indispensável ter claro que o 57º Congresso da UNE refletiu o predomínio das tendências reformistas, que obstaculizam a tarefa de organizar a juventude sob a política revolucionária do proletariado. A



(...) é indispensável ter claro que o 57º Congresso da UNE refletiu o predomínio das tendências reformistas, que obstaculizam a tarefa de organizar a juventude sob a política revolucionária do proletariado.

crise de direção se manifestou na UNE no momento em que a burguesia está em plena ofensiva contra a maioria oprimida, e abrindo caminho para a maior penetração imperialista no País, bem como, no momento em que as tendências de luta da classe operária e dos demais explorados se potenciam. Sob a política do reformismo e centrismo, o Congresso da UNE não foi capaz de analisar a traição ao movimento operário, camponês, classe média empobrecida e juventude, diante da reforma da Previdência, pela burocracia sindical e pelos partidos reformistas.

Essa análise crítica das teses tem por objetivo servir à luta da vanguarda consciente pela superação da crise de direção. Essa tarefa diz respeito ao desenvolvimento do partido marxista-leninista-trotskista no seio das massas. A juventude, em geral, e o movimento estudantil, em particular, ocupam um importante lugar na luta pela revolução proletária.

Adquirar com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)



A 100 anos da Reforma Universitária de 1918: É necessário lutar pela Revolução Universitária²⁵

“É imprescindível a intervenção dos estudantes no governo da Universidade. Eles e somente eles representam o ímpeto propulsor, a ação eficiente, capaz de comover a inércia e evitar o estancamento”

Alejandro Korn²⁶

Antecedentes do movimento pela Reforma Universitária de 1918

É indispensável o estudo dos principais fatos que comoveram a Universidade (na Argentina principalmente, mas também ao redor do mundo) em nosso tempo. Representam um inegável patrimônio, do qual as novas gerações devem extrair as valiosas experiências, incorporando-as à análise da realidade em que nos desenvolvemos e pretendemos militar. Conhecendo a história e o legado que nos deixaram os que nos precederam, poderemos enriquecer nossa própria prática e fortalecer nossas posições. Dispomo-

25 “Boletim da Púrpura. O POR na Educação”, órgão da corrente sindical no magistério da seção argentina do Partido Operário Revolucionário – Edição Especial nº2 - maio de 2018, pág. 23 a 26

26 Professor eleito em 1918 pelos estudantes como o primeiro decano reformista da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires. Na década anterior havia sido vice-reitor da Universidade de La Plata [Nota do tradutor].

nos, então, a começar a análise histórica com o fato que deu início a uma longa luta estudantil, para mudar as condições em que sua formação acadêmica se desenvolve.

Em 1904, se funda, na Universidade de Buenos Aires, o *Centro de Estudiantes de Ingeniería y Medicina*; no ano seguinte, se formaria o da Faculdade de Direito. Em 1906, os estudantes de Medicina levam uma nota ao parlamento, em que denunciavam delitos de falsificação de documentos, certificados e diplomas por parte das autoridades dessa casa de estudo. Nesse mesmo ano, surgem entre os estudantes reivindicações contra o sistema de exames, pela modificação dos planos de estudo, contra a designação dos professores titulares, segundo os arbitrários critérios da academia, e contra o que os estudantes em sua denúncia chamavam “arcaísmo cultural”. O conflito mantém fechadas as faculdades de Engenharia por 1 ano, e a de Medicina por 7 meses.

Em 1908, se funda a *Federación Universitaria de Buenos Aires* (FUBA), para coordenar todas as reivindicações



(puramente sindicais) das distintas faculdades, ainda que será somente em 1912, quando serão reconhecidas de maneira oficial, coincidindo com a promulgação da Lei Sáenz Peña, que estabelecia o voto secreto, universal e obrigatório, e que levaria Hipólito Yrigoyen à presidência, em 1916.

Em 1914, se abre uma frente combativa, denominada “Ateneu Universitário”, em que se revela a preocupação juvenil por temas culturais e políticos. Internacionalmente, nesse mesmo ano, inicia-se a Primeira Guerra Mundial, e, tão somente três anos depois, a Revolução Russa sacode os cimentos do próprio sistema (despertando simpatias em muitos dos que depois seriam as figuras da Reforma Universitária). Em 1917, se forma a Federação Operária Local (FOL), sendo o primeiro intento de construir uma central única de trabalhadores, que se faria sentir em diversas reivindicações por jornada de horas de trabalho, aumentos salariais e reconhecimentos legais de todos os sindicatos.

Começo da Reforma

Nos fins do ano de 1917, Córdoba dá início a uma série de conflitos na Faculdade de Engenharia, contra as novas condições de assistência às aulas, e, na de Medicina, contra a suspensão do internato no Hospital Nacional de Clínicas, que depois se ampliou a uma crítica sobre a organização e funcionamento da escola de Medicina. Como essas demandas passaram despercebidas, logo após as férias, em 1918, se forma o *Comitê Pró Reforma* (o qual se pode denominar antecessor da Federação Universitária de Córdoba – FUC), contando com 8 delegados por Faculdade: Engenharia, Medicina e Direito. As reivindicações são novamente ignoradas pelo Conselho Superior, a semanas do início das aulas.

A Universidade de Córdoba vivia uma situação insustentável, “a universidade levava em seu escudo o nome de Jesus, e festejava como próprio o 8 de Dezembro, dia consagrado à Virgem da Conceição. O juramento profissional se prestava obrigatoriamente sobre os Santos Evangelhos”²⁷. Permanecia governada por uma seita religiosa, denominada Corda Frates, de fortes vínculos com os partidos políticos mais poderosos e conservadores da província. O *Manifesto Liminar*²⁸ assinala que o regime **universitário era anacrônico, fundado sobre o direito divino do professorado universitário**: “As universidades foram até aqui o refúgio secular dos mediocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e – o que é ainda pior – o lugar onde todas as formas de tiranizar e de insensibilizar encontraram a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram assim a ser o fiel reflexo destas sociedades decadentes, que se empenham em oferecer o

triste espetáculo de uma imobilidade senil. Por isso é que a ciência, frente a estas casas mudas e fechadas, passa silenciosa, ou entra mutilada e grotesca ao serviço burocrático”²⁹.

Em 30 de Março, as aulas deviam começar. O Secretário Geral, Ernesto Gavier, pede auxílio policial para controlar a situação. No dia seguinte, os estudantes, nucleados no Comitê Pró Reforma, declaram a greve geral. Os estudantes reivindicam a intervenção do Presidente Yrigoyen no conflito, que estava se desenrolando, é assim que o Presidente nomeia José N. Matienzo como interventor. Nesse mesmo dia, se constitui a Federação Universitária Argentina (FUA).



Protesto de estudantes no Reitorado da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina - 1918

“ O “Manifesto Liminar” assinala que o regime universitário era anacrônico, fundado sobre o direito divino do professorado universitário (...)

A intervenção de Matienzo na Universidade constata diversas irregularidades no funcionamento, pelo que apresenta um projeto para reformar os estatutos, a fim de democratizá-los. Este projeto contemplava a participação dos professores na eleição dos Conselheiros e Reitor³⁰. As autoridades com os setores antirreformistas criam o *Comitê Pró Defesa da Universidade*, o que não impede que a maio-

29 “Manifesto Liminar”, em A Gazeta Universitária.

30 A Lei 1597 - Lei Avellaneda, sancionada em 1885 estabelecia a Autonomia Universitária de uma forma bastante limitada. “O caráter vitalício dos acadêmicos que conformava o corpo diretivo das faculdades e a eleição por cooptação, em caso de novas incorporações, conformavam uma estrutura de poder apta para sustentar sua reprodução e sustentar a autonomia outorgada” Maria Calderari em “A Gazeta Universitária 1918 – 1919. Uma mirada sobre o movimento reformista nas universidades nacionais”.

27 A. Ciria e H. Sanguinetti, “La reforma Universitaria”.

28 Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, divulgado em 21 de junho de 1918 [N. do T.].

ria dos professores renuncie, e Matienzo tenha de declarar vacantes os cargos de Reitor, decanos e acadêmicos.

A FUC apoia abertamente certos candidatos mais afinados com as suas ideias a respeito da Universidade. Todos os professores titulares e suplentes são chamados a votar em Assembleia para decanos e vice decanos, triunfando os candidatos da FUC. Em 15 de junho, se produziu a eleição de Reitor, em que o candidato da FUC foi derrotado pelo candidato da Corda Frates (Antonio Nores), em votações não muito claras, nas quais prevaleceram as propinas e extorsões.



“ Em 15 de junho, se produziu a eleição de Reitor (..) nas quais prevaleceram as propinas e extorsões (...) invadiram o recinto onde se estava votando, expulsando todos que intervieram na repugnante eleição (...) intimaram a polícia a abandonar o recinto, utilizando finalmente sua própria força para cumprir tal missão.

A reação dos estudantes não se fez esperar: invadiram o recinto onde se estava votando, expulsando todos que intervieram na repugnante eleição, e intimaram a polícia a abandonar o recinto, utilizando finalmente sua própria força para cumprir tal missão. O dirigente estudantil Emilio Biagosch escreveu umas palavras que ficariam na história: “A assembleia de todos os estudantes da Universidade de Córdoba declara a Greve Geral. 15 de Junho de 1918”, mais de mil assinaturas davam ainda mais peso a estas palavras. “Havia-se obtido uma reforma liberal mediante o sacrificio heroico da juventude. Acreditava-se haver conquistado uma garantia, e da garantia se apoderavam os únicos inimigos da reforma. Na sombra, os jesuítas haviam preparado o triunfo de uma profunda imora-

lidade. Consenti-la haveria comportado outra traição (...) A juventude universitária de Córdoba se levantou contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade. As funções públicas se exercitavam em benefício de determinadas camarilhas. Não se reformavam, nem planos, nem regulamentos, por temor de que alguém nas mudanças pudesse perder seu emprego”³¹.

Em 17 de junho, a FUC se reúne com o Reitor eleito, pedindo sua renúncia. A Federação Universitária de Buenos Aires (FUBA), distintas federações do resto do país, sindicatos e instituições brindam seu apoio. É em 21 de

junho quando se publica o famoso *Manifesto Liminar*, na *Gazeta Universitária* (órgão de difusão da juventude universitária). Nos dias seguintes, se sucedem multitudinárias marchas de estudantes e operários pelas ruas cordobenses, que são reprimidas pela polícia, nestas se via o profundo sentido anticlerical com as consignas cantadas em coro

de “Frailes NÃO”, “Dogmas NÃO”. “Desde o primeiro momento, o operário esteve ao lado do estudante, alentando-o com sua presença, apoiando-o com suas armas de luta. Rapidamente, essa aproximação se transformou em íntima vinculação. Os sindicatos iam à greve pelas campanhas dos estudantes, e estes faziam o mesmo com as do proletariado, entrando nos locais operários como em sua casa, para lhes dar conferências e deliberar com eles”³².

De 21 a 30 de julho, se realiza o 1º Congresso da FUA. Ainda que não tenha podido aprovar o projeto acerca da gratuidade do ensino superior, **proclamou a necessidade de autonomia, governo tripartite paritário, assistência livre, docência livre, regime de concursos e periodicidade de cátedra, publicidade dos atos universitários, bem-estar estudantil, extensão e orientação social universitária, liberdade de juramento e nacionalização das Universidades provinciais do Litoral e Tucumã** (finalmente nacionalizadas em Outubro de 1919 e Abril de 1921, respectivamente). Em agosto, o Reitor Antonio Nores, que não havia podido atuar desde sua posse, renuncia, e os estudantes reclamam ao Governo Nacional impacientemente por um novo Interventor, que seria o próprio Ministro de Instrução Pública, José Salinas. Em 26 de agosto, sem notícias do novo Interventor, um massivo ato da FUC convoca mais de 20 mil pessoas.

31 “Manifesto Liminar”, em A *Gazeta Universitária*.

32 Julio V. González, “Significación social de a Reforma Universitária”.



As demonstrações públicas, manifestações e notas cominatórias ao Governo se sucederam sem encontrar resposta, pelo que **os estudantes, reunidos clandestinamente em 8 de setembro, decidem tomar a Universidade na manhã seguinte**. Finalmente, se desenvolve um dos momentos mais importantes da história de nosso país: **os estudantes resolvem por para funcionar a Universidade sob seu poder, nomeando-se Decanos entre os estudantes e um professorado interino**. Também cessava a greve, se reabriam as salas e bibliotecas, e se convidava o povo a participar da inauguração das aulas.



Era a primeira vez na história da América Latina e do mundo, que o movimento estudantil tomava em suas mãos, mediante a ação direta, a greve e a ocupação, o governo universitário. “Horas mais tarde, já estavam designados os professores e constituídas as ‘mesas examinadoras’, em que muitos alunos, contra o presumível, foram reprovados”³³.

A cerimônia de inauguração foi suspensa, quando as forças do exército (do Governo Nacional) ocuparam a Universidade, detendo os estudantes que ali se encontravam. Em 11 de setembro, se reestabeleceram a administração e a docência, e o internato no Hospital de Clínicas. Encerrava-se, assim, o primeiro grande período de lutas estudantis. “O ‘espírito conservador’ de 1906 havia sido superado por duas premissas audazes: a necessidade estudantil de lutar pela transformação da universidade, e o primado da ação direta, a greve geral (método assimilado da classe operária). Com efeito, em momentos de convulsão, se adverte facilmente que o estamento estudantil é o mais dinâmico dos que compõem as casas de estudos superiores”³⁴.

Ecos da Reforma

O movimento da Reforma Universitária de Córdoba encontrou ressonância no país, e também especialmente em toda América Latina. Em 1919, estala um movimento similar em Lima, que triunfa após meses de conflito. Essa luta influenciou o movimento estudantil boliviano de 1928, cujo programa foi substituído, em 1938, por outro que marcaria o ponto no qual os movimentos universitário e operário realizam um deslocamento radical para a esquerda, tudo sempre sob a influência do pensamento e da atividade trotskista: “Apontava com nitidez que o problema da universidade só podia se resolver dentro da luta de clas-

“ (...) em 8 de setembro, decidem tomar a Universidade na manhã seguinte (...) os estudantes resolvem por para funcionar a Universidade sob seu poder, nomeando-se Decanos entre os estudantes e um professorado interino. Também cessava a greve, se reabriam as salas e bibliotecas, e se convidava o povo a participar da inauguração das aulas.

ses, quer dizer, que a universidade nova só podia ser produto de uma sociedade também nova, da sociedade sem classes, estruturada pelo proletariado no poder (...) A universidade devia não apenas unir seus movimentos com a classe operária, mas sim subordinar-se à estratégia desta. (...) A presença do proletariado como direção política do processo de transformação colocava a possibilidade de que a revolução proletária cumprisse as tarefas democráticas, e as transformasse em socialistas; que a revolução iniciada nas fronteiras nacionais se entroncasse com a revolução mundial. Assim, ficava posta a revolução na Bolívia, dentro da concepção da revolução permanente, que foi enunciada por Marx e sistematizada por Trotsky”³⁵.

Em La Plata, houve também um movimento contra as autoridades. Em Buenos Aires, se impuseram reformas nos estatutos, mudanças de Decanos e modernização dos planos de estudo. Em 1921, se reúne o 1º Congresso Internacional de Estudantes, no México, onde tomam como próprios, os principais postulados cordobenses da reforma.

Contrarreforma

Finalmente, em 1922, com a chegada de Alvear ao Governo, que representava a “ala direita” da União Cívica Radical (UCR), com apoio clerical e setores conservadores, começa a contrarreforma. A Universidade do Litoral sofre intervenção e ocupação pelo exército. Depois, Córdoba tem a mesma sorte. Em Buenos Aires, se reformam os estatutos, retirando dos estudantes a pouca influência que tinham sobre a eleição de seu próprio governo. A reforma, ou o pouco que restava dela, mostrou

33 A. Ciria e H. Sanguinetti, “A Reforma Universitária”.

34 Programa de a TERS (Tendência Estudantil Revolucionaria Socialista). “Reforma do ‘18”, Conferencia Rosário. Outubro 1997.

35 Guillermo Lora, “Problemas de a Reforma Universitária”.



“ (...) a autonomia universitária é o terreno em que a burguesia e o proletariado disputam o controle da Universidade. Este é o sentido que os revolucionários dão à luta pela autonomia.

então (e voltaria a mostrá-lo durante a ditadura de Uriburu, em 1930, por exemplo, ou em outras tantas ocasiões, ao longo da história) a incompatibilidade com o regime social vigente.

A formidável luta empreendida pelos Reformadores de 1918 mostra, por um lado, a força das ideias que impulsionou a mobilização da comunidade estudantil, para derrotar e superar o obs-

curantismo clerical; por outro, os limites deste movimento, que se revelavam nos distintos pedidos de intervenção ao governo nacional para resolver o conflito universitário, encarnado na figura de Yrigoyen, e nas ilusões sobre as instituições burguesas que o sustentavam.

Pela Revolução Universitária

A Universidade atual não dista muito daquela que os reformadores de 1918 enfrentaram. Ainda que com métodos mais sofisticados, a realidade é que um punhado de professores, aqueles titulares e adjuntos concursados (que são uma minoria do quadro docente) dirigem os destinos das Universidades, conforme suas vontades. Formaram-se verdadeiras camarilhas de professores, que se reproduzem a si mesmas, através do controle dos concursos, repartem as verbas (como as pós-graduações pagas), apoiados numa medieval ponderação de votos, que significa que os órgãos colegiados de direção sejam uma fachada de democracia.

A Autonomia Universitária fica nos papéis, porque essas camarilhas são a correia de transmissão dos interesses da burguesia e do imperialismo nas casas de estudo. Adaptaram-se ao estrangulamento orçamentário, impulsionaram o autofinanciamento (que é uma forma de privatização da Universidade), e se submeteram a to-

dos os ditames e organismos imperialistas (como a Co-neau³⁶).

Se, no passado, a luta por autonomia implicou, antes de tudo, separar as Universidades da Igreja, a fim de voltá-la para a produção de ciência, e dotá-la de independência frente às mudanças de governo da burguesia (mas não da burguesia em geral), na atualidade, a luta por autonomia significa a luta para separar a Universidade do controle da burguesia.

A história não atribuiu aos estudantes e universidades serem motores da transformação social, mas sim seus auxiliares. Tal papel cabe ao proletariado, a classe revolucionária de nossa época. Por isso, sustentamos que a autonomia universitária é o terreno em que a burguesia e o proletariado disputam o controle da Universidade. Este é o sentido que os revolucionários dão à luta pela autonomia.

Defendemos a autonomia universitária frente à burguesia decadente, mas não frente ao proletariado revolucionário. Afirmamos que o futuro das casas de estudo está marcado pela luta de classes, e que somente a revolução proletária, ao arrancar os grandes meios de produção das mãos da burguesia, será o principal impulsor do desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, da atividade científica.

A 100 anos da Reforma Universitária de 1918, nos dirigimos a todo o movimento estudantil para denunciar que novamente é necessário lutar para acabar com o obscurantismo na universidade, encarnado pelas camarilhas de professores. Dizemos claramente que, para democratizar a Universidade, não basta agregar conselheiros estudantis, que é imperioso realizar verdadeiras revoluções universitárias, que destruam os atuais órgãos de governo, e implantem a assembleia de toda a universidade como máxima autoridade, quer dizer, o Poder Estudantil. Apontamos esta perspectiva como parte do levante proletário, entendendo que são os estudantes os que melhor podem expressar o programa da classe operária nas universidades, e convertê-las em poderosas auxiliares da luta pelo comunismo.

36 Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria.

“Defendemos a autonomia universitária diante da burguesia decadente, mas não diante do proletariado revolucionário. Afirmamos que o futuro da universidade está marcado pela luta de classes, e que somente a revolução proletária, ao expropriar da burguesia os grandes meios de produção, será a impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, da atividade científica.”

A 100 anos da Reforma Universitária de 1918:

É necessário lutar pela Revolução Universitária



// n.º / REVISTA PROLETÁRIA DA EDU-



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org